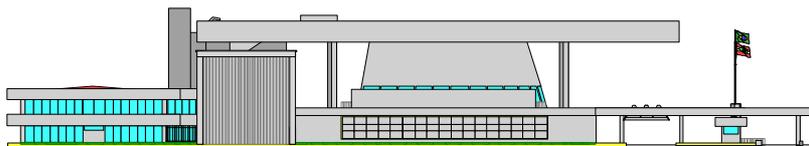


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 20 DE ABRIL DE 2001

NÚMERO 4.843

14ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa

MESA

Onofre Santo Agostini
PRESIDENTE

Gilmar Knaesel
1º VICE-PRESIDENTE

Sandro Tarzan
2º VICE-PRESIDENTE

Manoel Mota
1º SECRETÁRIO

Odete de Jesus
2º SECRETÁRIO

Francisco de Assis
3º SECRETÁRIO

Ivo Konell
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Joares Ponticelli

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA
BRASILEIRO**

Líder: Milton Sander

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: João Henrique Blasi

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

Líder: Julio Garcia

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Ideli Salvatti

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**

Líder: Jaime Mantelli

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: João Rosa

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Jaime Duarte

PARTIDO LIBERAL

Líder: Odete de Jesus

DEPUTADOS ESTADUAIS

AFONSO SPANIOL (PPB)

ALTAIR GUIDI (PPB)

GILMAR KNAESEL (PPB)

IVAN RANZOLIN (PPB)

JOARES PONTICELLI (PPB)

LÍCIO SILVEIRA (PPB)

MILTON SANDER (PPB)

NELSON GOETTEN (PPB)

RENO CARAMORI (PPB)

VALMIR COMIN (PPB)

ADELOR VIEIRA (PMDB)

GELSON SORGATO (PMDB)

HERNEUS DE NADAL (PMDB)

IVO KONELL (PMDB)

JOÃO HENRIQUE BLASI (PMDB)

MANOEL MOTA (PMDB)

MOACIR SOPELSA (PMDB)

ROGÉRIO MENDONÇA (PMDB)

ROMILDO TITON (PMDB)

RONALDO BENEDET (PMDB)

JORGINHO MELLO (PSDB)

NILSON GONÇALVES (PSDB)

CESAR SOUZA (PFL)

PAULINHO BORNHAUSEN (PFL)

CLÉSIO SALVARO (PFL)

HEITOR SCHÉ (PFL)

ONOFRE SANTO AGOSTINI (PFL)

JÚLIO GARCIA (PFL)

ANTÔNIO AGUIAR (PFL)

IDELI SALVATTI (PT)

FRANCISCO DE ASSIS (PT)

JOSÉ PAULO SERAFIM (PT)

AFRÂNIO BOPPRÉ (PT)

VOLNEI MORASTONI (PT)

JAIME MANTELLI (PDT)

JOÃO ROSA (PTB)

SANDRO TARZAN (PPB)

ODETE DE JESUS (PL)

JAIME DUARTE (PPS)

NARCIZO PARISOTTO (Sem Partido)

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Diretor: Éder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Diretora: Maria Salette de Bem
Urban

**Divisão de Divulgação e
Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.
Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA

ANO IX - NÚMERO 1237

1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES

EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 022ª Sessão Ordinária
realizada em 17/04/20012
Ata da 023ª Sessão Ordinária
realizada em 18/04/2001 14
Ata da 024ª Sessão Ordinária
realizada em 19/04/200123

Atos da Mesa

Resoluções DP25
Resoluções Administrativas.....26

Publicações Diversas

Decretos Legislativos27
Ofícios.....28
Portarias.....28
Projetos de Decreto Legislativo.....
.....29
Projeto de Emenda Constitucional
.....29
Projetos de Lei.....30
Projetos de Lei Complementar...37
Redação Final40

PLENÁRIO**ATA DA 022ª SESSÃO ORDINÁRIA****3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA****EM 17 DE ABRIL DE 2001****PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI**

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afonso Spaniol - Afrânio Boppré - Antônio Aguiar - Gelson Sorgato - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Duarte - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - João Rosa - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Paulo Serafim - Júlio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Milton Sander - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Quarto Secretário, Deputado Ivo Konell, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Quarto Secretário, Deputado Ivo Konell, que proceda à leitura do expediente.

O SR. QUARTO SECRETÁRIO (Deputado Ivo Konell) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:
MENSAGENS DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO NºS:

974, encaminhando projeto de lei que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2001 e adota outras providências";

975, comunicando haver sancionado os projetos de lei que declaram de utilidade pública, convertidos nas Leis de nºs 11.709 a 11.711; 976, encaminhando projeto de lei que "Autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo para Melhoria da Segurança Pública".

978, encaminhando projeto de lei que "Estabelece nova redação ao art. 13 da Lei nº 6.843, de 28 de julho de 1986, alterado pela Lei Complementar nº 45, de 23 de janeiro de 1992".

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado Herneus de Nadal, que declara de utilidade pública a Câmara Júnior de Caibi, com sede na cidade de Caibi e foro na Comarca de Palmitos;

- de autoria do Sr. Deputado Jorginho Mello, que "Institui o Dia do Colunista Social no Estado de Santa Catarina";

- de autoria do Sr. Deputado Reno Caramori, que "Declara de Utilidade Pública o Centro Diocesano de Solidariedade - CEDIS de Fraiburgo";

- de autoria do Sr. Deputado Nelson Goetten, que "Declara de Utilidade Pública o Centro Educacional Infantil Nossa Senhora da Conceição no Município de rio do Sul/SC";

- de autoria do Sr. Deputado Nelson Goetten, que "Declara de Utilidade Pública o Centro Assistencial de Caridade Nossa Senhora da Conceição no Município de Rio do Sul/SC";

- de autoria do Sr. Deputado Francisco de Assis, que "Estabelece normas para o funcionamento de estabelecimentos comerciais que atuem no ramo de desmanche de veículos automotores e no de comercialização de peças, componentes e acessórios provenientes de desmanche e determina a obrigatoriedade da baixa do registro de veículos retirados de circulação e adota outras providências";

- de autoria do Sr. Deputado Herneus de Nadal, que "Altera o art. 3º da Lei nº 10.169, de 12 de julho de 1996, que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a criar a Zona de Processamento de Produtos Florestais - ZPF e dá outras providências";

- de autoria do Sr. Deputado Jorginho Mello, que "Reconhece o Município de Catanduvas como Capital Catarinense do Chimarrão";

- de autoria do Deputado Heitor Sché, que denomina "Prefeito Afonso Rohden", o trecho da Rodovia SC 422, que liga os Municípios de Taió e Salette.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

- De autoria do Sr. Deputado Francisco de Assis, que "Dispõe sobre os critérios de distribuição da parcela de receita do ICMS pertencente

cente aos Municípios, de que tratam os Incisos I e II do 3º do artigo 133 da Constituição Estadual e das outras providências".

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL:

- de autoria do Sr. Deputado Jaime Duarte, que "Dá nova redação ao inciso II do § 3º do artigo 133 da Constituição Estadual".

INDICAÇÕES:

- de autoria do Sr. Deputado Ronaldo Benedet, que peticiona providências a Secretaria de Estado da Educação e Desporto, referente a construção de um Ginásio de Esportes coberto, no Distrito de Rio Maina;

- de autoria do Sr. Deputado Rogério Mendonça, solicitando ações no sentido de serem incrementadas as atividades técnicas oficiais destinadas à produção e beneficiamento da cana de açúcar, especialmente como renda alternativa ao produtor catarinense;

- de autoria do Sr. Deputado Francisco de Assis, solicitando a possibilidade de liberar recursos financeiros para a construção do prédio da Escola de Ensino Médio, denominada Wanda Kieger Gomes;

- de autoria do Sr. Deputado Moacir Sopelsa, solicitando para que seja feita a inclusão da SC 465, que liga Ipumirim ao trevo da SC-282, no BID - 4;

- de autoria do Sr. Deputado Gelson Sorgato, solicitando ao Governador do Estado urgentes medidas no sentido de ser assegurada a isenção de ICMs para os silos e armazéns destinados às safras agrícolas;

- de autoria do Sr. Deputado José Paulo Serafim, solicitando seja viabilizado um ginásio de esportes coberto para a Escola Básica Padre Miguel Giacca, na comunidade Rio Mainense, Município de Criciúma;

- de autoria do Sr. Deputado Gelson Sorgato, solicitando sejam viabilizados estudos referente a armazenagem de grãos do Estado e a adoção de ações visando a criação de linhas de crédito específicas.

OFÍCIOS N.ºS:

007/01, do senhor Coordenador do Conselho Estadual do FUNDEF/SC, encaminhando análise e Parecer sobre a Aplicação dos Recursos do FUNDEF no ano de 2000;

109/01, do senhor Senador Casildo Maldaner, referente à criação de cargos imprescindíveis para a estrutura administrativa do setor agropecuário;

191/01, do Sr. Reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, encaminhando, para conhecimento, convênio celebrado com a Secretaria de Estado da Administração e o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC;

423/01 - Secretário dos Transportes, em resposta ao ofício DP/095/01.

CORRESPONDÊNCIAS:

- da Congregação da Irmãs Catequistas Franciscanas, enviando o relatório de Serviços Gratuitos e Benefícios referente ao exercício de 2000;

- do senhor Presidente da Associação Beneficente dos Inativos e Pensionistas de Joinville, informando haver sido eleita e empossada a nova diretoria para o biênio 2001/2003;

- do Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, transmitindo agradecimento pelos cumprimentos recebidos por ocasião de sua posse;

- do Sr. Chefe da 16ª Circunscrição de Serviço Militar, agradecendo convite para o lançamento da X Festa nacional da Maçã.

TELEFAX:

- do Supremo Tribunal Federal, comunicando haver proferido decisão nos autos do processo da Ação de Inconstitucionalidade nº 2407.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Antes porém, esta Presidência gostaria de comunicar aos Srs. Deputados que, por solicitação do Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, Deputado Moacir Sopelsa, ficam convocados os Srs. Deputados-membros para uma reunião ordinária a ser realizada na tarde de hoje, às 17h, após a sessão, na sala de reunião das Comissões.

Ficam, portanto, convocados os Srs. Deputados-membros da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Gostaríamos também de registrar, com muita honra, a presença de pessoas oriundas de Araquari e de Joinville, que vieram a convite do ilustre Deputado Jaime Duarte para acompanhar a votação de anexação de algumas localidades que pertencem ao Município de Araquari e de Joinville.

Antes de conceder a palavra ao nobre Deputado Manoel Mota, que está inscrito em Breves Comunicações, quero justificar que vou me retirar da sessão, pois acompanharei o sepultamento do meu amigo Vilmar Wilson de Oliveira, no Município de Gaspar.

Portanto, peço ao Deputado Ivo Konell que presida esta sessão, mas, se for possível, voltarei após o sepultamento do meu amigo que faleceu, ontem, no Município de Gaspar, caso contrário, solicito ao ilustre Deputado Ivo Konell que dê continuidade à sessão.

Quero, antes de me ausentar, justificar às pessoas que aqui estão que, se houver *quorum* na votação, iremos votar ainda hoje o pedido de anexação, já que está devidamente na Ordem do Dia, por solicitação do Deputado Jaime Duarte.

Com a palavra o Sr. Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados e senhores visitantes que nos dão a honra de prestigiar esta sessão da Assembleia Legislativa na tarde de hoje, queremos fazer um relato importante do desdobramento da questão da BR-101 - este Parlamentar foi o que mais lutou pela duplicação do lado Norte - que agora, graças a Deus, já está concluída. Mas para conseguirmos a duplicação ela foi paralisada quatro ou cinco vezes pelos aposentados de Santa Catarina, a fim de chamarmos a atenção do Governo para o problema.

Agora, a situação é inversa, pois a região Sul, a minha região é que está passando por necessidade. Estamos há três anos com um projeto de engenharia e é uma luta sem limites. E já faz um ano que este projeto se encontra na Fatma e, infelizmente, até agora, aquele órgão não deu parecer favorável para que pudéssemos dar andamento às obras da BR-101. Há também a questão indígena.

Quer dizer, não deram parecer favorável para que tivéssemos condições de licitar essa obra, já que vamos esbarrar logo na frente, no prazo eleitoral, que impede a licitação da duplicação da BR-101.

Baseado numa luta muito forte e grande, os Vereadores se reuniram, segunda-feira da semana passada, em Criciúma - 43 Câmaras de Vereadores estavam lá representadas -, num movimento em favor da duplicação.

A noite houve uma reunião com o DNER, com a equipe técnica, com Prefeitos, com lideranças da região e com Deputados.

Ontem, pela manhã, recebemos aqui o Ministro dos Transportes, que trouxe R\$75.827.732,70 para Santa Catarina, divididos da seguinte forma: para a restauração de rodovias no Estado R\$20.330.774,00; para a conservação rotineira emergencial R\$2.195.000,00; para a construção de rodovias da BR-282 R\$19.550.000,00; para pagamento da duplicação da BR-101 R\$30.831.000,00; para o projeto de duplicação R\$800.000.000,00; para os segmentos críticos R\$1.620.000,00; para o gerenciamento da duplicação da BR-101 R\$500.000,00.

Isso é importante, é bom para Santa Catarina, evidentemente que temos que agradecer ao Ministro. Agora, tem uma coisa que é mais importante neste instante! Mais importante que tudo isso é ter o parecer favorável da Fatma para a duplicação da BR-101! Isso tem a ver com a vida. É uma questão de vida ou de morte, Deputado Gelson Sorgato! A vida é a duplicação e a morte é permanecer como está! Como está não dá mais para agüentar, pois cada fim de semana são sete, oito, nove, 10 pessoas que morrem totalmente esmagadas, ficando até irreconhecíveis. São parentes, são amigos que estão perdendo a vida na BR-101.

Por isso, ontem, houve novamente uma mobilização em Tubarão. Mais de 2.000 pessoas, através das Câmaras de Vereadores, coordenadas pelo Presidente da Câmara de Vereadores de Tubarão, estão fazendo um trabalho, uma mobilização extraordinária! Lá estava toda a imprensa do Sul! Era um só pensamento, uma só luta: a duplicação da BR-101 já! Por que isso? Porque nós não agüentamos mais! Estão arrastando esse projeto por três anos e nós, do Sul, não agüentamos mais! As lideranças do Sul não agüentam mais!

Então, Deputado Gelson Sorgato, queremos pedir a solidariedade de todos os Parlamentares desta Casa, de toda a sociedade e da imprensa catarinense, para que possamos reforçar esse pleito. Essa obra é de fundamental importância, não só para Santa Catarina, mas também para o Brasil e para o Mercosul. É o corredor pesado do Mercosul. É por isso que nós precisamos fazer acontecer.

Amanhã estarão viajando mais de 100 lideranças do Sul do Estado para Brasília, inclusive este Parlamentar. E hoje, em Brasília, o Fórum Parlamentar estará com o Presidente lutando também pela duplicação.

Nós, juntamente com essas lideranças, iremos nos gabinetes, no Ministério, no Ibama, no Palácio falar com o Presidente, porque não agüentamos mais ver o sofrimento dos parentes das pessoas que perderam a vida na BR-101.

É por isso que quero fazer este registro e parabenizar todas as Câmaras de Vereadores do Sul do nosso Estado que, num trabalho extraordinário, num trabalho magnífico, num trabalho fantástico, estão-se dedicando de corpo e alma a esse trabalho. Esses Vereadores amanhã irão a Brasília, acompanhados pelos Prefeitos, pelos Presidentes das associações comerciais, pelo CDL, enfim, por representantes da sociedade, a fim de buscar e clamar a duplicação. Queremos a duplicação já!

Ontem, fizemos uma coisa contra a vontade de algumas pessoas. Fechamos a BR-101. Fomos obrigados, tinha mais de 2.000 pessoas e uma bandeira do Brasil que acabou tapando toda a pista da BR-101, que foi fechada. Será que foi por que o Deputado Manoel Mota queria? Não! Era a população, era a sociedade do Sul do Estado que queria a duplicação que ajudou a fechar a BR-101.

Esperamos, agora, o apoio do Presidente da República, que tem compromisso com a duplicação da BR-101; o apoio do Ministro dos Transportes, que é um amigo de Santa Catarina, mas que também tem compromisso com a BR-101; o apoio do Ibama, que tem um papel fundamental, que é o papel da vida; o apoio da Funai, que deve preservar a vida. Só que o que estão fazendo, atrasando esse posicionamento, esse sinal verde faz com que sejam responsáveis por tudo isso.

É por isso que nós, amanhã, iremos a Brasília com um grupo muito grande. E de lá para cá, se não tivermos resposta positiva, Deputado Gelson Sorgato, com certeza iremos criar problema! E criar problema é fechar a BR-101. As pessoas não têm culpa, mas, infelizmente, isso é Brasil. No Brasil, se não houver pressão, não sai nada! Porque nós estamos durante um ano arrastando isso e não obtivemos uma resposta.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Com muita honra ouço V.Exa. que, com certeza, vem enriquecer o meu pronunciamento pelo seu conhecimento, pelo compromisso que tem com o Parlamento e com o povo catarinense.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Nós queremos cumprimentá-lo, Deputado, pela sua luta em favor da duplicação da BR-101, pelo seu trabalho, pelo trabalho de todos os Vereadores e Lideranças do Sul do Estado. Mas, Deputado Manoel Mota, se o Ibama está trazendo o concessão ou a liberação para a duplicação da BR-101 nesse trecho Sul, nós poderíamos dizer, como colocou o Ministro: vai ser uma licitação de 14 lotes. E por que não se faz a licitação de 13 lotes e se inicia essa obra? Ou se está protelando para que a obra não aconteça? Eu acredito que com a presença e a pressão essas obras vão ser realizadas.

E nós gostaríamos aqui de colocar, aproveitando a presença do Deputado Romildo Titon no Plenário, que houve a liberação dos recursos da BR-282: uma parte foi para o trevo de Santo Amaro, outra para a região de São José do Cerrito-Vargem e outra parte para São Miguel do Oeste. E nós dizíamos lá, Deputado Manoel Mota, aproveitando esta oportunidade, que mataram mais bois para fazer festa, para receber Ministro, Presidente da República do que venderam; uma parte da carne dava para ter sido concluída a obra.

Por isso que nós esperamos que esta Casa participe na conclusão da BR-101, da BR-282, da BR-116; que essas obras sejam realmente realizadas, pois a BR-282 merece, como a BR-101, a sua conclusão.

Está de parabéns V.Exa. Deputado Manoel Mota!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer o seu aparte, Deputado Gelson Sorgato, incorporando-o ao meu pronunciamento.

Quero dizer também que, lamentavelmente, nós vivemos no Brasil, e no Brasil só se conquista aquilo que se quer se fizer pressão.

Olhem bem o que estão fazendo esses companheiros que querem anexar a Joinville os loteamentos que atualmente pertencem à Araquari. Com certeza a presença de V.Exas. é fundamental para esta votação mais tarde.

Este é o Brasil! No Brasil tudo é na base da pressão! Infelizmente, ninguém está ligando para o que está acontecendo, onde pessoas cheias de saúde estão morrendo espatifadas, moidas! Por quê? Porque não comporta mais o tráfego na BR-101.

E daqui a 60 dias nós vamos ter a BR-101 duplicada até Palhoça, e de Palhoça para a frente ainda vai ser o corredor da morte. Que horrível uma estrada ser chamada de corredor da morte! E temos que implorar ao Ibama à questão indígena, temos que estar implorando! Será que o Brasil não tem que fazer uma reflexão mais profunda sobre esta questão?!

Por isso vamos para Brasília, sim, e por isso que vamos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, Deputada Ideli Salvatti, por até 10 minutos.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero saudar os visitantes de Joinville nesta Casa, cidade que com muito orgulho morei durante 13 anos e onde nasceram os meus dois filhos.

Conheço a realidade, votamos a favor e, com certeza, teremos hoje a aprovação da anexação a Joinville dos loteamentos que atualmente pertencem à Araquari.

Mas o que me traz à tribuna neste primeiro horário não é algo tão agradável. Hoje, 17 de abril, nós estamos relembando cinco anos do massacre de Eldorado dos Carajás. Massacre esse onde 19 trabalhadores sem-terra foram brutalmente assassinados, alguns, inclusive, à queima-roupa, uma verdadeira morte sumária, num protesto em que eles trancavam uma estrada exigindo providências e agilidade na reforma agrária em todo o País.

Esses 19 trabalhadores rurais mortos por um efetivo da Polícia Militar, com algo em torno de 150 policiais militares, foram comandados por um oficial da Polícia Militar Pantoja, que foi julgado e condenado num primeiro momento, mas posteriormente absolvido. Nenhum dos policiais militares envolvidos nesse episódio lamentável foi punido. Ninguém foi punido!

E mais do que falar, eu acho que as cenas são mais eloquentes. Nós poderemos rever aquilo que o mundo inteiro assistiu, porque, infelizmente, o massacre de Eldorado dos Carajás foi reproduzido em nível mundial, manchando o nome do Brasil como um País violento, um País onde não se respeita a dignidade das pessoas, onde aqueles que vão às ruas exigir trabalho, exigir condições para poder sobreviver são barbaramente massacrados.

Então, eu gostaria de solicitar que fosse colocado um trecho do vídeo 'Reações em Marcha', produzido pelo jovem Fernando Evangelista, cujo lançamento foi na noite de ontem. E ele, gentilmente, me permitiu que eu aproveitasse cenas do vídeo, exatamente onde o massacre de Carajás é apresentado. E este vídeo 'Reações em Marcha' será, posteriormente, reproduzido na íntegra pela TV Assembléia.

É um vídeo muito bonito, emocionante, que retrata exatamente a luta pela reforma agrária dos trabalhadores sem-terra no nosso País.

Então, eu gostaria de pedir à assessoria que colocasse no telão este vídeo, para que possamos assistir, nesta sessão, as cenas profundamente chocantes desse massacre.

(Procede-se à projeção de vídeo)

Infelizmente, essas são as cenas que são divulgadas mundo afora, mostrando a realidade gritante da ampla maioria da população brasileira.

Eu sei que os moradores das periferias das nossas cidades, na sua grande maioria, foram expulsos do campo. Quantos dos que estão aqui não vieram exatamente porque não tinham mais condições de sobrevivência nas suas localidades, não tinham mais como sobreviver do fruto da terra, do fruto do seu trabalho, porque o latifúndio toma conta, a propriedade da terra no Brasil é arcaica.

O Brasil é o único País da América Latina que não realizou nenhum tipo de reforma agrária. Nós temos uma das mais elevadas concentrações de terra do Planeta nas mãos de pouquíssimas pessoas! E a ampla maioria daqueles que poderiam estar trabalhando, ganhando o sustento da sua família, alimentando com preços mais adequados os brasileiros como um todo é expulsos do campo, não tem condições de acesso à terra, de crédito. E quando reclamam são tratados da forma como nós assistimos no vídeo, à bala, à queima roupa, atirando contra homens, mulheres e crianças.

E esse episódio que, infelizmente, deu notoriedade ao Brasil, uma notoriedade que não queremos, que nós, brasileiros, não podemos admitir que continue, permaneça, como eu já disse, absolutamente impune.

A Justiça brasileira teve a ousadia, a petulância de, mesmo com as cenas tão claras, onde os oficiais e os policiais militares atiravam à queima-roupa - nós vimos no vídeo - atiravam nas pessoas correndo, atiravam nas costas das pessoas, absolver o Comandante da operação e nenhum dos policiais que foram levados a julgamento tiveram a sua prisão decretada ou qualquer tipo de condenação.

É por isso que o dia 17 de abril foi encampado pela Via Campesina, que é uma organização que articula todos os que têm algum envolvimento, alguma ação na luta pela reforma agrária no mundo. E 78 países realizam, no dia de hoje, atos em defesa da reforma agrária e contra a violência no campo.

O dia 17 de abril, o dia do massacre de Eldorado dos Carajás passou a ser, infelizmente, o símbolo dessa violência adotada pela Via Campesina, e serve de argumento para todos aqueles que, no mundo inteiro, combatem a violência e exigem a reforma agrária como condição necessária, como condição indispensável para que grandes parcelas da população tenham um trabalho, o direito à vida e a constituir e dar continuidade à sua família.

Essa organização Via Campesina, que está organizando as manifestações, hoje, em 78 países, está defendendo a realização de um novo julgamento para os policiais militares que participaram do massacre em 17 de abril de 1996.

É um clamor internacional que está sendo colocado no dia de hoje em todos os cantos do mundo, para que haja um julgamento decente, um julgamento limpo, um julgamento no qual a Justiça prevaleça.

No local do massacre, hoje, pela manhã, foi realizada uma missa campal. Em São Paulo, manifestantes fazem ato público no Vale do Anhangabaú; em Santa Catarina as manifestações dos trabalhadores sem-terra estão concentradas no Município de Chapecó.

Nós estamos participando dessa programação. Estamos no dia de hoje mostrando da tribuna as imagens desse massacre através do vídeo de Fernando Evangelista, um vídeo emocionante, bellissimo, que coloca a questão da reforma agrária, da sua não só necessidade, mas da sua reprodução em termos de melhoria da qualidade de vida dos que dela participam e dos que absorvem a produção vinda desses assentamentos, dessas ocupações de terra.

Então, este vídeo 'Reações e Marcha', de Fernando Evangelista, que a Assembléia Legislativa irá deixar marcada - eu, Deputado Ivo Konell, cada vez mais, estou convencida de que são muitas as pessoas que assistem à TVAL -, a necessidade de a luta pela terra e pela justiça social tem que ser feita. Reforma agrária já, justiça no campo contra a violência em toda e qualquer lugar do nosso Planeta e do País!

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Herneus de Nadal, por até 10 minutos.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Herneus de Nadal, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Nelson Goetten, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, assomo à tribuna na tarde hoje para tecer alguns comentários que penso que são importantes de ser registrados nesta Casa, que é um assunto que não só preocupa a população catarinense, o Parlamento desta Casa, como foi motivo de preocupação, tendo necessidade de criarmos uma CPI na Assembléia para averiguarmos o que acontecia em relação à questão do derrame de notas frias e do grande problema que preocupava Santa Catarina, que era a questão da sonegação. Isto tudo se derivou de um episódio nascido nesta Casa, que foi a discussão do Refis.

Portanto, esta CPI foi criada e hoje a imprensa, em alguns momentos, se preocupam se tem alguém com o interesse de barrar ou não a CPI.

Nós queremos deixar bem clara a nossa posição como membro do nosso Partido, com assento na CPI da Sonegação, que durante noventa dias não falhou em nenhuma das reuniões, acompanhando o depoimento de todos aqueles que eram chamados a dar esclarecimentos, explicações ou mesmo como testemunhas convocadas ou convidadas para vir até a CPI.

Penso que a CPI prestou um serviço importante para Santa Catarina, porque nós vimos que havia, por parte da sociedade, uma preocupação e uma divulgação maior do que acontecia em termos de sonegação em Santa Catarina.

Mas ficou claro, durante os 90 dias da CPI, que não encontramos um fato sequer que não fosse motivo de fiscalização e notificação por parte da Fazenda, que não fosse assunto de investigação do Deic de Santa Catarina e de denúncias e ações do Ministério Público catarinense.

Então, durante esses 90 dias nós acabamos descobrindo e confirmando uma forte e importante ação do Ministério Público, uma ação importante do Secretário da Fazenda e da Fiscalização da Fazenda de Santa Catarina, que atuava as empresas catarinenses, levando-as a multas de valores elevadíssimos, chegando a ponto de notificar só uma empresa catarinense em R\$93 milhões. Só uma empresa catarinense!

Portanto, mostrava a eficiência, a seriedade e a responsabilidade com quem estava sendo comandada a fiscalização em Santa Catarina pelo Dr. Vieira.

Mas o que eu gostaria de colocar agora para a imprensa, a fim de que pudéssemos discutir novamente a questão CPI, que se encerrou no dia 06, era o seguinte: não houve *quorum*, em nenhum momento, para se votar a CPI. Portanto, esta CPI está encerrada porque não teve o prazo de prorrogação.

Poderemos discutir novamente a questão da CPI, mas eu só concordaria e só defenderia a implantação de uma nova CPI se fosse para tratar de assuntos definidos, conforme determina a Constituição Federal. Nós precisamos definir quais os assuntos que nós queremos investigar. E se há assuntos a serem investigados, eu acho, no meu entender, que temos assuntos importantes que não foram investigados pela CPI e que merecem a sua investigação e a sua explicação à sociedade.

O primeiro deles: por que o nosso Parlamentar, Relator da CPI, quando discutimos nesta Casa o projeto do Refis, que é um projeto federal e que vinha para esta Casa para, também, em Santa Catarina, darmos a oportunidade dos empresários poderem se credenciar a ele... Quando chegou o projeto na Assembléia, entrou pelo Deputado Ronaldo Benedet uma emenda de um projeto de lei que inocentava o empresário mesmo que ele já estivesse respondendo criminalmente na Justiça. Diferente do Refis federal. O nosso Refis inocentava o criminoso, aquele que eventualmente já respondia criminalmente. E aí caberia, então, para a CPI perguntar ou querer saber: o Deputado fez isso inocentemente? O Deputado fez isso por algum lapso? Ou o Deputado fez isso intencionalmente? E se fez, quem ele queria beneficiar ou proteger?

Esse é um fato definido que a CPI deveria buscar explicação.

Segundo fato: a CPI não quis saber o motivo pelo qual o projeto do Refis enviado pelo Governo do Estado, nesta Casa, tinha um prazo a vencer, que se poderia aderir ao Refis até o dia 30 de agosto. Surpreendentemente, esta Casa aprovou até o dia 31 de outubro, mudando o objetivo e a data do projeto, permitindo que empresas que estavam respondendo criminalmente pudessem preparar os documentos e ocupar esse esticamento da data para aderir ao Refis e agora estarem inocentados.

Este é um assunto que nós temos que explicar para a sociedade e que também é motivo de uma CPI ou que, no mínimo, a CPI tinha que se preocupar com isso.

O terceiro assunto: a imprensa deveria fazer uma cobrança à CPI, no sentido de que buscasse um esclarecimento sobre o motivo de as empresas terem sido fiscalizadas por um grupo de fiscais de 95 a 98 ou até início de 98.

Essas empresas foram fiscalizadas, ficaram sete meses sob fiscalização, sete meses um grupo de fiscal fiscalizou essas empresas. Encerrado o processo de fiscalização, em sete meses, os fiscais disseram que nada encontram de motivo para fiscalizar. Portanto, não emitiram uma nota ou uma multa sequer de nenhum valor.

Então, por uma denúncia do Ministério Público e por uma ação da Fazenda essas mesmas empresas foram fiscalizadas por um outro grupo de fiscal nas mesmas datas de 95 e 98. E uma delas, só como exemplo, os fiscais disseram que não tinham motivo para notificar, foram encontradas notas frias no valor de notificação de R\$34 milhões. A CPI não tem preocupação com isso, não quer saber sobre isso? Não quer saber se aqueles fiscais eram inocentes, se eram incompetentes ou tinham má fé ou negociaram alguma coisa com a empresa ou estavam a serviço de alguém nessa empresa?!

Esse foi um detalhe que a CPI, em nenhum momento, não se preocupou! E a imprensa precisa fazer essa cobrança e ter esse conhecimento! Nós precisamos dar explicação para a sociedade. Agora, não é possível irmos atrás de empresas que já foram motivo de

fiscalização e investigação do Deic, que já foram motivo de notificação pela Fazenda, que já foram motivos também de atuação do Ministério Público. E agora a CPI está atrás dessas empresas para fazer o quê? Para denunciar para quem?

O resultado do trabalho da CPI é denunciar ao Ministério Público, mas isso ele já sabe! O trabalho da CPI poderia ser até denunciado ao Deic. Mas isso o Deic já sabe! O trabalho da CPI poderia até denunciar essas empresas à Fazenda, mas isso a Fazenda já sabe e está fazendo isso todo dia com uma ação competente, séria e responsável!

Se a CPI tinha interesse em chegar até ao Secretário da Fazenda, perdeu tempo; se tinha interesse de tentar encontrar algum fato para denegrir a imagem do Governo, perdeu tempo, não encontrou; se queria chegar até ao Deputado Pizzolatti, perdeu tempo, pois não tem nenhuma novidade; se queria chegar até o Deputado Gilmar Knaesel, perdeu tempo, não encontrou nada. Agora, se a CPI quiser de fato investigar pontos que são fundamentais e que precisam de explicação, ela tem tempo. É só reunir as Lideranças, subscrever uma outra CPI, definir, determinar os assuntos, e penso que o Governo não teria por que temer e nem deve temer, pois esta Casa também é soberana.

Nós poderíamos, até, incluir um quarto assunto, ou seja, investigar se por parte do Governo catarinense de Esperidião Amin ou do Secretário da Fazenda tem alguma ação em proteção ao sonegador ou aquele que faz qualquer ato de irregularidade em Santa Catarina.

Podemos trabalhar para chegar até eles também, se é que há alguma desconfiança ou se é que ficou alguma dúvida. Agora, se isso não for feito, se não quisermos investigar as barbaridades que aconteceram em Santa Catarina, não é justo nós quisermos investigar quem já foi investigado, quem já foi denunciado. Qual é o objetivo que nós queremos? O que nós queremos com a CPI? Até onde está o interesse de nós mantermos a CPI...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PPB.

Consultamos o Deputado Nelson Goetten para saber quem fará uso do horário do PPB por mais quatro minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Eu farei uso da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra o Deputado Nelson Goetten.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Continuando o nosso discurso, queremos dizer que hoje, nos jornais, aparece a Dra. Márcia, do Ministério Público, parecendo ser o xerife. Parece que ela que resolveu tudo isso aqui. Foi ela e o Ministério Público que foram lá fiscalizar, pegar nota, descobrir notas frias, prender contador em Timbó.

A Dra. Márcia, que me perdoe, ela me parece que é uma profissional qualificada e reconhecida em Santa Catarina, mas o que ela tinha que dizer aqui é que foi através do Secretário Dr. Vieira que convocou 17 fiscais em Santa Catarina e chamou para coordenar esses 17 fiscais, um dos fiscais que denunciou mais 20 empresas com o derrame de notas frias em Blumenau e região, que foi um fiscal que fez parte como testemunha da CPI, que deu a coordenação disso a esse fiscal que combinou com os outros fiscais uma ação rápida, de surpresa nessas 20 empresas.

E aqui parece que isso tudo aconteceu por causa da CPI e por causa do Ministério Público! A verdade é que era mais um grupo de empresas que estão sendo investigadas. E o número não pára aí, o número vai muito além! O número de empresas que vão ser investigadas e que estão sendo investigadas pela Fazenda em Santa Catarina é muito maior do que está aí!

Mas a verdade é que, surpreendentemente, nós perguntávamos a esse mesmo fiscal que veio denunciar por que ele já não tinha notificado essas empresas? Se era da região dele e ele sabia que havia a sonegação, por que ele não agiu, por que não denunciou, por que não tomou providência?!

Muita coisa precisa ser explicada. Por isso que eu acho que a CPI tem que definir os assuntos. Por isso que a CPI tem que definir qual o seu objetivo e onde ela quer chegar. E precisa saber também por que esses fiscais, sabendo que tinha ocorrido derrame de notas frias, não autuaram as empresas que estavam envolvidas nisso e autuaram apenas um grupo de sete empresas.

Por que só sete empresas? Por que só aquele grupo de empresas? Se o derrame de notas frias estava ali, por que não foram investigadas outras?

E o Ministério Público tem que explicar para nós e para Santa Catarina, porque ele foi buscar 70 delegados federais para virem ajudar na autuação. Até parece que eles desconfiavam de tudo e de todos, até do próprio Secretário Dr. Vieira, porque não confiaram nele para comunicar que estavam buscando ajuda federal para fazer ação aqui em Santa Catarina, desrespeitando as autoridades estaduais, colocando sob suspeição todas as autoridades estaduais em Santa Catarina.

E esses delegados federais aqui vieram e junto com o Deic e a Fazenda fizeram a autuação. Mas até agora nós não vimos a agilidade do Ministério Público para mostrar em quanto foi notificado e qual o valor das multas da Receita Federal.

Se esses aqui sonegavam os impostos estaduais e federais, por que o Ministério Público não faz o mesmo pampeiro para cobrar do Governo Federal, para saber por que a Receita Federal não notificou essas empresas? Por que ele não notificou também aquilo que era sonegação federal?

É muita coisa que precisa ser esclarecida. Tem muita coisa a ser esclarecida! Há muita confusão! Há muito jogo de palavras! Há muito interesse e até há o interesse de pânico por trás disso!

Se trabalharmos com responsabilidade e seriedade, podemos subscrever uma CPI, da qual posso fazer parte, mas para discutir um assunto definido que vai ajudar e contribuir para diminuir o índice de sonegação de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos cinco minutos são destinados ao PL.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PL que queiram fazer uso do horário, passaremos ao horário destinado ao PFL.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PFL que queiram fazer uso do horário, passaremos ao horário destinado ao PMDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Romildo Titon, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e

senhores presentes nas galerias desta Casa, assomo à tribuna no dia de hoje para fazer um pronunciamento com relação à falta de investimentos, à falta de critério de distribuição de recursos para a região do Planalto Sul de Santa Catarina, para o Meio Oeste catarinense e para o Vale do Rio do Peixe.

Sou Presidente da Comissão que trata da BR-282, no trecho de Lages a Campos Novos, como também coordenador da Bancada do Oeste aqui nesta Casa, em que lutamos pela busca de projetos e recursos para a nossa região.

Ao longo dos anos vemos a nossa região um tanto quanto discriminada pela falta de investimento por parte do Governo do Estado, por falta de reconhecimento daquilo que produzimos, daquilo que somos, daquilo que representamos no contexto do Estado de Santa Catarina.

A cada momento que vemos o Estado de Santa Catarina determinar investimentos de altos valores, como o programa do BID 4, ficamos esperançosos e na luta para que sejamos contemplados com rodovias importantes, como a SC-458, que liga Capinzal a Campos Novos, como a SC, que liga Campo Belo do Sul a Anita Garibaldi, e como tantas outras obras importantes. Mas até agora não tivemos uma definição por parte da Secretaria dos Transportes e Obras quanto a essas rodovias que são importantes para nós.

Por outro lado, vemos o Estado receber agora US\$143 milhões, através de um programa chamado Prodetur, que vai beneficiar o Estado de Santa Catarina no incremento à área de turismo. E vemos, mais uma vez, pelos critérios de distribuição, que a nossa região, mais uma vez, está fora desse contexto.

Se fomos pegar a planilha, quando foi divulgado os US\$143 milhões para incrementar o turismo em Santa Catarina, formando uma nova fonte de renda, veremos que a nossa região foi a última colocada, com um valor irrisório, insignificante, por aquilo que representamos.

Mas outras regiões, como o Litoral Norte, o Litoral Sul e o Centro do Litoral, que vivem das praias no ano inteiro, onde o turismo já é consolidado pela Capital do Estado, desnecessário se faz aplicar investimentos desta natureza como está sendo agora programado pelo Prodetur, deixando regiões como a nossa onde há Municípios se acabando.

Os jovens estão desesperançosos com a área da agricultura, estão procurando centros maiores e formando favelas, criando maiores dificuldades para as cidades. E nós que precisamos de uma injeção de recurso para ter uma nova fonte de renda, para ter uma nova forma de trabalho para nossos agricultores, vemos uma quantia irrisória de R\$4,3 milhões em todo o corredor do Oeste, somando o Planalto Serrano, o Meio Oeste catarinense e a região Oeste.

Enquanto isso vemos a Grande Florianópolis recebendo R\$29 milhões, quando o turismo já está consolidado. Vemos a região do Vale do Itajaí recebendo R\$15,8 milhões, o litoral Sul recebendo R\$14 milhões e o litoral Norte recebendo R\$45 milhões, e a nossa região, onde temos uma significativa área de produção, recebe menos.

Na nossa região está situada a Capital da Maçã, que é a cidade de Fraiburgo, além de outras regiões, que produzem mais 12 mil hectares de área de plantio de maçã, 300 mil toneladas/ano. Estamos produzindo boas qualidades de maçãs com mais de R\$110 milhões de faturamento, que dá ao Estado de Santa Catarina com retorno do ICMS.

No Município de Campos Novos se encontra o celeiro de Santa Catarina, onde produzem produtos de qualidade, com uma das melhores genéticas na área da pecuária e da suinocultura. Somente o Município de Campos Novos produz hoje 270 mil toneladas de grãos, com mais de 70 mil hectares de área de plantio, é o maior arrecadador de ICMS em termos de produtos agrícolas.

Poderíamos citar hoje o Município da Capinzal - Capital catarinense do cheddar - onde está localizada uma das maiores indústrias, que é a Perdigão, que hoje tem um abate de 430 mil aves/dia. Uma das maiores arrecadadoras de ICMS, e ainda precisamos mendigar para sair uma rodovia, que é a SC-458, que liga Capinzal a Campos Novos, onde passa toneladas e toneladas de produção de frango.

Além disso tudo é também um corredor do turismo, porque através da ponte sobre o Rio Uruguai Campos Novos em Santa Catarina com o Rio Grande do Sul, até a região de Piratuba, Concórdia e Oeste catarinense, e não vemos esta região contemplada dentro do programa do BID.

Está na hora do Governo e sua equipe rever essas posições e termos um retorno daquilo que merecemos por aquilo que representamos na economia catarinense. São poucos, poderia se dizer, mas a BR-282 está andando, que é um sonho de 40 anos. Está sim, mas está andando com recursos do Governo Federal.

Não vemos uma obra palpável, não vemos uma obra para o futuro ou no Orçamento do Estado no Plano Plurianual que possa dizer que valha a pena pelo aquilo que arrecadamos, pelo aquilo que somos, no contexto do Estado de Santa Catarina.

Esta questão do Prodetur revolta qualquer Parlamentar, qualquer Prefeito e qualquer político de bom senso do Oeste catarinense em ver a região Serrana, a região do Planalto Sul, do Meio Oeste, do Vale do Rio do Peixe, o oestão catarinense, em último lugar nos investimentos, com apenas 4,5 milhões de reais num contexto de 143 milhões de dólares que vem para investir no turismo em Santa Catarina.

Eu vi muitas obras como esgoto sanitário de Camboriú e outras comunidades. Há programas na Caixa Econômica de financiamento para o esgoto. Há programas através do Governo Federal para investir na ampliação dos aeroportos.

E desses 4,5 milhões, Deputado Moacir Sopelsa, a maioria estão lá na ampliação do aeroporto de Chapecó e outros tantos aqui na região de Caçador para obras de pouco significado para a economia catarinense.

O Município de Tangará que está prestes a explorar as águas sulfurosas, que seria a redenção daquele Município, que teríamos o roteiro turístico como tem a comunidade do Município de Piratuba no dia de hoje, não sequer recebeu um centavo para investir nestas águas termais, que é um investimento na área do turismo, sem dúvida nenhuma.

A região do corredor do vinho, que é a região de Videira, Tangará, Pinheiro Preto, que tem a maior produção de uva do Estado de Santa Catarina, não tem sequer uma obra que possa beneficiar a área turística com um corredor turístico de ônibus, onde turistas poderão visitar aquela cidade que são as maiores produtoras de vinho. Como a capital da maçã, Deputado Moacir Sopelsa, no Município de Fraiburgo, que hoje é um Município que tem tido inúmeros ônibus visitando-o pela qualidade da produção, pela quantidade da produção, pelo clima que representa em todos

os Municípios de Santa Catarina não tem um centavo sequer de investimento do Prodetur para incentivar o turismo.

Município como Concórdia, Município como tantos outros na nossa região que precisam ser alavancados nova forma de investimento para a geração de emprego, para a geração de renda, para assegurarmos o nosso produtor rural à tranquilidade da sobrevivência, como é Campos Novos no dia de hoje com o turismo rural que poderia ser auxiliado nesse sentido.

Mas não, deixam de investir nas áreas produtivas para investir no Litoral, onde, repito, vende sol, vende mar o ano inteiro.

Nós vemos a todos instantes Argentinos, Paraguaio, Uruguaios e de tantos países que aqui estão visitando a Capital do Estado pelas belíssimas praias, belíssimas paisagens que tem, mas preferem deixar uma rodovia onde transporta milhões de toneladas de frangos como é Capinzal e Topetanga, preferem não ter investido na rodovia Campo Belo, Anita Garibaldi, que perdemos o canteiro de obras da Usina da Barra Grande para o Rio Grande do Sul, porque não tínhamos uma rodovia asfaltada.

Agora perdemos a subestação da Celesc, como perdemos também o fornecimento de energia para o canteiro de obras da Usina de Barra Grande para a RG do Rio Grande do Sul, porque a Celesc não investiu na hora certa e perdeu.

Estamos a todos os instantes perdendo, não tendo oportunidade de ser reconhecido pelo Estado, pela União, por aquilo que representamos.

É hora, Deputado Moacir Sopelsa da Bancada do Oeste se levantar nesta Casa. Tem que erguer a bandeira do Oeste catarinense e não permitir que essas injustiças continuem sendo colocada. Aqui no Litoral tem uma Bancada muito pequena em relação a nossa do Oeste catarinense e estamos perdendo os maiores investimentos para o litoral de Santa Catarina.

Talvez nós não seremos perdoados pelos eleitores da nossa região se não formos com mais afinco e não cobrarmos com mais determinação. Os Prefeitos estão cobrando, os Vereadores estão cobrando por obras desta natureza.

E chega de vermos a nossa região discriminada! Abrem lá no Oeste Catarinense uma Secretaria do Oeste, que não tem recursos para nada, somente o nome! Foi assim neste Governo e foi assim em outros também. Mas precisamos que tragam para a nossa região, investimentos desta natureza.

Tivemos que mendigar 40 anos para pararmos de pisar na lama da BR-282, que é um dos maiores entroncamentos rodoviários do Mercosul. A ponte que liga o Rio Grande do Sul sobre o Rio Uruguai, levamos 15 anos com as obras paralisadas, buscando e mendigando centavo por centavo, reuniões e reuniões de Prefeitos e Vereadores da região!

Temos dito agora, sim, um pouco de sorte com os Ministros que foram do Sul como o Odacir Kleim, pois no seu tempo saiu a ponte e como agora do Ministro Padilha, que está saindo a BR-282. Mas por parte aqui do Estado temos sido renegados em termos de obras expressivas para a nossa Região.

Por isso, trago neste instante o meu desabafo pois não podemos agüentar mais esta situação de a todo momento perder. Amanhã estará aqui, Sr. Presidente, um ônibus cheio de lideranças de Campo Belo do Sul, Cerro Negro, Celso Ramos e toda aquela região, a fim de reclamar, bater o pé, porque perderam o canteiro de obras da Usina da Barra Grande e agora perderam a subestação,

fornecimento de energia também para o Rio Grande do Sul.

Com isso Anita Garibaldi deixou de ter a arrecadação de ICMS, que foi para o Rio Grande do Sul no canteiro de obras, e também da mão de obra necessária que poderia ajudar a tantos desempregados como têm naquela região, que poderiam estar trabalhando naquele canteiro de obras.

Por isso este meu desabafo neste instante, para que nós, da Bancada do Oeste, onde encerrei o meu mandato de coordenador da Bancada, e que na semana que vem vamos fazer uma reunião para transferir a coordenação para outro colega.

Mas chamo atenção dos Parlamentares, pois foram poucas as vezes que conseguimos reunir mais que cinco Deputados de uma Bancada de treze ou quatorze, de toda a nossa região, para buscarmos os investimentos que precisamos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, venho a tribuna novamente no dia de hoje, porque algumas questões precisam ser devidamente esclarecidas, até porque quem trabalha na desinformação, quem trabalha com a falsidade, está altamente interessado obviamente no caos, não interessa fazer o relato fidedigno do que vem acontecendo. Então, é importante que a gente tenha que, com toda serenidade, vir à tribuna para prestar os devidos esclarecimentos.

A CPI da sonegação teve muita dificuldade para ser instalada, e o Deputado Moacir Sopelsa sabe disso. O nosso requerimento, com várias assinaturas além das quatorze assinaturas exigidas pela nossa Constituição, ficou ao longo de quase quatro meses numa demanda regimental, se podia ou não podia, se tinham ou não tinham cinco CPIs em funcionamento. E nós, ao longo de quatro meses brigamos muito até chegarmos à brilhante conclusão de que na Casa não existiam cinco CPIs em funcionamento, portanto a CPI da Sonegação poderia ser instalada.

As manobras regimentais foram muitas, muitas! Mas a CPI se instalou só em novembro. Começamos a trabalhar. Ai já veio o recesso. Ao retornar os trabalhos, fomos surpreendidos por aquele episódio que consumiu quase um mês dentro da Assembléia Legislativa, e que ainda está subjuice, que é a questão da Presidência da Casa. Mas a CPI, com todas as dificuldades foi trabalhando, foi caminhando, investigando. Quando ela foi constituída os fatos determinados estavam consignados no requerimento, conforme estabelece a nossa Constituição e o Regimento Interno da Casa.

Nós estamos investigando aquilo que está consignado no requerimento de instalação da CPI. Não nos afastamos dele. E nas investigações, que com tanta dificuldade conseguimos finalmente deslanchar, nós tivemos há cerca de três semana um depoimento de um fiscal a solicitação de uma sessão secreta.

Nesta sessão secreta o fiscal nos apresentou a necessidade de efetuarmos uma fiscalização imediata num rol de empresas - o segredo era exatamente porque envolvia sigilo fiscal -, que estranhamente, apesar de utilizarem sistematicamente notas frias, não tinham sido investigadas em 1997 nem em 1999. Tinham ficado de fora da investigação.

A CPI imediatamente, a partir da sessão secreta, determinou ao Ministério Público e a Secretaria da Fazenda que operassem no sentido de fiscalizar imediatamente essas empresas. Uma determinação da CPI! Esta fiscalização foi feita numa ação conjunta do Ministério Público, da Deic e da Secretaria da Fazenda. Não eram mais 20 empresas, já passam de 30. Nesta batida, nesta investigação, um Contador foi preso em flagrante com blocos e blocos de notas fiscais falsas, frias, que ele dava para as empresas poderem se creditar do ICMS, portanto não recolher impostos aos cofres públicos. Crime gravíssimo de sonegação fiscal.

Este Contador que foi preso em Pomerode, porque o seu escritório é lá, trabalhava fundamentalmente para empresas fora, na sua grande maioria em Blumenau. Toda esta operação, que inclusive desencadeou uma prisão, em que o Contador ficou preso durante quatro dias, saiu sob fiança, foi ação da CPI. Portanto, resultando num trabalho concreto que gerou, inclusive, uma prisão em flagrante! Aquilo que toda a população quer. Quando se instala uma CPI já perguntam: mas vão prender? Vão prender ou não vão prender?

A nossa CPI até já prendeu. Não a CPI diretamente. A polícia, que estava agindo sob ordens do Ministério público e da Secretaria da Fazenda, que recebeu a determinação da CPI para fazer a fiscalização.

É estranho que na mesma época que prende, na mesma época que avança a investigação, que chega no nó, porque é que as notas frias não são descobertas nunca aqui nesse Estado, quem produz, que distribui e quem lucra.... De repente aí a CPI não tem mais nada a investigar. A CPI não tem mais motivo de ser! A CPI precisa ser encerrada! A CPI tem o requerimento de prorrogação votado e a votação não vale mais! Eu não sei se é uma contaminação, porque em nível nacional cada vez mais tem denúncias como a Sudam e agora também já estão começando a levantar na Sudene e não sei mais o que, ou seja: cada dia tem novas denúncias de corrupção. E lá no Congresso Nacional a Bancada do Fernando Henrique, que é integrada por vários Partidos, que inclusive estão capitaneando a história de não prorrogar a nossa CPI, é tudo para debaixo do tapete. Ninguém investiga nada! Ninguém investiga nada! CPI lá no Congresso Nacional nem pensar!

Então, eu não sei se houve uma contaminação com essa onda nacional de não investigar, e também em Santa Catarina parece que estão com urticárias, não é? Não querem mais investigação. Aliás, o Governador que não tem assento na Casa também está dando declarações! Eu até achei estranho. Ontem, na coletiva, o Governador dizendo à imprensa que a CPI não trouxe nenhum fato à tona que fosse relevante para o Estado. Agora querem prorrogar porque não descobriram nada, comentou o Governador. Prisão em flagrante, notas frias, empresas que nunca tinham sido fiscalizadas e foram fiscalizadas por ordem da CPI. Isto é irrelevante para o Estado, segundo o Governador.

Quero apenas fazer uma pergunta.

Quem não quer e quer constituir outra tem que explicar por que tem que ser outra? É para quê? É para desviar o assunto? É porque agora nós já conseguimos até prender gente em flagrante, então agora não pode continuar? Porque quem foi preso em flagrante, de repente, num depoimento, na continuidade das investigações poderá vir trazer a público questões que não interessam a determinados segmentos, setores, personalidades? Eu acho que é esta pergunta que nós temos que fazer. É uma pergunta simples! Entende?

Quem quer que a CPI pare tem que explicar porque que quer que pare. Fato determinante tem, novidade tem e não é pequena, é da grossa, como a gente diz. A CPI está cutucando com vara curta, está cutucando com vara curta, está chegando na fonte, está chegando perto de onde sai o esquemão das notas frias, mas de repente isso não interessa.

E, agora, até o Governador resolveu dar palpites na CPI da Assembléia Legislativa. Acho que ele está preocupado, também, Deputado Gelson Sorgato. Eu não sei com o quê.

Agora, Governador do Estado que não quer que a sonegação diminua, que não quer que seja investigada a sonegação, tem que dar explicação para a sociedade! Por que não quer? Está envolvido em alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) (Faz soar a campainha) - V.Exa. tem trinta segundos para a conclusão.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Quem não está envolvido com a sonegação, quem não tem rabo preso com a sonegação, com certeza quer que a investigação continue. Quem não quer vai ter que se explicar de público e nas urnas no próximo período.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PDT.

(Pausa)

Como não há manifestação por parte do PDT, passamos para o último horário destinado ao PPS.

Com a palavra o Sr. Deputado Jaime Duarte, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Sr. Presidente e Srs. Deputados, queria, no horário destinado ao meu Partido, fazer uma saudação de boas-vindas aos moradores que estão aqui presentes, que residem em área pertencente ao Município de Araquari, e que desejam a anexação a Joinville, e desejam ver no concreto a aprovação do Projeto de Lei nº 123/00, que tramita nesta Casa e que está na Ordem do Dia para votação.

Eu espero, sinceramente, que a presença deles não seja frustrante, que eles não retornem para Casa sem ver a projeto votado, decidido, deliberado.

Torço, sinceramente, que esta Casa dê o *quorum* necessário para que possamos decidir uma matéria tão importante. Que não fiquemos nesta Casa só levantando denúncias, mas que se faça, também, e, fundamentalmente, é para isso que estamos aqui, um trabalho propositivo, de solução para os problemas do povo de Santa Catarina.

Queria saudar, então, também lideranças políticas envolvidas na luta dos moradores. O Vereador José Lino de Souza, João Matias, Denilton Pereira, de Araquari, do Vereador José Cardoso, do meu Partido, do PPS de Joinville, do Vereador Kennedy Nunes, do PPB de Joinville.

Queria saudar, também, os ex-Vereadores Valdomiro Dordeti(?) e o Vereador Luiz da Luz, que foi Autor do Projeto na Câmara Municipal de Joinville para viabilizar a anexação desejada pelos moradores desta área de Araquari, compreendida por vários loteamentos.

Nós sabemos que a ocupação do solo nas cidades, nos perímetros urbanos, são dinâmicas e, por isso, é preciso que os limites dos Municípios se adaptem às conurbações, às necessidades, às atenções, às distâncias nos Municípios e das sedes.

A região desses moradores que estão aqui está colada ao perímetro urbano de

Joinville distante de mais de quinze quilômetros da sede do Município de Araquari. Não que o Prefeito de Araquari, ou que a administração de Araquari, não tenha interesse no futuro deles, ou de atender as necessidades básicas deles. Mas, por sua distância e por sua aproximação de Joinville eles já utilizam os serviços públicos deles.

É justo, então, a exemplo do que esta Casa já fez por diversas vezes, que se faça um realinhamento dos limites dos dois Municípios, para que esta área, ocupada por esses moradores e por mais sete mil e poucos moradores possa pertencer a Joinville pela proximidade, e que a cidade, através da administração municipal, possa dar a atenção devida, na manutenção das ruas, no sistema de esgoto, na coleta de lixo, no transporte coletivo, na educação, na saúde, enfim, pela aproximação, possibilitar uma maior atenção.

As duas Câmaras, a de Joinville e a de Araquari, já aprovaram o projetos neste sentido. A Câmara de Joinville aprovou um projeto de autoria do ex-Vereador Luiz da Luz concordando em aceitar uma área de 6,35% de Araquari, onde residem oito mil habitantes, que não ultrapassa 10% de Araquari e por isso, não precisa de consulta plebiscitária.

Mas mesmo assim como Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, nós fizemos uma consulta popular em fevereiro deste ano, e mais de 92% dos eleitores da área, votaram "sim" pela anexação. Não há dúvidas que este é o desejo dos moradores, e não há dúvidas, Sr. presidente e Srs. Deputados, que nós devamos atender essa aspiração, porque essa é a vontade dos moradores. Quero hoje fazer um apelo aos meus nobres Pares desta Casa, para que nós possamos atender a vontade dos moradores, atender a aspiração da população que reside nesta área conurbada.

Evidente, que a nossa visão em termos de ocupação e atenção aos moradores poderia ser tratado em nível de consórcio intermunicipal, como é o caso. Mas neste caso específico que conheço tão bem, tenho certeza absoluta que o desejo e a melhoria vai vir com a anexação ao Município de Joinville, porque com isso, Joinville já vai poder dar uma atenção maior, uma atenção merecida a eles. São pessoas de trabalho, operários simples, donas de casa simples, pessoas simples da população, mas que com certeza absoluta tem direito a uma qualidade de vida melhor que tem hoje.

Não é justo que fiquem parcialmente abandonados, que fiquem sem atenção merecida. Nós vivemos um momento em que a luta e a garantia da dignidade humana tem que ser uma coisa buscada e perseguida.

Eu desejo, sinceramente, que nós possamos dar um prêmio à população que está aqui, ao Presidente da Associação de Moradores, à comunidade e às lideranças. Que nós possamos atendê-los e fazer justiça com essa comunidade tão importante da nossa região norte.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - A Presidência comunica a justificativa de ausência dos seguintes Deputados: Adelor Vieira, que está em missão no Oeste de Santa Catarina, e do Deputado Clésio Salvaro, que está acompanhando o Prefeito de Lauro Müller em Curitiba.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia. Como é visível a nossa falta de *quorum*...

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra, pela ordem a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Até para que de repente, a gente possa ter *quorum* não é? Quem sabe a gente ganha alguns minutos e a Bancada governista possa vir para o Plenário.

Eu fiz uma questão de ordem na semana passada, que se atém ao art.87, que peço por favor que V.Exa. leia na íntegra. Porque eu fiz esta questão de ordem, nos foi prometido pelo Deputado Onofre Agostini que isso seria cumprido, e infelizmente, mais uma vez, o Regimento desta Casa não é observado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Art. 87 - Pauta é a relação das matérias em condições de deliberação na Ordem do Dia da sessão Plenária da Assembléia Legislativa.

§ 1º - A pauta conterà todas as proposições destinadas a Ordem do Dia, exceto os requerimentos referente à discussão e votação em plenário.

§ 2º - Fim dos trabalhos ou esgotado o prazo da sessão, o Presidente antes de encerrá-la explicitará e distribuirá cópia da pauta aos Parlamentares, designando a Ordem do Dia da sessão seguinte.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Então, a Ordem do Dia está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Está em nossas mãos, Deputada.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Está apenas relacionado os projetos e os requerimentos que terão que ser deliberado pelo Plenário não constam da pauta, entende?

Eu até citei o porquê que estava pedindo, porque na semana retrasada o Presidente deferiu um requerimento e sequer deu ciência ao Plenário. Fomos nós que levantamos e pedimos - até era V.Exa. que estava presidindo a sessão - explicações de qual era o alcance, o significado, daquele requerimento deferido. V.Exa. até ficou numa situação bastante delicada, porque não conseguia interpretar qual era o entendimento que o Deputado Onofre Santo Agostini tinha tido ao deferir o requerimento.

Na semana passada, fomos surpreendidos por um requerimento de no cabeçalho pedia uma coisa e na justificativa fazia outra, encerrava a CPI. Certo! Tanto que pedimos a suspensão desse requerimento, para que ele não entrasse mais na Ordem do Dia, não fosse deliberado, tendo em vista que a CPI tem a sua prorrogação já votada.

Então, é o seguinte: fizemos a questão de ordem porque não queremos mais ser surpreendidos por requerimentos! Requerimentos que precisam de deliberação, nós temos que estar absolutamente conscientes que eles vão entrar na pauta, até por que na hora de votação de requerimento, muitas vezes, eles passam batidos. Passam, até, sem verificação de *quorum*, muitas vezes.

E aí, depois, se vem fazer discussão se tinha ou não tinha *quorum*. Só que na hora do requerimento, que estava em votação, que foi submetido à votação, que a votação foi declarada, entende, aí depois, 3h depois, querem refazer as votações.

Então, Deputado Ivo Konell, quero que o Regimento seja cumprido, com exceção dos requerimentos referentes à ordem das discussões e tal, todos os requerimentos têm que estar aqui na pauta para sabermos o que é, o que nos aguarda na hora da votação, para que não sejamos surpreendidos. E a pauta tem que ser entregue na sessão anterior, para podermos nos preparar com a devida antecedência.

Também quero dizer que evita aquele requerimento que, de repente, é, pode ser, incluído no dia, não anteriormente.

Muitas vezes acolhemos pedido de acordo para incluir na Ordem do Dia um requerimento, mas aí é um acordo, aí todos os Parlamentares têm que estar ciente de que aquele requerimento foi apresentado hoje e assim ele está sendo incluído, por acordo, na Ordem do Dia.

Eu queria, Deputado Ivo Konell, de uma vez por todas, que o Regimento fosse cumprido nesta questão, que é uma questão, principalmente para nós da Oposição, fundamental para orientar o nosso trabalho.

Tenho muita dificuldade, enquanto liderança da Bancada, de orientar os meus demais Companheiros de como é que vamos nos portar em determinadas votações, se sou absolutamente surpreendida no Plenário por algo que nem sabia que ia acontecer.

O Sr. Deputado Heitor Sché - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - A sua colocação é justíssima e as providências certamente serão tomadas.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Heitor Sché.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Sr. Presidente, quero fazer um registro, mais uma vez, já que a Deputada Ideli Salvatti se referiu muito ao Regimento Interno, e volto a falar nele.

Nós temos direito a faltar uma vez por semana a sessão aqui na Assembléia. Mas há, regimentalmente, legalmente, as posições de dar ou não dar *quorum*, então tem Deputado que não vem porque o Líder da Bancada pede para não dar *quorum*, até aí tudo normal.

Só que o nosso Regimento, aquele que foi votado aqui nas escuras, não está sendo cumprido e ninguém tem interesse, pelo jeito, de modificá-lo. Portanto ninguém entende qual o Regimento que está em vigor.

Mas o fato é que tem determinados problemas que não podem ser decididos por Lideranças, porque, como já disse deste microfone, temos Partido com um Deputado que é Líder, que se intitula Líder, é Líder, porque é Líder dele mesmo, só que regimentalmente não existe Bancada para ser Líder.

Bom! No Regimento Interno da Assembléia Legislativa, no atual, neste que a metade está em vigor e a metade não está, diz que as sessões das quintas-feiras, no Poder Legislativo serão realizadas à tarde.

E todas as quartas-feiras há uma decisão de Lideranças, contrariando o Regimento Interno, marcando a sessão para quinta-feira de manhã. Marca para sexta-feira, ou para sábado, marcam de acordo como querem. Ninguém obedece o Regimento.

Como se nós faltarmos mais de uma sessão por semana sofremos desconto na folha, o que não aconteceu comigo ainda, eu peço a V.Exa., mais uma vez, que normalize esta situação, porque nós Deputados não podemos adivinhar qual é a vontade do Presidente ou das Lideranças para que marque o dia das sessões.

É lógico que nós temos compromisso com essa Casa. O primeiro compromisso de um Deputado é com esta Casa, depois com as suas bases. Mas para que possamos marcar um roteiro para visitar as nossas bases, nós temos que adivinhar qual é o dia que a Assembléia vai resolver fazer sessão.

Por isso, Sr. Presidente, eu pediria encarecidamente pela 10ª ou 20ª vez que eu já venho pedindo à Presidência que normalize o dia das sessões.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Jaime Duarte - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Jaime Duarte.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Sr. Presidente eu estou fazendo um esforço como Autor da lei. Eu diria que atender o pleito da população não tem autoria individual, é tarefa de todos nós. Eu tenho certeza que esse é o compromisso de todos os Deputados nesta Casa.

Eu entendo que nós devíamos fazer um grande esforço, já que a Ordem do Dia começa às 16h, e eu vejo uma série de Deputados vindo ao Plenário, eu tenho certeza que vamos ter *quorum* hoje.

Vou citar meus dois requerimentos: primeiro que se faça a inversão da pauta para que seja votado em primeiro lugar o Projeto de Lei nº 123/00, que trata da anexação preterida pelos moradores de Joinville que estão aqui.

Segundo, que nós votássemos aqueles requerimentos que seriam deferidos por V.Exa., porque não haverá divergência porque é atribuição do próprio Presidente e aqueles que são comuns, que não há controvérsia, para que pudéssemos ganhar algum tempo e garantirmos o *quorum* e pudéssemos votar ao menos um projeto nesta tarde, já que os demais eu acredito que será difícil.

Eu gostaria que V.Exa. consultasse as Lideranças ao menos para dar esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Vamos fazer a chamada para verificação de *quorum*.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra, pela ordem, a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - O Deputado Heitor Sché fez uma questão que eu quero concordar absolutamente.

Inclusive já tive também prejuízo pessoal por causa dessas decisões súbitas de mudanças de dia e horário das sessões da Casa.

Como é regular, pelo menos eu espero que seja, no meu caso sempre é aplicado ou eu observo para que não seja aplicado, que é aquela questão de no máximo quatro faltas ao mês, às sessões.

Só que de vez em quando acontece da sessão vir de uma dia para o outro, a que é da tarde, e a gente se programa para estar aqui à tarde, e de repente ela vem para de manhã. Aí você já tem um outro compromisso agendado. Não pode vir.

Então, eu tive no mês passado um problema porque uma sessão de quinta-feira veio para quarta-feira, e naquela quarta-feira eu estava em Chapecó acompanhando as atividades com a presença do nosso Presidente de honra, o Deputado Luiz Inácio Lula da Silva, acabei naquele dia tendo duas faltas. Fiz uma questão de ordem no Plenário e posteriormente o Deputado Onofre Santo Agostini resolveu e uma das minhas faltas foi retirada. Portanto, eu acabei não tendo o desconto.

Mas eu entendo que o que o Deputado Heitor Sché está pleiteando, ou seja, que as sessões sejam mantidas conforme o Regimento e que se houver qualquer mudança, por acordo, que isso seja feito com bastante antecedência para podermos nos programar, equacionar as nossas agendas.

Agora, tem algo que gostaria de perguntar. Cuidamos muito sobre a questão das faltas, quando temos alguma representação em nome da Assembléia fora de poder justificar para que não tenhamos obviamente o desconto do salário.

Agora acho que a Assembléia deveria ter um pouco de transparência. Não é publicado no Diário da Assembléia as presenças e ausências dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Não.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Não é uma prática, mas acho que seria interessante, até porque temos tido muito problema de *quorum*. Este ano o *quorum* anda difícil aqui na Casa. Vira e mexe não tem. Percebemos que há uma ausência muito acentuada dos Parlamentares. Será que não seria uma boa providência podermos ter a publicação ao final do mês das presenças e das ausências dos Parlamentares, com as devidas justificativas, acatadas ou não, até para podermos ter transparência.

Particularmente vou ser sincera. Gostaria muito de saber como é que determinados Parlamentares que eu praticamente não vejo no Plenário ao longo do mês inteiro, como é que são feitas as justificativas e se eles têm os descontos devidos ou não.

Não sei se a gente oficia isto à Mesa, mas acho que seria uma providência bastante pertinente até a transparência dos trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - É necessário encaminhar à Mesa um requerimento para que seja apreciado numa das reuniões.

Com relação à questão das sessões de quinta-feira e da semana passada de quarta-feira, as que presidimos, queremos dizer que as Lideranças foram consultadas. Se os Líderes não têm delegação para concordar ou discordar dessas colocações, não é culpa nossa, absolutamente. Nenhuma sessão foi antecipada sem a devida consulta às Lideranças dos Partidos.

Essa questão está sendo colocada de forma até injusta, pois a Presidência não tem nenhum responsabilidade isto. Se os Líderes não desejarem a antecipação da sessão ela não será feita.

O Sr. Deputado Heitor Sché - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Heitor Sché.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Sr. Presidente, acho que V.Exa. está equivocado porque os 40 Deputados aqui nesta Casa têm os mesmos direitos e as mesmas obrigações.

Há determinados pontos que as Lideranças não podem modificar o Regimento Interno. Não pode mudar a sessão só com a permissão das Lideranças, porque não posso ficar à mercê da minha Liderança, deixar minha Liderança decidir por mim, deixar o Líder da minha Bancada tomar as medidas em nome do povo que me elegeram. Não, aí V.Exa. me desculpe. Para mudar o dia das sessões todos os Deputados presentes no Plenário terão que ser ouvidos.

Por isso ou se modifica e se acerta o Regimento, ou se deixa as sessões no horário que estão marcada, que é na quinta-feira à tarde e não pela manhã.

É muito fácil, é só mudar o Regimento. É isso que estou apelando há dois anos à Mesa para que se modifique o Regimento, ou seja, que as sessões sejam como era antigamente. Este é um caso que estou falando porque isso toda semana ocorre.

Quero deixar claro a V.Exa. que não é a Liderança do meu Partido ou qualquer Líder nesta Casa que tenha mais prerrogativa ou obrigações do que eu. Sou um Deputado que me considero no mesmo nível dos Líderes, da Presidência, no mesmo nível da Mesa Diretora, embora respeite disciplinadamente todas as

posições de cada Deputado. Mas em direito neste Plenário os 40 são iguais.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente, esta é uma questão realmente regimental. Acho que quando não é regimental a Mesa para decidir tem que ter um requerimento para falar sobre ele e aí se decidiu pela maioria. Quando tiver uma alteração que não está prevista no Regimento só se pode fazer diante de um documento e que se decida soberanamente pela maioria.

Fora disso eu acho que a Mesa realmente não pode deliberar. Como essa é uma questão que pertence à Comissão Executiva da Casa, que é a Mesa, eu acho que ela que tem que tomar essas decisões.

Eu vim pedir a palavra pela ordem para concordar com o Deputado Jaime Duarte, porque estão aqui todas as pessoas interessadas na anexação ao Município de Joinville, os loteamentos de Itaipú, Ana Júlia, Gabriela, Jardim Edilene, Maria Francisca e parte de Estevão Mattos, que serão desmembrados do Município de Araquari.

Então, na realidade, isso foi um processo que tramitou, que a manifesta vontade popular deseja assim, Sr. Presidente. E eu acho que seria oportuno agora V.Exa. fazer a chamada para aqueles Deputados que estão no gabinete comparecerem. E eu não sei se V.Exa. poderá decidir antes do veto, porque ele precede às demais proposições. Mas se V.Exa. tiver dificuldade de decidir, anteriormente ao veto, a votação deste projeto de lei, eu pediria que V.Exa. submetta à votação o veto e depois, sim, os demais poderão ser, não têm precedência... E nós deveríamos votar esse para respeitar todas as pessoas que vieram de longe para ver essa votação.

Este é o requerimento que faço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a concordância das Lideranças nós podemos perfeitamente inverter a pauta, até em respeito às pessoas que vieram de Araquari, de Joinville, para acompanhar a sessão.

O Sr. Deputado Milton Sander - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Milton Sander.

O SR. DEPUTADO MILTON SANDER - Em relação a esse requerimento do Deputado Jaime Duarte, e em respeito à população que veio de Joinville, o PPB, os seus dez Deputados, concorda que seja primeiro votado esse projeto de Joinville e Araquari em respeito às lideranças que estão aqui e depois que se siga normalmente a pauta já determinada.

Então, o PPB está de acordo!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Jaime Mantelli.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Ouvir a manifestação das galerias sempre é muito importante, porque aí está a manifestação popular.

Nós ocupamos este espaço para, inicialmente, concordar e apoiar o requerimento do Deputado Jaime Duarte da inversão da pauta e declarar o nosso apoio e o nosso voto favorável à proposta de anexação ao Município de Joinville dessa região, que já foi aqui bastante nominada, como os loteamentos de

Itaipú, Ana Júlia, Gabriela, Jardim Edilene, Maria Francisca e parte do loteamento Estevão de Mattos, que desmembra do Município de Araquari.

Queremos dizer que é uma manifestação que nasceu da base popular e que nós, efetivamente, temos o entendimento de que somente temos que avaliar na medida em que atende ao interesse de quem lá habita, de quem lá trabalha, de quem lá vive. E nós estamos simplesmente fazendo justiça naquilo que a população de lá já se manifestou.

Então, resumindo, o nosso apoio ao projeto e o nosso apoio ao requerimento do Deputado Jaime Duarte no que tange à inversão da pauta.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente, gostaria de falar pela Bancada do PMDB para, em primeiro lugar, justificar a ausência do Deputado Adelor Vieira, que ontem à tarde comunicava-nos da impossibilidade de comparecer à sessão. E ao mesmo tempo em que comunicava essa impossibilidade, fazia um apelo à Bancada no sentido de que votasse favoravelmente a esse pleito dessas comunidades do Município de Araquari, que pleiteiam justamente a sua anexação ao Município de Joinville.

Por essas razões, a Bancada do PMDB, por intermédio do seu Líder, também se manifesta favoravelmente a que haja a inversão da pauta de sorte a que essa matéria, em homenagem às pessoas que aqui estão presentes, seja votada em primeiro lugar.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. Presidente, a Bancada do PFL também vota favoravelmente, de acordo com as demais Lideranças.

(Palmas das galerias)

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Deputado Ivo Konell, como eu já tive a oportunidade de saudar os moradores de Araquari - e que nós esperamos que após esta votação possam ser moradores de Joinville -, queremos apenas dizer que somos favoráveis não apenas à inversão de pauta, mas também a que o projeto seja imediatamente votado e aprovado para que essa comunidade que tem uma ligação de proximidade possa ser atendida pelo Município de Joinville e os moradores desses bairros possam ter as suas condições de vida elevadas por um atendimento mais digno do que eles têm atualmente.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Diante das manifestações das Lideranças dos diversos Partidos e da verificado de *quorum* regimental, que agora é visível, passamos à votação do Projeto nº 123.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0123/2000, de procedência da Comissão de Justiça, que anexa ao Município de Joinville os loteamentos Itaipú, Ana Júlia, Gabriela, Jardim Edilene, Maria Francisca e parte do Estevão de Mattos, desmembrados do Município de Araquari, e

desmembra área do Município de Joinville, anexando-a ao Município de Araquari.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Jaime Duarte - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Jaime Duarte.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Sr. Presidente, gostaria de agradecer a todas as Lideranças que foram favoráveis à inversão da pauta, pela unanimidade da votação, pois eu tenho certeza de que com esses atos é que a Assembleia Legislativa se legitima e se valoriza cada vez mais.

Parabéns aos moradores que estão aqui presentes.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Votação, em turno único da Mensagem nº 0935/2001, de procedência governamental, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei nº 376/2000, de autoria da Deputada Ideli Salvatti, que dispõe sobre a inclusão de artistas e modelos negros nos filmes e peças publicitárias encomendadas ou patrocinadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, com sua discussão encerrada.

De acordo como dispositivo regimental, o processo de votação será secreto.

Em votação.

Os Srs. Deputados que votarem "sim" rejeitam o veto, e os que votar "não", mantêm o veto.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Esta Presidência verifica falta de *quorum* regimental. Portanto, essa votação não se concretizou, ficando para a próxima sessão.

Em fase da inexistência de *quorum*, retiramos da pauta o Decreto Legislativo nº 0022/2000 e o Projeto de Decreto Legislativo nº 0020/2000.

Encerrada a pauta de votações, passamos à leitura dos requerimentos.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Gelson Sorgato, que solicita o envio de mensagem telegráfica à comunidade de Serra Alta pela passagem do 12º aniversário de emancipação político-administrativa, a se realizar no dia 26 de abril.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica à comunidade Matos Costa, cumprimentando-a pela passagem de aniversário de emancipação político-administrativa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica à comunidade de Timbó Grande, cumprimentando-a pela passagem de aniversário de emancipação político-administrativa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gelson Sorgato, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Cooperativa Central Aurora, cumprimentando-a pela passagem do 32º aniversário.

A Presidência defere de plano.

Os demais requerimentos que estão na mesa serão retirados da pauta por falta de *quorum* para votação.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Pedimos a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Jaime Mantelli.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Requeremos a verificação de *quorum* porque nos parece que há *quorum* a partir desse momento.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pedimos a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra, pela ordem, a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Não foi feita a verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - A verificação de *quorum* foi feita no painel pela votação do veto.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, aquela votação do veto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Haviam 17 Deputados.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Era visível que haviam Parlamentares que não votaram, não quiseram exercer o direito do voto e estavam no Plenário.

Portanto, verificação de *quorum* para continuidade das votações não foi feita. V.Exa. não pode declarar que não há *quorum* para continuidade das deliberações, a não ser que V.Exa. peça a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Atendendo a sua solicitação da Deputada Ideli Salvatti, faremos a chamada dos Srs. Deputados para a verificação de *quorum*.

Solicito ao Primeiro Secretário, Deputado Manoel Mota que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados para a verificação de *quorum*.

O Sr. Deputado Nelson Goetten - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o Sr. Deputado Nelson Goetten.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente, poderíamos fazer a chamada no painel?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - De nossa parte não há nenhum problema, mas acho é melhor fazermos a chamada nominal, porque o painel todo dia tem dado problemas. Alguns deixam de registrar a presença e confunde completamente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Manoel Mota) - (Procede-se à verificação de *quorum*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Estão presentes 16 Srs. Deputados.

Terminada a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, a Sra. Deputada Ideli Salvatti, por 10 minutos.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Estou abrindo mão, até porque usei duas vezes o horário. Apenas quero registrar a estratégia da Bancada Governista de não dar *quorum*. Porque trata-se da questão do debate sobre a prorrogação da CPI e a Bancada Governista sai. A Bancada Governista continua tendo que explicar porque que não quer que a Sonegação seja investigada em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Apenas porque V.Exa. tinha solicitado

o horário para recuperar a dianteira que a Bancada da Situação tem.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, é que estou um pouco enjoada de falar...

Ando com saudades de ouvir outras vozes da Bancada Governista, que não os estridentes agudos do Deputado Nelson Goetten.

Na desistência da Sra. Deputada Ideli Salvatti, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Milton Sander.

O SR. DEPUTADO MILTON SANDER - Sr. Presidente e Srs. Deputados, inicialmente agradeço ao Partido dos Trabalhadores por ter me cedido este espaço, já que o tempo do meu Partido está reservado a outros Colegas e gostaria de fazer Srs. Deputados, pelo menos dois registros de assuntos de extrema importância para a economia de Santa Catarina, para os destinos da Região que nos últimos dez anos tem sofrido a maior deterioração econômica, que é a Região do grande Oeste.

E como estamos neste Plenário com vários Deputados da nossa Região que podem testemunhar a importância do assunto que pretendo enfocar, queria dizer que nem tudo são tristezas, lamentações ou sonegação. Tem gente que trabalha, têm comunidades que precisam receber a atenção das autoridades governamentais, de nós Parlamentares, porque representam estas comunidades e esta Região a minha Região Oeste. Região que já foi o celeiro do Estado e do Sul do País e que pelos índices econômicos, como disse, dos últimos dez anos, tem sofrido uma séria deterioração, especialmente no campo econômico e, por via de consequência, naturalmente social, na questão da qualidade de vida.

No entanto, Srs. Deputados, com o advento do ressurgimento das exportações, retomadas pela missão russida pelo Governador Esperidião Amin à Rússia, na qual este Parlamento esteve representado pela nossa pessoa, pelos Deputados Lício Silveira, Gilmar Knaesel, Rogério Mendonça e pelo Deputado e Secretário da Agricultura Odacir Zonta, além de vários empresários do setor da suinocultura de Santa Catarina, ficamos animados com o que pode acontecer para a nossa região.

Só para se ter uma idéia, quando embarcamos para a Rússia no dia 18, o preço do suíno vivo, que é um componente econômico da maior importância, o principal componente econômico da nossa região, estava ao preço de R\$1,05. Devido ao sucesso dos contratos de exportações realizados na Rússia pela própria Comitativa, o preço hoje está, menos de trinta dias após, perto de R\$1,40 ou R1,46, o que representa um aumento do lucro ao produtor, especialmente do pequeno produtor que é o contingente quase total da produção suinícola da nossa Região, próximo de 40%.

E com isso o nosso cereal rei, que é o milho, que este ano na nossa região produziu uma super safra e, por isso mesmo estava com um preço aquém daquilo que o agricultor merecia pela sua produção, teve um incremento imediato de mais de 20% com perspectivas de que a saca de milho vá a R\$10,00, talvez R\$11,00 dentro das próximas semanas, o que será para o nosso agricultor um lucro extraordinário, justamente numa época em que teve uma safra extraordinária.

E a propósito, tivemos a honra de estar representando esta Casa, Sr. Presidente, na inauguração da mais nova unidade do frigorífico Aurora. Um dos quatro maiores conglomerados do Brasil na produção de suínos e de aves, aonde presenciamos e representamos esta Casa na inauguração da

ampliação da unidade de Chapecó. Um investimento de mais de R\$35.000.000,00, que provocou imediata admissão de mais 200 funcionários diretamente e outros 500 indiretamente.

Além de propiciar um faturamento adicional, especialmente na exportação que vai ser a redenção, sem dúvida alguma, se assim continuar e assim esperamos, da nossa região tão sofrida nos últimos 10 anos, especialmente o nosso produtor rural.

Por isso quero trazer a público Srs. Deputados, os nossos cumprimentos a toda a direção do Grupo Aurora, capitaneada por este líder cooperativista, Auri Luiz Bodanese e que tem na vice-presidência um ex-colega nosso, Deputado por duas vezes, José Zeferino Dadozo, que estão comandando a expansão daquela que é uma das principais atividades da nossa região.

Estivemos na presença de autoridades de todo o Sul do País. De importadores da Europa, da Ásia e do Japão, que foram ver com seus próprios olhos o que tem de mais moderno num frigorífico para poder abastecer, não só o mercado nacional, mas especialmente o exigente mercado internacional.

Por isso, Deputada Ideli Salvatti, agradeço ao seu Partido e a sua pessoa, de coração, por essa oportunidade de nessa tarde fazer esse reconhecimento àquela classe que tanto tem trabalhado pela nossa região e pelo nosso pequeno agricultor, cujos investimentos acabei de relatar.

Com certeza o nosso pequeno agricultor, desde a semana passada está mais feliz. Não está mais rico porque não é rico, mas está com menos pobreza. Está com mais poder aquisitivo para gastar no comércio, para gastar na própria indústria. Enfim, para melhorar a sua propriedade.

É este o registro que queria fazer neste momento aproveitando a oportunidade que V.Exa. me concede. Como disse, nem tudo é sonegação. Tem gente que trabalha, tem gente que faz, tem gente que constrói. Acho que essa gente merece o registro. Por isso pedi esta oportunidade a V.Exa.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MILTON SANDER - Com todo o prazer, Deputada, lhe concede um aparte.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Deputado Milton Sander, com certeza a grande maioria do povo brasileiro trabalha e faz. Infelizmente aquela minoria que não trabalha e não faz é que nos suga.

Quero dizer que com muito prazer cedi o espaço, até porque, como já disse, andamos cansados daquele samba de uma nota só. A Bancada Governista tem sido o samba de uma nota só. É um tom de voz e já refletimos diversas vezes que deveríamos ganhar insalubridade pela agressão aos nossos ouvidos, porque é sempre num tom elevadíssimo, quase beirando... Um tom quase histórico.

Então quero dizer que tenho muito prazer que os demais membros da Bancada Governista ocupem mais vezes a tribuna e possam nos brindar com variações de sons, de temas, de assuntos relevantes como V.Exa. está trazendo para a tribuna no dia de hoje.

Quero dizer que cedi o meu horário com muito prazer e espero que a Bancada Governista utilize a tribuna de forma mas variada para não enjoarmos daquela nota agressiva e gritante.

O SR. DEPUTADO MILTON SANDER - Concordo que o som estridente agride, às vezes, os nossos tímpanos. Mas tem alguns

assuntos e algumas manifestações que agridem a nossa inteligência. Também têm havido diversos casos nesse Plenário, infelizmente.

Ao encerrar quero deixar, como disse, acredito que em nome de toda a Bancada do Oeste catarinense, está aqui o Deputado Moacir Sopelsa, o Deputado Rogério Mendonça que esteve conosco na Rússia, o Deputado Reno Caramori, Deputado Jaime Mantelli que também é da nossa região, deixar os cumprimentos ao grupo Aurora, liderado pelo grande líder cooperativista, Auri Bodanese, por esta coragem de, em época de crise, fazer um investimento de R\$35.000.000,00, inaugurar uma obra em menos de 12 meses, dar emprego a mais de 700 pessoas, direta e indiretamente, e ajudar Santa Catarina e o Brasil a sair da crise.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - O próximo orador inscrito é o Sr. Deputado Manoel Mota, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, veja o tamanho da responsabilidade da Comissão Parlamentar Externa aprovada por unanimidade nesta Casa para tratar sobre a BR-101.

A BR-101, que é palco de muito palanque realizou na semana que está se passando um movimento extraordinário que iniciou-se em Criciúma e prosseguiu ontem em Tubarão, com mais de duas mil pessoas, Deputado Joares Ponticelli.

Essa Comissão Parlamentar Externa, que tem como Presidente V.Exa. e como Relator este que vos fala e outros companheiros que conosco serram fileiras com aval do restante desse Parlamento, temos essa grande responsabilidade de participar, como participamos ontem, daquele encontro com mais de duas mil lideranças, numa reunião extraordinária coordenada pelos Vereadores, pelo Presidente Ronério, de Tubarão, representado por todas as Câmaras de Vereadores do Sul do Estado. Em torno de 43 Municípios, com Liderança.

Teve papel fundamental a imprensa ontem. Toda a imprensa do Sul estava presente com o papel fundamental de divulgar. Quero dizer, é uma luta coletiva da sociedade em busca de uma solução, da duplicação da BR-101.

Hoje está numa audiência com o Presidente da República o Fórum Catarinense, representado pelos 16 Parlamentares, os Deputados Federais e os três Senadores, com a mesma bandeira, com a mesma luta, o mesmo trabalho, a mesma responsabilidade.

E amanhã mais de 150 Lideranças de Santa Catarina estarão presentes em Brasília, evidentemente invadindo os gabinetes de Deputados, de Senadores, buscando o apoio, indo ao Ministro, ao Ministério do Transporte, indo à Presidência de República de novo, invadindo o Ibama. Com certeza, invadindo o Ibama. Talvez as Lideranças do Sul, desesperadas, façam como os sem-terra fazem, invadam... É o que vai acontecer em Brasília, amanhã, com certeza.

E, nós, Deputado, estaremos juntos neste mutirão em Brasília, e V.Exa. que não pode ir, tenha certeza farei de tudo para poder representar bem a nossa Comissão, este Parlamento, em nome de todos os Deputados, porque é importante nesse instante a participação do nosso Parlamento, para dar a resposta à sociedade, que está desesperada.

Desesperada porque a duplicação até Palhoça é uma realidade e de Palhoça para em diante apresenta problemas. É problema

de índio, é problema do Ibama que se arrasta por três anos. O problema do Ibama se arrasta por um ano. O Ibama e a Funai existem, Deputado Jaime Mantelli, para preservar a vida e, com esse atraso, com essa morosidade, estão contribuindo para matar!

Porque não dando o parecer, evidentemente não sai a licitação. Vão morrer dezenas, centenas de pessoas, porque se não fizer dentro de 90 dias, 60 dias, a lei eleitoral do ano que vem vai proibir.

E vamos para outro Governo. Daí quando que vai sair. Quantos vão morrer! É um crime que estão fazendo com sul do Estado. O sul do Estado não pode calar e por isso está inteiro. É um mutirão só! E luta na duplicação.

E amanhã, esperamos buscar, quem sabe nossa representação no Congresso Nacional, o nosso Fórum Catarinense, busque essa resposta hoje. Senão complementamos amanhã. O Fórum e todas as Lideranças que estão presentes. Espero buscar uma resposta altamente positiva em busca de uma solução, que é a duplicação da BR-101.

Mas com muita honra ouço o Sr. Deputado Joares Ponticelli que, com certeza, vai acrescentar, enriquecer ainda mais o meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. V.Exa. que também esteve participando daquele grande movimento encabeçado pelos Vereadores, com a presença de todas as Câmaras, dos Prefeitos, das Associações de Municípios, das Associações Comerciais e Industriais, CDLS, entidades, Rotarys, Lions, Igrejas, Maçonaria, enfim, tantas entidades com ampla cobertura da imprensa regional e da imprensa de Santa Catarina.

Tanto que hoje todo o Estado de Santa Catarina e o Brasil ficaram sabendo daquele importante manifesto que ocorreu na nossa cidade, na nossa Tubarão na tarde de ontem.

Entendo que são movimentos como esses que transmitem para a coletividade de Santa Catarina e do Brasil a nossa angústia no Sul do Estado. Não suportamos mais enfrentar essa rodovia já batizada de rodovia da morte. E não podemos calar neste momento em que estamos correndo contra o relógio, porque se não tivermos a licença ambiental concedida nos próximos dias, teremos a inviabilidade do financiamento. E no ano que vem, além da lei eleitoral, Deputado Manoel Mota, não estamos falando, mas também teremos a implicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que veda o início de novas obras públicas nos últimos seis meses de mandato.

Então veja V.Exa., e V.Exa. falou com muita propriedade, depois disso um novo governo vai se estabelecer e até tomar pé da situação e retomar essa obra como prioridade, quanto tempo teremos que esperar? Quantas vidas terão que ser ceifadas ao longo daqueles 300 quilômetros do trecho catarinense e demais 100 quilômetros de trecho gaúcho, porque a duplicação não pára na divisa de Santa Catarina, não pára no Rio Mampituba, tem que ir até Osório?

Então V.Exa. recebe deste Presidente da Comissão Parlamentar Externa a incumbência de representar a nossa Comissão na tarde de amanhã, e tenho certeza que também receberá das mãos do nosso Presidente Onofre Santo Agostini a incumbência de representar este Parlamento. De estar junto ao Ministério, junto ao Ibama. Pena que a Funai ainda não se manifestou se vai receber ou não. Porque é preciso, Deputado, vez por todas, colocarmos DNER, Funai e Ibama, todos sentados a uma mesma mesa para parar desse negócio de dizer que o culpado é aquele que está ausente a reunião.

V.Exa. que participou das audiências em fevereiro, lembra que até lá os problemas eram somente ambientais. Agora que surgiu a questão do índio. E o que vai surgir depois disso? Então, tenho certeza que V.Exa. representará com muita competência, determinação, com sua voz ativa de um bravo defensor das coisas do Sul e de Santa Catarina. Representará muito bem não só a nossa Comissão Parlamentar Externa, mas também a nossa Casa.

E oxalá, possam os representantes do Sul de Santa Catarina, voltar amanhã, ou quem sabe até hoje o nosso Fórum Parlamentar, o nosso Governador Esperidião Amin, eles que estão neste momento, sentados com o Presidente Fernando Henrique, tomara que possam trazer, hoje ou amanhã, a boa nova do lançamento do edital e do início conseqüente das obras de duplicação da BR-101 no Sul do Estado.

Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento do dia de hoje.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer o seu aparte, Deputado Joares Ponticelli, e dizer da nossa responsabilidade. Se viermos amanhã sem uma resposta, Deputado Joares Ponticelli, a nossa Comissão, em nome deste Parlamento, vai convocar nesta Casa um grande encontro, Funai, Ibama, e DNER. Então nossas Lideranças do Sul do Estado inteiro, vão, evidentemente, lotar esta Casa, para ter posição frente a frente, e vamos saber onde é que está a irresponsabilidade.

Porque confiamos no Dr. Roberto Ribas, um engenheiro competente, que tem dado um atendimento de grande dimensão às nossas rodovias federais. E ele não tem culpa, porque sem o projeto de engenharia não tem o fazer aqui em Santa Catarina. Por mais que o Ministro queira. Sem haver o parecer do Ibama fica impedido. Então se vamos estar todos juntos num grande encontro no Parlamento de Santa Catarina, evidentemente vamos ter a solução.

E voltando de Brasília sem uma resposta altamente positiva, um parecer favorável, vamos tomar uma posição, vamos convocar todos neste parlamento, na Casa do povo, e vamos saber aonde é que está pegando isso que traz a cada final de semana mortes e mais mortes.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Deputado Valmir Comin, ouço V.Exa. que também é do ramo, é do Sul, que tem a mesma responsabilidade, que estava presente, que trará, com certeza, a sua contribuição para enriquecer o nosso pronunciamento.

Pedimos ao Presidente mais dois minutos para que o Deputado Valmir Comin possa fazer seu aparte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Está concedido, Deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Quero parabenizar V.Exa. pelo brilhantismo como vem desenvolvendo também frente a este pleito, que é um pleito comum, de todas as grandes Lideranças. Não só do Sul do Estado, porque este é um problema estadual e um problema nacional. Estamos lidando com a rota do Mercosul, com divisas internacionais.

Nobre Deputado, o Sul do Estado, nos últimos 10 anos, dados da Fiesc, foi a região que menos de se desenvolveu, justamente por não termos essa via de escoamento. Qualquer investidor internacional ou nacional que queira investir neste Estado pujante e produtor, na verdade vai olhar o mapa e vai ver onde tem aerovia, ferrovia e também rodovia.

Além do mais, o essencial disso tudo: a preservação de vida humana. Porque são, em média, 12 vidas que são ceifadas todo mês nesta BR-101.

Ora, um Estado que retém os parâmetros de 4,2% do PIB nacional, que tem 5,2% das exportações deste País, através da pujança, da raça, da luta do seu povo, da sua gente, o mínimo que merece é o respeito da esfera federal.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o seu aparte e quero incorporá-lo ao meu pronunciamento.

Esperamos que esta luta tenha um fim bonito e esperado dentro dos próximos dias, por se não tiver termos que tomar medidas radicais que não vão beneficiar a sociedade. Mas isto é o Brasil e no Brasil, às vezes, temos que tomar medidas duras, radicais, como, por exemplo, paralisar a BR, Deputado Romildo Titon, paralisar a BR-101, rodovias, paralisar, quer dizer, infelizmente no Brasil se precisa tomar algumas medidas para chamar a atenção do governo e das autoridades.

Mas espero que não precisemos chegar ao ponto de radicalizar. Esperamos trazer amanhã de Brasília um sinal verde do Ibama porque sei do problema dos índios. Cada um quer o seu pedacinho. E o nosso País tem tanta terra. Será que fazer no Morro dos Cavalos um túnel vai prejudicar a questão indígena?

A preservação da vida é mais fundamental do que o problema de locomoção de índio de um lado para outro.

Por isso precisamos que as autoridades tomem medidas, sejam responsáveis e sintam que Santa Catarina é um Estado que contribui. Não vamos servir de avestruz, que fica de cabeça para baixo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - O próximo orador inscrito é o Deputado Jaime Duarte, por até 10 minutos.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Recebi a pauta da Ordem do Dia de amanhã.

Na pauta da Ordem do Dia de amanhã, novamente, não vêm os requerimentos e, aquilo que não foi votado hoje, que era o veto do meu projeto, o decreto orçamentário do Besc, o decreto do plebiscito do Besc, não constam da pauta.

Então, quero ter um entendimento do que aconteceu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Deputada, estou surpreso pelo fato de V.Exa. colocar que já recebeu a pauta do dia de amanhã.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Está aqui, para a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Ao nosso conhecimento não chegou e esta pauta não foi executada com autorização da Presidência. Temos que deixar isso bem claro, para que não haja nenhuma dúvida com respeito a nossa atuação na Presidência desta sessão.

Então, essa pauta faço questão...

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Esta não vale, então?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - ...que seja anulada e que sejam tomadas as providências para que sejam atendidas os pleitos que foram feitos hoje pelos Deputados em Plenário.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Não havendo manifestação do Deputado Jaime Duarte, com a palavra o Deputado Volnei Morastoni.

(Pausa)

Como o Deputado Volnei Morastoni abre mão do seu horário, com a palavra o próximo orador, Deputado Romildo Titon, por até dez minutos.

(Pausa)

Como não há mais interesse por parte do Deputado Romildo Titon em fazer uso da palavra, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Moacir Sopelsa, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente gostaria de convocar os membros da Comissão de Justiça para no dia de amanhã, às 10h, uma reunião extraordinária na sala das Comissões para apreciar, para discutir e deliberar sobre a Medida Provisória de nº 0094/01, que dispõe sobre taxa de inscrição para concurso público da Polícia Civil.

Havíamos combinado que esta medida provisória seria apreciada na reunião regimental da próxima terça-feira, com pedido de vistas do Deputado Joares Ponticelli mas, tendo em vista que a mesma foi publicada no dia 22/03 e como tem 30 dias para ser apreciada vence o prazo no sábado. Temos que deliberar amanhã pela manhã para que possamos levá-la a Plenário em tempo hábil cumprindo com a nossa obrigação Parlamentar.

Por isso, convoco a Comissão de Justiça para amanhã, às 10h, na sala das Comissões para essa reunião extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Ficam convocados os membros da Comissão de Justiça para uma reunião amanhã de manhã, às 10h.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra, pela ordem, a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Deputado, a reunião extraordinária amanhã é exclusivamente para esta medida provisória?

O Sr. Deputado Reno Caramori - Perfeitamente. Exclusivamente.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. Presidente, temos uma reunião agora, às 17h, da Comissão Parlamentar Externa sobre a Saúde Mental em Santa Catarina onde ouviremos representantes da Secretaria Estadual de Saúde, na sala das Comissões.

Quero deixar o convite através de V.Exa. para todos os Deputados e para todos os interessados em relação a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra o Sr. Deputado Moacir Sopelsa, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero dizer que faço uso da palavra nesse momento porque não podia deixar de me manifestar hoje, uma vez que amanhã acontece em Xanxerê um seminário que trata da produção de milho no Estado de Santa Catarina.

O Estado de Santa Catarina é um tradicional importador de milho. Consumimos mais do que produzimos. Este ano foi atípico. O produtor de Santa Catarina atendeu o chamamento de todos, especialmente do Governo do Estado e produziu, com a graça de Deus, uma das maiores safras já vistas no nosso Estado.

E qual não é a nossa surpresa: Santa Catarina está neste momento exportando milho por falta de capacidade de armazenagem.

E não tenho nenhuma dúvida que ainda este ano, lá por outubro ou novembro, vamos estar nesta tribuna pedindo para que se traga milho para atender as necessidades de Santa Catarina.

Isso é lamentável! Isso é ruim! Isso é péssimo, até porque tínhamos o preço do milho até o fim do ano passado, antes da colheita, em torno de R\$13,00 ou R\$14,00 a saca. E agora que o nosso produtor tem o produto para vender se fala em R\$7,80 ou R\$8,00 a saca.

Quer dizer, pedimos e incentivamos que fosse produzido o milho e, na verdade, hoje não temos condições de garantir que pelo menos esse produtor ganhe R\$8,00 ou R\$9,00 a saca de milho e, além disso, não temos condições de oferecer que possa armazenar o seu produto.

Também faço uso da palavra neste momento para dizer que no dia 20 de março, encaminhei à Mesa um requerimento solicitando, dentro do possível, a presença do Secretário da Agricultura para falar sobre a febre aftosa no vizinho País e em todo mundo e que segurança os catarinenses têm de que não haja esse mal em nosso Estado.

Infelizmente aqui esteve o Sr. Secretário, mas por compromissos da maioria dos Deputados tivemos que adiar essa conversa para a próxima segunda-feira às 14h.

É um assunto que reputo de muita importância, uma vez que ouvi há pouco o Deputado Milton Sander, que acompanhou a missão do Governo a Rússia, relatar que os países voltam e querem comprar a cada dia que passa mais carne suína do Estado de Santa Catarina.

Dizia ainda dos investimentos das agroindústrias nesse setor.

Preocupo-me, primeiro, em manter a sanidade do nosso rebanho, em garantir que possamos dar aos nossos produtores a segurança de que estamos de fato protegendo o nosso rebanho com medidas que têm que ser tomadas através da divisa na fronteira do Brasil, ou seja do Estado de Santa Catarina com a Argentina.

Preocupe-me também quando ouvi o Deputado dizer dos investimentos das agroindústrias, pois hoje o preço do suíno vivo começa a dar um respiro ao nosso produtor. Também me pergunto se vai continuar sendo pago esse preço que está sendo pago ao nosso produtor.

Não basta que sejam feitos os investimentos só nas agroindústrias. Sei que precisamos das agroindústrias, mas precisamos também do fortalecimento e da segurança do nosso produtor.

No começo do ano, até hoje não tenho explicação, o preço do suíno, nos meses de novembro e dezembro, estavam no nosso Estado em torno de R\$1,20, R\$1,25 e, quando chegamos em janeiro e fevereiro de 2001 o preço baixou para R\$1,05.

Isso sem motivo, porque não vi que o preço no supermercado os produtos da carne suína tivessem baixado. E hoje não me conformo que os investimentos aconteçam nas nossas agroindústrias. É preciso que eles aconte-

çam, mas é preciso que protejamos e que levantemos a voz em defesa do Oeste catarinense, o maior produtor.

Muitas vezes queremos que o Oeste desenvolva enquanto não temos nem estradas. Muitas vezes queremos que o Oeste desenvolva e não damos garantia ao nosso produtor. E quero deixar registrar que precisamos defender que as agroindústrias que vão ter um ganho melhor com a exportação da carne suína, não esqueçam dos nossos produtores que também precisam fazer investimentos nas suas propriedades.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não, Deputado, e tenho certeza de que V.Exa. virá contribuir ainda mais com aquilo que pretendo esclarecer hoje.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Nobre Deputado, desejo cumprimentá-lo pela importância da abordagem feita nesta tribuna, onde mais uma vez V.Exa. mostra que representa de maneira sublime os interesses da sociedade, trazendo assuntos da mais alta relevância, como é a questão da suinocultura. Vou ficar pontualmente nessa situação.

E acredito, Deputado, que vivemos um momento de transição econômica em função da suinocultura, da agricultura, etc., porque a maioria dos nossos produtores, dos nossos suinocultores do nosso velho e bom Oeste têm uma atividade integrada: agricultura, suinocultura, alguns até com avicultura, etc.

Mas a abertura de mercado internacional faz com que as coisas se mexam de maneira meio instável neste momento. Sempre provoca um certo nervosismo, etc. E o grande desafio que está posto para o poder político é fazer com que a renda familiar na agricultura, seja através da suinocultura ou qualquer outro setor, aumente para que o

cidadão se fixe no seu habitat.

Mas simplesmente aumentar o produto na fonte produtora significa repassar o custo para o consumidor urbano. É uma atividade difícil. Beneficia um lado, prejudica o outro.

Então, entendemos que as missões internacionais realizadas, seja na Índia, na China, na Rússia, na Holanda, na Inglaterra, nos Estados Unidos, enfim, onde o poder político, com representação da Assembléia Legislativa - e V.Exa. participou de uma missão importantíssima pois fui testemunha da desenvoltura e da dedicação que V.Exa. emprestou nos debates, nos encaminhamentos realizados...

Para dizer que vamos viver num espaço de tempo relativamente curto uma melhora significativa, porque o lucro buscado no mercado internacional vai fazer com que o consumidor urbano brasileiro tenha uma certa equação fazendo com que o produtor tenha a sua renda.

Mas muito há que se fazer, essa é a grande verdade. Muito ainda há que se fazer para que se alcance esse padrão. O equilíbrio entre o consumo, o potencial de mercado, e o nosso potencial de produção. E com certeza a partir daí, quem sabe, vamos viver adiante um período de crescimento, em que pese tenhamos que não nos deixar levar pela euforia exagerada. Mas vamos viver um momento positivo, não tenho dúvida dessa situação. Agora, alguns pecados políticos continuam sendo feitos e precisamos, efetivamente, através do debate, como V.Exa. levanta, poder aperfeiçoar esse modelo e, conseqüentemente, elevar a qualidade de vida do produtor, respeitar o potencial financeiro do consumidor urbano e buscar no mercado internacional essa equação que vai fazer muito bem para a economia de um modo geral.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, Deputado Jaime Mantelli.

Tinha certeza de que V.Exa. iria contribuir em muito, porque fez parte da missão que fizemos a Índia e China, divulgando o Estado de Santa Catarina.

Mas, o que realmente me preocupa é que nessa euforia em que o Estado e o País atravessam neste momento, de possibilidade de exportar, especialmente carnes produzidas no nosso País, o nosso suinocultor esteja consciente de que amanhã ou depois não tenha, como disse no início da minha fala, a oferta de milho que precisa ter e também a procura de carne que temos hoje.

Então, devemos ter o cuidado de aumentar nossos plantéis neste momento e, por isso, digo que a nossa indústria deve ter consciência e manter cautela e segurança para que esse mercado possa ser ampliado, cada vez mais melhorado, para que não tenhamos no dia de amanhã uma super oferta...

(Discurso interrompido por término do horário regimental).

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Ronaldo Benedet.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Ronaldo Benedet, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Ivan Ranzolin.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Ivan Ranzolin e não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, encerramos a presente sessão, convocando outra, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 023ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 18 DE ABRIL DE 2001

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afonso Spaniol - Afrânio Boppré - Antônio Aguiar - Cesar Souza - Clésio Salvaro - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivo Konell - Jaime Duarte - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - João Rosa - Jorginho Mello - Júlio Garcia - Lício Silveira - Moacir Sopesa - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Quarto Secretário, Deputado Ivo Konell, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Quarto Secretário, Deputado Ivo Konell, que proceda à leitura do expediente.

O SR. QUARTO SECRETÁRIO (Deputado Ivo Konell) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

MENSAGEM DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO Nº:

977, encaminhando projeto de lei que "autoriza a Celesc a alienar sua participação acionária no empreendimento privado denominado Dona Francisca Energética S.A." e adota outras providências.

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado Sandro Tarzan, que denomina Prudente Cândido da Silva Filho a rodovia SC-438, no Município de São Joaquim;

- de autoria do Sr. Deputado Herneus de Nadal, que dispõe sobre a pesca, estabelecendo medidas de proteção e reprodução ictiológica, e dá outras providências.

INDICAÇÃO:

- de autoria do Sr. Deputado Ronaldo Benedet, que solicita medidas urgentes, no sentido de viabilizar o término das obras iniciadas no Município de Morro da Fumaça, bem como recuperar os estragos causados nas estradas onde as obras aconteceram.

OFÍCIOS DE NºS:

133/01, do Sr. Governador do Estado, encaminhando resposta ao pedido de informação nº 004/01, de autoria da Deputada Ideli Salvatti;

134/01, do Sr. Governador do Estado, encaminhando resposta ao Pedido de Informação nº 006/01, de autoria do Deputado Herneus de Nadal;

135/01, do Sr. Governador do Estado, encaminhando resposta ao Pedido de Informação nº 003/01, de autoria do Deputado Herneus de Nadal;

030/01, do Sr. Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando a transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/SC, destinados à Rede Abrigo/2001;

033/01, do Sr. Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando a transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/SC, no valor de R\$ 629.395,00, destinados ao pagamento da bolsa cidadã, nos meses de janeiro a março/2001;

037/01, do Sr. Presidente em exercício da Câmara Municipal de Guaraciaba, encaminhando Moção nº 005/01, aprovada nesta Câmara;

233/01, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Navegantes, encaminhando Moção, pedindo o estudo da possibilidade de instalação de um Hospital Regional Infantil no Município de Navegantes;

CORRESPONDÊNCIAS:

- do Sr. Deputado Federal Antônio Carlos Konder Reis, acusando recebimento do ofício GP/DP/43/2001, de 26 de março de 2001;

- do Sr. Deputado Federal Pedro Bittencourt, acusando o recebimento do Ofício GP/DP/44/2001.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Terminada a leitura do expediente, esta Presidência, Deputado Heitor Sché, quer registrar com muita alegria a presença das lideranças do Município de Anita Garibaldi, Campo Belo, Cerro Negro, Celso Ramos, que hoje aqui vieram, pela manhã, para uma audiência, juntamente com esse Deputado e os Deputados Ivan Ranzolin, Romildo Titon, Rogério Mendonça, na Celesc, no DER e no Deter, para reivindicar benefícios àquela região, Deputado Ivo Konell.

E, graças a Deus, uma das boas notícias é de que a estrada que liga Campo Belo, Anita Garibaldi e Cerro Negro, por via de consequência, está incluída no BID-4, e que a Usina de Barra Grande, efetivamente vai sair e que a estação de energia elétrica, que estava parada, vai ser ampliada e vai ter continuidade.

Isso, sem dúvida nenhuma, é uma alegria para aquela região tão carente das obras do Governo.

Faço este registro para que esta constar nos Anais desta Casa a participação de todas as cores Partidárias, que vieram em defesa da região serrana, principalmente daquela região.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito o Sr. Deputado Volnei Morastoni, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - (Passa a ler)

"Sr. Presidente e Srs. Deputados, há uma verdadeira indústria das multas no trânsito. Tanto nas rodovias estaduais, como nas cidades. A reclamação é geral. Nunca se falou tanto sobre isso. Nas rodovias estaduais, os radares "de tocaia" existem só para extorquir. Jamais para prevenir ou orientar.

São verdadeiras máquinas "caça-níqueis". Um "negócio da China", como se diz. Estamos querendo saber quem ganha com isso e quanto ganha, além do Governo do Estado.

Estamos encaminhando requerimentos neste sentido, pois nas cidades é a mesma coisa. A mesa do Juiz, no Fórum de Itajaí, na 1ª Vara Criminal, recebe uma média de 60 mandados de segurança por dia, motivados por multas de trânsito. É um sintoma da febre.

O convênio entre Prefeitura Municipal, Polícias Civil e Militar, comum em todo o nosso Estado, é um dos vilões dessa indústria das multas. A ordem vem de cima. Quanto mais multas, maior a partilha, uma vez que esses recursos são divididos equitativamente entre as três entidades - Prefeitura Municipal, Polícias Militar e Civil, e provavelmente esses recursos devem cobrir boa parte das omissões do Governo do Estado, que não repassa recursos para as Polícias Militar e Civil e para a Segurança Pública. Muitas blitz só têm esse objetivo na arrecadação de recursos.

Mas quero dizer que a verdadeira missão da Polícia Militar é a segurança pública, não é o trânsito. O trânsito é desvio de função! E, para tanto, cada Município deve criar a sua guarda municipal de trânsito, previsto no art. 144, § 8º da Constituição Federal e também no Código Nacional de Trânsito.

Estou até apresentando projeto de lei para dispensar a Polícia Militar de atuar no trânsito das cidades catarinenses. Que se volte para a sua função precípua. E resolvi

estudar esse assunto das multas para entender o fio da meada desse assunto. Estou recolhendo informações e denúncias nos 11 Municípios da Amfri, da Foz do Rio Itajaí Açu e outras regiões do Estado."

E peço para quem tenha informações a esse respeito, que possa passá-las, que eu agradeço.

"O zunzunzum sobre essa indústria das multas já é de longa data, não é de agora. Mas, neste ano, alguns episódios me chamaram a atenção para esse assunto:

1º - em janeiro, o Prefeito do Município de Bombinhas, que chamamos Kanô, ao tentar evitar multas de trânsito, que estavam sendo dadas a esmo pela Polícia Militar, em veículos tanto de comerciantes quanto de turistas, estacionados em áreas permitidas pelo Município, foi preso, algemado, de forma arbitrária e injustificada, por ordem do Major Marlon Tesa. O mesmo Comandante da 2ª Cia da Polícia Militar de Balneário Camboriú que, há poucos dias denunciei desta tribuna, mandou os três policiais militares, transferidos de Itajaí para o Balneário Camboriú, fardados, ao meio dia, com sol escaldante, capinarem o pátio do quartel.

Eu constatei pessoalmente as lesões corporais no Sr. Prefeito Municipal de Bombinhas, quando fui visitá-lo, afim de prestar-lhe solidariedade e repudiar este ato insano daquele Comandante

As multas pelas multas, no verão, contradizem todo o esforço de trazerem turistas para a nossa região. Não estamos aqui defendendo a impunidade. Há multas justas, necessárias e irrecorríveis. Mas, em muitos casos, é necessário bom senso e orientação por parte da Polícia Militar, ao invés de simplesmente multar;

2º - Ainda em janeiro, o Diário do Litoral da minha cidade, Itajaí, publicou uma denúncia formulada por policiais militares que eram obrigados a cumprir uma cota de multas diárias nas ruas da cidade;

3º - A mesma denúncia voltou a ser agora publicada, reiterada, sendo que os policiais são obrigados a cumprir uma cota de 50 multas/dia.

Eu quero dizer que onde há fumaça há fogo. Isso é um ditado popular;

4º - Em fevereiro, ouvi de uma fonte, considerada confiável, informações que, em Porto Belo, no período de janeiro a 15 de fevereiro, as multas de trânsito teriam que ser suficientes para a aquisição de dois veículos.

Por último, quero citar - e peço desculpas por se trata de um assunto particular - que em fevereiro fui surpreendido em casa com a notificação de uma multa, porque um veículo de minha propriedade, no dia 17, sábado, as 21h50min, na Avenida Brasil nº 3.700, em Balneário Camboriú, teria avançado o sinal vermelho.

Neste dia e nesta hora, com a mais absoluta certeza e verdade, este veículo estava em casa, na garagem, em Itajaí.

Fiquei sabendo que queixas de multas desse tipo são comuns. Há algo suspeito, contraditório, ou até forjado.

Até provar o contrário, cabe-me o direito de suspeitar que existe uma verdadeira indústria das multas em Itajaí, em Balneário Camboriú, nos Municípios da Amfri, em outras cidades da nossa região e, por extensão, no Estado de Santa Catarina.

Reitero, não defendo a impunidade. Mas algo está errado e precisamos colocar em pratos limpos."

O Sr. Deputado Heitor Sché - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Heitor Sché - Sr. Deputado, quero cumprimentar V.Exa. pelo importante assunto que traz à tribuna.

Sem dúvida alguma, o serviço de trânsito afeta diretamente a Secretaria de Segurança Pública tanto na parte policial civil como na parte militar.

V.Exa. foi muito feliz quando disse que os Municípios deveriam criar as suas guardas municipais e que esses convênios de trânsito realmente são uma fábrica de multas, porque é lógico e evidente que as multas aplicadas aos usuários são revertidas em favor das corporações civil, militar e Prefeituras, sendo repartidas em 35% para cada corporação, e que o Delegado e o Comandante investem esse dinheiro realmente em material necessário para o funcionamento das Delegacias. Dinheiro que deveria vir do Orçamento do Estado e não do produto das multas, é lógico e evidente que se torna uma indústria e que há interesse em multar, principalmente quando está faltando verbas para administrar determinadas áreas.

Conseqüentemente V.Exa. está com toda a razão e as Polícias Civil e Militar devem ser afetadas à Segurança Pública, devem fazer o serviço de proteção ao cidadão, devem evitar os crimes e não cuidar do trânsito com papel na mão exclusivamente para multar. E conseqüentemente a Polícia Civil, que forma Delegados, que hoje têm o melhor salário do Poder Executivo, está saindo de uma academia de polícia para ir para um Ciretran assinar papel e certificado de veículo.

Meus parabéns! V.Exa. tem o meu apoio nessa sua iniciativa.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Muito obrigado, Deputado Heitor Sché. O seu aparte fortalece o meu pronunciamento.

Queremos concluir dizendo que estamos estudando essa matéria e, com certeza, poderemos voltar a nos manifestar com dados cada vez mais objetivos, mais concretos a esse respeito, porque a nossa preocupação é que se possa fazer justiça nesse sentido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Nelson Goetten, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente e companheiros Deputados, ocupo a tribuna na tarde de hoje para fazer alguns comentários que para mim são de fundamental importância. Mas não poderia deixar também de citar o importante discurso do companheiro e Deputado Volnei Morastoni, também aparteado pelo Deputado Heitor Sché.

Sem dúvida nenhuma, eu penso que grande parte dos problemas de segurança que enfrentamos não só em Santa Catarina, mas no Brasil, é porque colocamos toda uma estrutura da Polícia Militar a cuidar do trânsito. Crie-se a Polícia de Trânsito Municipal, esta que é a verdade!

Portanto, somos obrigados a fazer este comentário para dizer que concordamos com parte das colocações feitas, que também são verdadeiras, e que não entendemos, pois que há um empobrecimento muito grande da sociedade e que a indústria da multa transformou-se numa penalidade difícil de suportar por muitas famílias, ainda mais quando ela é feita de forma exagerada, apenas com o objetivo de arrecadar.

Mas quando se fala de indústria, estamos hoje nesta tribuna para falar um pouco do que acontece com a nossa gente,

com o povo brasileiro, com o povo catarinense, quando vemos montadas indústrias do favorecimento, indústrias que vêm trazer prejuízos à sociedade.

E hoje estava fazendo uma relação dos salários que recebem os cidadãos e aí me estremeeram algumas coisas. Estava fazendo um levantamento de quanto ganha um motorista na iniciativa privada, R\$400,00, R\$500,00; de quanto ganha um vigia por aí afora em Santa Catarina, R\$300,00, R\$400,00; de quanto ganha uma professora em Santa Catarina, R\$400,00, R\$500,00; de quanto ganha um soldado em Santa Catarina, R\$500,00, R\$600,00, R\$1.000,00;

Quanto ganha um engenheiro de uma Prefeitura de Santa Catarina? R\$1.000,00, R\$1.500,00. Quanto ganha um Secretário de Prefeitura em 95% dos Municípios de Santa Catarina? R\$1.000,00, R\$1.500,00. Quando ganha o Governo do Estado de Santa Catarina? R\$4.500,00. Quanto ganha o Vice-Governador de Santa Catarina? R\$ 3.600,00. Quanto ganha o Secretário de Estado em Santa Catarina? R\$4.411,00. Quanto ganha um Deputado em Santa Catarina? R\$6.000,00.

Foi avaliando isso que gostaria de relacionar algumas coisas que me surpreenderam.

Analisando a situação de uma empresa chamada Casan ou das empresas públicas de Santa Catarina, que hoje colocamos em discussão se devem ou não continuarem patrimônio público, acho que a sociedade, se soubesse desses detalhes, já há muito tinha dito: "pelo amor de Deus, com a conta da água que chega na minha casa eu tenho que pagar à Sra. Angelina Gonçalves, que é assistente administrativo, R\$3.000,00, pagar ao Sr. Adelar Silva, auxiliar técnico R\$3.070,00, pagar ao Sr. Altair Antônio Moreira, vigia, R\$ 1.900,00, pagar ao Sr. Ademir Dário Oliveira, motorista, R\$ 1.700,00, pagar ao Sr. Adolfo Laudelina de Jesus, instalador hidráulico/sanitário, R\$2.000,00, pagar ao Sr. Aderlei Porto, administrador, R\$7.765,00, pagar ao Sr. Alcei Pacheco, engenheiro, R\$9.800,00, pagar ao Sr. Almir Reginaldo, advogado, R\$6.800,00, pagar ao Sr. Antônio José Martins, vigia..."

Eles não têm culpa por lhe darem esses privilégios. Mas deram às custas do sacrifício do povo de Santa Catarina! Esse segundo vigia ganhando R\$2.260,00.

Temos aqui uma secretária ganhando R\$ 2.000,00, um assistente de administração, o Sr. Arcelino, ganhando R\$4.600,00. Temos um contador, o Sr. Carlos Artur Araujo, ganhando R\$8.000,00. Temos um engenheiro, o Sr. Carlos Anacleto, ganhando R\$8.200,00. Temos um técnico de contabilidade ganhando R\$3.500,00. Temos um jornalista, que deve saber fazer chover, porque ele ganha R\$5.149,00. Temos um advogado, o Sr. Fernando Schroeder, ganhando R\$7.158,00. Temos um assistente de administração, o Sr. Dalmo Menezes, ganhando R\$7.000,00. E assim vai.

É com a conta da luz, é com o sacrifício de Santa Catarina que patrocinamos essas barbaridades. Pega-se um número sem fim, uma lista sem fim de abonados, que não vivem neste País da miséria que vivemos, neste País de sacrifício que vivemos, neste País onde temos que tratar os filhos muitas vezes com calo na mão, com muita dificuldade!

Essa indústria é que nos leva à bancarrota, à falência, à desmotivação e à revolta!

Está aqui uma outra indústria, que foi montada na Celesc, onde nos cabe perguntar, primeiro, como se explica que a Celesc, ou alguém, em sã consciência, assine

um contrato de aluguel de um prédio, onde está a administração dessa empresa, no valor de R\$290.000,00 por mês? R\$ 290.000,00 é o faturamento do maior shopping de Florianópolis!

Que barbaridade! Em que País vivemos? E dizemos que não conseguimos acertar isso! R\$3.480.000,00 de aluguel/ano, só do prédio administrativo dessa empresa!

Também não são só essas barbaridades que acontecem nessas empresas públicas. A indústria de ações trabalhistas, todas já com provável ganho de causa. Como explicar que um cidadão chamado Sr. Aldo Borges de Oliveira tem uma indenização trabalhista de R\$2.140.000,00? Quem é esse cidadão? De onde veio, de que mundo veio para valer tanto? De onde veio o Sr. Augusto José Seixas Vargas para receber R\$456.000,00 de indenização trabalhista?

Que País é este em que estamos vivendo?! E ficamos endoidecidos por não saber como sustentar os filhos! É uma barbaridade o que acontece neste Brasil! É uma barbaridade uma ação trabalhista, lá da região de Lages, no valor de R\$11.444 milhões, que é o STI. É provável ganhar? É provável!

E assim vão essas indústrias. Vejam quantas folhas dos milhões e milhões de reais das indústrias, as quais não precisam de metralhadora, que assaltam e não respondem pelo crime, que assaltam e não tem cadeia, que judiam do povo e que faz irmos para a fila do INPS, que faz faltar o remédio em casa do cidadão mais carente, que falta condição do pai dar estudo para o filho, que falta condição de tratar da criança e de termos uma casa para morar.

Tudo isso por causa dessas barbaridades e tem quem venha defender esses escândalos. Tem alguém que ainda acha que isso deve continuar, que ache que é assim mesmo, mas temos é que nos livrar o mais rapidamente possível dessas barbaridades.

Por isso eu dizia que a Constituição Federal tem que ser rasgada o mais rápido possível, principalmente o artigo que não permite reduzir salário, não permite mexer em direito adquirido - ali onde está incluída a isonomia.

Isonomia é uma ofensa contra o bom servidor público, porque sabemos que os prédios estão cheios de pessoas incompetentes, de vadios, e que muitos nem trabalhar vêm, mas, no final do mês, ganham igual aquele que está aqui prestando serviço.

É uma vergonha este País que não respeita sequer o servidor honrado, trabalhador, nivelando-o igualmente ao vadio, ao picareta, ao apadrinhado, que nem aqui comparece. E esta Casa está aposentando servidor que nunca veio e que vai receber a sua aposentadoria para o resto da vida, só porque tem uma coisa que o ajuda, que é o padrinho, que é o irresponsável, que é aquele que não respeita o povo de Santa Catarina, porque se o respeitasse, todos os funcionários teriam que estar aqui, nesta Casa.

No entanto, se colocássemos aqui todos os funcionários, um do lado do outro, não teria lugar para todos, mesmo que ficassem em pé.

É esta barbaridade que se patrocina pelo Brasil afora e que está causando a verdadeira miséria que assola, que assusta, que estremece e que esmorece o cidadão e a população. Esta é a verdade! Temos que começar a clamar por um País mais justo, mais responsável...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) (Faz soar a campainha) - A Presidência comunica que V.Exa. dispõe de 30 segundos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Precisamos mexer nestas injustiças que não sensibilizam os governantes com relação aqueles que lutam com muita dificuldade, a fim de lhes oferecer o mínimo e o básico para o sustento da sua família.

Sou favorável a um salário digno às pessoas, sou favorável ao respeitar por quem trabalha, mas sou radicalmente contra aqueles que se aproveitam do Poder para viver bem e encontram aqueles padrinhos para protegê-los. O Brasil precisa de justiça!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Há uma dúvida na inscrição do próximo orador e a Presidência solicita que os Srs. Deputados Heitor Sché e Herneus de Nadal compareçam a mesa para conferir as assinaturas.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Pedimos a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Enquanto V.Exa. verifica essa questão das assinaturas, quero agradecer pela atenção que deu aos Vereadores que vieram da região Serrana, assim como a presença de vários Vereadores e vários líderes que vieram aqui para tratar da questão da Usina de Barra Grande, de Campos Novos e da estrada para Anita Garibaldi. Não sei se V.Exa. já fez este registro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Já fizemos, nobre Deputado, mas o reforço de V.Exa. é importante.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - No entanto, chegaram mais Vereadores que não escutaram e quero dizer que foi um prazer recebê-los aqui, que foi uma reunião muito proveitosa e que estarão retornando aos seus Municípios com algumas notícias importantes, porque ouvimos o Secretário-Geral do DER, o Presidente da Celesc e a posição muito firme dos Srs. Deputados.

Por isso, Sr. Presidente, faço este registro e acho importantíssima a presença deles aqui. E o nosso próximo compromisso é a reunião que vamos fazer em Campo Belo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Como os Deputados se entenderam, o próximo orador inscrito é o Deputado Heitor Sché, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Sr. Deputado Ivan Ranzolin, quer continuar?

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Não, já fiz o registro.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Sr. Presidente e Srs. Deputados, deu entrada, nesta Casa, uma medida provisória assinada pelo Governador do Estado em exercício, Paulo Roberto Bauer.

Quero iniciar dizendo que cada Governo tem a Segurança Pública que deseja. E a nossa Segurança Pública está cada vez pior. Cabe ao povo apenas se sujeitar, reclamar e futuramente cobrar. Cabe a nós, Deputados, apresentar sugestões, propostas - como o fiz nesses dois primeiros anos, sem que elas fossem ouvidas. Só que os poucos projetos de segurança pública que vêm a esta Casa, vêm para prejudicar as corporações e para prejudicar, acima de tudo, o povo.

No ano que passou votamos aqui nesta Casa um projeto de lei impedindo que a mão-de-obra mais barata, mais experimentada, mais competente fosse impossibilitada de trabalhar na segurança pública. Os policiais civis e militares aposentados, aqueles que ainda muito podem dar para a segurança do nosso

Estado, estão impedidos, mesmo que gratuitamente, de prestar serviços à segurança pública do nosso Estado.

Nós, Srs. Deputados, votamos favoravelmente a este projeto. Posteriormente a Secretaria da Segurança Pública constatou o erro que cometeu e, por meu intermédio, encaminhou projeto de lei a esta Casa, para que esta distorção fosse corrigida, e lamentavelmente, e como não podia deixar de ser, o projeto foi vetado por ser inconstitucional.

E hoje temos inúmeros Municípios de Santa Catarina sem ninguém para responder por aquelas delegacias que se encontram vagas. É o caso de Rio do Campo, de Dona Emma, enfim, é um número muito grande de delegacias de polícias... Não só para tomarem medidas contra a segurança do Município, mas também para poder atender a parte de trânsito, principalmente no licenciamento de veículo, que está afeto às Delegacias de Polícia.

Como não há pessoas e como impedimos aqueles de participarem, mesmo que gratuitamente, o Estado não tem como suprir estas falhas.

Agora, se não me falha a memória, é a terceira medida provisória que vem para esta Casa. E esta - aliás, todas as medidas provisórias são antipáticas - é antipática e incompreensível, pois ninguém sabe o que o Sr. Governador do Estado em exercício assinou nesta medida provisória, ninguém sabe o que ele quer.

Por isso, captei nas entrelinhas que, primeiro, deverá ser modificado os testes psicotécnicos com referência aos concursos da Academia de Polícia, no que sou perfeitamente de acordo.

Mas também captei nas entrelinhas que querem fazer com que os concursos de ingresso à Academia de Polícia sejam transferidos da Academia de Polícia Civil para não sei qual outro local ou qual faculdade.

Ora, Srs. Deputados, temos em Santa Catarina a melhor Academia de Polícia do Brasil. É interessante até que se visite lá em Canasvieiras o prédio da Academia de Polícia, que é uma suntuosidade. Mas lá também temos professores competentes que estão à disposição e ganhando para fazer o concurso de ingresso e para ensinar aqueles alunos que obtiverem o resultado favorável a ser policial civil.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Pois não!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Nobre Deputado, em abono ao que V.Exa. acaba de dizer, hoje, pela manhã, debatemos sobre a admissibilidade desta medida provisória no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. E ficou patenteado de que não há nem urgência e nem relevância que justificariam a sua edição.

Em razão deste fato, e por uma ponderação feita pela Deputada Ideli Salvatti, o Governo acabou se resignando com este fato, conformou-se, e ainda hoje, pela manhã ou no começo da tarde, remeteu uma nova mensagem transformando o que seria medida provisória em projeto de lei, porque não satisfazia os pressupostos de urgência e de relevância.

Apenas para corroborar com a manifestação que V.Exa. faz, porque esta matéria não tem nenhuma relação de causa e efeito para ser tratada por medida provisória. O Governo acabou compreendendo isso, remediou o erro que praticou ao enviar a medida provisória, e transformou-a em projeto de lei que vai tramitar agora, normalmente, pela Casa e receber os aprimoramentos que competem a nós, na elaboração legislativa.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Fico feliz pela informação de V.Exa., porque justamente ia concluir o meu pronunciamento pedindo ao Líder do Governo nesta Casa que retirasse esta absurda medida provisória, que nada tem a ver com medida provisória e, como disse, que ninguém entende.

Lógico, transformem em projeto de lei! Vamos debater com a sociedade, com os policiais civis, com os dirigentes da Secretaria de Segurança, mas, assim, encaminhar medida provisória desta maneira para a Assembleia Legislativa do Estado, sem dizer o que querem para aprovar, seria muito perigoso, porque até mesmo quem mandou iria dizer que os Deputados votam sem conhecer a matéria.

Tratando-se principalmente de segurança pública, como também de outras matérias, estarei atento nesta Casa para, com minha experiência, poder alertar os Srs. Deputados, poder solicitar ao meu colega Deputado João Rosa e ao nosso Companheiro Jaime Mantelli, que nos dêem a contribuição necessária para que possamos, em conjunto e juntamente com os demais Deputados, ajudarmos a segurança pública do Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PTB.

Inscrito o senhor Deputado João Rosa, a quem concedemos a palavra por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, pelo que se vê hoje o assunto dominante nesta Casa é segurança pública. Todos os Deputados que me antecederam nesta tribuna mostraram preocupação e vontade de resolver esta questão que aflige Santa Catarina, todos os Estados, todas as cidades do Brasil e boa parte das grandes e médias cidades do mundo. Neste momento não poderia deixar de ser solidário com esta questão e com os Deputados que se preocupam com o problema.

Mas, gostaria de refletir de uma forma pouca diferente daquilo que foi dito aqui. Não contestá-los. Pedir para que todos reflitam o que abordarei neste momento.

Todos sabemos que o submundo, o mundo do crime é cheio de nuances, de detalhes e poucos têm acesso e conhecimento dessas nuances, a não ser aqueles que praticam o crime, ou aqueles que estudam o crime e o criminoso, através da sua obrigação profissional e da labuta imposta pela sua profissão.

Dito isto, quero que reflitam, por gentileza, no que passarei a expor.

(Passa a ler)

"Diário Catarinense, 04/04/01. Condenado é detido com 30 pedras de crack em Joinville.

Preso tinha dólares, armas, cheques e já havia deposto na CPI do Narcotráfico."

Todos conhecemos a célebre frase popular que diz: polícia prende hoje e solta amanhã. Não sabendo que a execução da prisão cabe a polícia, cabe ao policial, mas a manutenção desta prisão cabe ao Poder Judiciário, através do seu representante que é o juiz da causa.

E segue a matéria.

(Passa a ler)

"Um homem já condenado por tráfico de drogas e que depôs na CPI do Narcotráfico foi encaminhado ontem ao Presídio Regional de Joinville, após ter sido detido com 1,46 de crack. Hercílio Natalício Borges, conhecido como Cachimbo."

Alguns jornais mencionavam o senhor Cachimbo como caminhoneiro e não como preso, tendo regalia e prisão domiciliar em função de um atestado médico e de uma autorização de um juiz de Joinville.

Não quero entrar no mérito da questão. Meu pronunciamento é exclusivamente para análise e reflexão dos Srs. Deputados.

(Passa a ler)

"Jornal A Notícia, 04/04/2001. Polícia Federal encontra 1,46 quilo de crack em casa de músico".

Na outra ocasião se apresentava como caminhoneiro, agora a imprensa apresenta o Sr. Cachimbo como músico. E segue adiante dizendo que "Cachimbo estava em sua casa cumprindo prisão domiciliar porque é doente".

Outro Caso. O Jornal A Notícia, 14/04/2001, página 14, "Juiz solta acusado de vender drogas em bairro de Joinville. Antônio Carlos Paez, 22 anos; Chaves Castro, 18; e Luiz Carlos Siqueira do Santos, 23 anos, foram presos portando 26 pedras de crack (droga derivada da cocaína com forte poder de dependência psíquica e destruição física). Para agravar mais..." Segue a matéria, tal.

Mas, queria abordar o seguinte: depois de dois dias na prisão foram liberados por ato do Poder Judiciário. O delegado cumpriu o seu papel, a polícia cumpriu o seu papel e o Juiz, por causa até agora desconhecida, determinou que os três traficantes de crack, presos em flagrante, voltassem para as suas casas e, com certeza, continuassem na sua lida maldita. Repito: na sua lida maldita, que é vender drogas à nossa juventude.

Para terminar, Sr. Presidente, em 02/06/2000 protocolei junto à CPI do Narcotráfico um requerimento dividido em duas partes.

(Passa a ler)

"Sr. Presidente, justificando a minha ausência na reunião de segunda-feira p.v., através deste venho requerer à V.Exa. os seguintes encaminhamentos pela CPI:

1 - Ouvida das seguintes pessoas:

1.1 Policial Civil Juarez Espindola, lotado em Joinville;

1.2 O médico que forneceu atestado ao apenado Hercílio Natalício Borges, cujo atestado deve estar juntado aos Autos do processo.

2 - As seguintes diligências:

2.1 Requerer ao Juiz competente cópia da petição que requereu a Prisão Domiciliar do apenado Hercílio Natalício Borges e os demais encaminhamentos até a presente data, quanto à questão, inclusive despachos, informações e decisão do MM. Juiz quanto ao pleito objeto da petição;

2.2 Juntar aos autos da CPI cópia da Carteira Nacional de Trabalho do apenado acima citado, se houver;

2.3 Identificar através do número do chassi, da placa e outros dados, o caminhão de propriedade do apenado Hercílio Natalício Borges que o mesmo disse possuir;

2.4 Submeter o veículo citado a rigorosa perícia técnica por perito criminalístico da DEIC;

2.5 Submeter o caminhão em questão à avaliação;

2.6 Identificar para quem o caminhão está prestando serviço e seu motorista;

2.7 Identificar roteiro das últimas 20(vinte) viagens do caminhão (ou mais, se possível) e tipo de carga transportada;

2.8 Submeter o apenado Hercílio Natalício Borges à perícia médica por junta oficial do Estado com exames laboratoriais e

demais, para que sejam identificadas de forma absoluta as doenças que motivaram a prisão domiciliar conforme declarações do próprio apenado."

Tenho recebimento do Secretário da Comissão em 05/06/2000. Segue:

"2.9 Requerer ao Sr. Secretário da Justiça e Cidadania e ao juiz competente se houve prisão em flagrante por tráfico de drogas nos presídios mencionados no item anterior, nos últimos cinco anos. Tendo ocorrido, quantos em cada presídio e com a identificação dos presos e estágio atual do processo.

2.10 Mesmo do item anterior relativo aos presídios de Itajaí e Balneário Camboriú;

11º - requerer ao Secretário da Justiça e Cidadania e ao juiz competente se houve prisão em flagrante por tráfico de drogas nos presídios mencionados no item anterior, nos últimos cinco anos. Tendo ocorrido, quantos em cada presídio e com a identificação dos presos e estágio atual do processo.

12º - requerer ao Sr. Secretário da Justiça e Cidadania do Estado que seja informado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - V.Exa. dispõe de mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA - ...neste Governo, em qual tempo e cada um ficou no cargo, inclusive, os que responderam pela função interinamente.

Eu digo, os encarregados dos presídios das cidades mencionadas.

13º - Requerer ao mesmo Secretário informação de quantas fugas ocorreram no Presídio de Joinville, no período em que era Secretário da Justiça.

Justificativa - Sr. Presidente, o requerimento visa apurar a veracidade de denúncias de que condenados por crimes hediondos e reincidentes específicos estão gozando de privilégios em vários presídios do Estado, notadamente no presídio de Joinville, estando assim estabelecido na clandestinidade uma verdadeira indústria de benefícios, oportunizando que traficantes de drogas continuem traficando, mesmo presos, e até comandando o tráfico no interior do presídio, numa condição privilegiada, sem os riscos de quem está sem a proteção institucional que a condenação lhe oferece, pois o espírito da pena é pedagógico, como V.Exa. bem sabe e assim sendo, os traficantes, nesta condição, acabam usufruindo do sistema.

Tem mais um item, deixo de ler, para agradecer a bondade do Sr. Presidente e dizer que a CPI acabou concluindo os seus trabalhos, não houve tempo para encaminhar essas diligências, mas espero que num futuro, quem sabe, a gente consiga encaminhá-los e dizer que não é só a polícia civil, militar e federal culpada pelo estado que nos encontramos hoje sobre a questão de segurança pública em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Todavia, por acordo dos Deputados Ivan Ranzolin e Afrânio Boppé, houve troca de horário.

Desta foram, os próximos minutos ficam destinados ao PPB.

Com a palavra o Sr. Deputado Ivan Ranzolin, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, inicialmente agradeço ao Deputado Afrânio Boppé por ter concordado em fazer a troca, porque vou a São Joaquim, em seguida, onde participarei de uma conferência e se tivesse que esperar o horário do meu Partido ficaria muito tarde.

Aradeço-lhe e fica o compromisso de uma retribuição quando V.Exa. desejar.

Muito obrigado!

Sr. Presidente, o que me traz a tribuna, hoje, é uma notícia, ou notícias, que não são do meu feito.

V.Exa. tem acompanhado a minha caminhada nesta Casa por seis mandatos e o meu trabalho que, além da minha dedicação ao processo legislativo e ao bom andamento da Casa, tem sempre uma determinação em defender os interesses da minha região.

Sou lutador pela BR-282, sou lutador pelo Prodetur - que incrementa os caminhos da neve; luto pela nossa estrada - e hoje falamos muito sobre como se chega à Anita Garibaldi e à Celso Ramos -, sou lutador pela eletrificação rural da nossa região, pela telefonia no interior, pela defesa do agricultor, buscando sempre recursos. Mas, de uma maneira especial, ajudo os Prefeitos, as Prefeituras que têm Municípios de larga extensão territorial e com pouco recurso.

Aliás, todos os Prefeitos, neste País, tem pouco recurso para Governar. Por que será, Deputado Moacir Sopelsa? O País não têm recursos? O nosso Brasil é pobre? O nosso Brasil é paupérrimo? Nas últimas semanas, nos últimos meses, todos os jornais do País, todas as televisões, os editoriais, têm trazido notícias que significam a verdadeira tristeza do povo brasileiro.

É corrupção em cima de corrupção. São pessoas ficando ricas do dia para a noite com o dinheiro do povo brasileiro.

A última Veja estampa nas suas páginas, aliás faz uma abertura interessante e diz o seguinte: "A vingança da natureza. O efeito estufa já derrete as geleiras. Um bilhão de habitantes da terra não têm água potável, dois terços das florestas foram destruídas. Métodos artificiais de criação de vacas e ovelhas geram monstros genéticos e a doença da vaca louca".

E no meio diz: Apareceu a prova que faltava. Um documento mostra que o Senador Jader Barbalho era sócio do fraudador da Sudam acusado de desviar R\$133.000.000,00. Não vim atacar o Presidente do Senado e também não vim dizer que o Antônio Carlos Magalhães tem razão. Não vim acusar ninguém, mas manifestar a minha contestação e a minha contrariedade com a corrupção na Sudam, na Sudene, na construção das estradas deste País, do DNER, do Projeto Sivan, do BNDS que financia os recursos para aquisição das nossas grandes empresas que são vendidas na privatização, enfim, a CPMF que arrecada 18 bilhões, que era para ser destinada à saúde e que vai tapar buraco de juros da dívida externa e da dívida consolidada para aquele que chamamos o capital de motel.

Isso nos entristece muito, porque estamos lutando desesperadamente para construir uma estrada de 10 quilômetros, Deputado Onofre Santo Agostini! Existe hoje uma luta desesperadora para a duplicação do trecho da maior estrada desse País, por onde passam 40.000 veículos diários - que é a BR-101. Com apenas 1/3 dessa roubaheira da Sudam, daria perfeitamente para construir toda a duplicação desta nossa estrada. Mas, não! Não há recurso orçamentário. Não foram destinados recursos para as obras em Santa Catarina.

Temos que ir correndo pedir, como foi feito ontem por todos os Deputados, sob o comando do Deputado do PT Carlito Merss, que agora dirige o Fórum Catarinense, R\$100.000,00, R\$200.000,00! Quando tem enchente em Santa Catarina é um verdadeiro desespero para conseguirmos que as

Prefeituras recebam um pouquinho, R\$30.000,00, R\$50.000,00. Tudo é assim. E vemos com vergonha, estampado em todas as manchetes, os números, os nomes, as pessoas que fraudaram, quem fraudou, quem levou o dinheiro! E o que está preso por enquanto é o lalau. Há poucos dias vi uma notícia dizendo que ele tem que ser processado pelo juizado de pequenas causas por ter roubado muito pouco.

Então, Deputado Afrânio Boppé, não agüento mais. Fiz muitos pronunciamentos no sentido de viabilizar recursos para Santa Catarina, que recolhe para os cofres públicos federais, dois bilhões e tanto, R\$3.000.000.000,00 por ano, e não vê retorno de 10%, de 5%. Tudo tem que ser pedido, solicitado e chorado.

E quando vemos tudo isso, o que diz o eleitor? O que pode falar o homem lá fora? Aquele que vê na televisão diariamente o enriquecimento de pessoas que dizem: mas só tenho US\$30.000.000,00, só tenho duas televisões, agora só consegui comprar um navio! E, na realidade, o povo brasileiro vive sofrendo. Estamos vendo nas penitenciárias cada vez mais presos; a violência que, há poucos dias, levou a vida de dois soldados, que estavam cumprindo com a sua missão, assassinados por aqueles que não tiveram o poder, por aqueles que, pela divergência ou pela diminuição de poder de arrecadação nas suas famílias, transformaram-se em bandidos.

Então, Deputado Afrânio Boppé, isso me trouxe a tribuna hoje, revoltado de ver tanta coisa, tanta bandalheira e não se apurar nada! Ah, mas descobrimos quem foi o ladrão e foi retirado do cargo! E o dinheiro que roubou, e os recursos que foram dilapidados do patrimônio público, para onde foram? Ninguém sabe, estão fora do País.

O Sr. Deputado Afrânio Boppé - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Então, Deputado Afrânio Boppé, V.Exa. que me concedeu este horário, concedo com muito prazer um aparte, para que V.Exa. possa trazer algum subsídio ao nosso pronunciamento.

O Sr. Deputado Afrânio Boppé - Agradeço, Deputado Ivan Ranzolin.

Na verdade, é para lhe dizer que é exatamente em função desse sentimento que o v.Exa. consegue expressar no seu discurso de indignação e de descontentamento com tudo isso que está ocorrendo e que vários veículos de comunicação estão apresentando diariamente nos jornais, é que nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos solicitando já há algum tempo uma CPI, a CPI da Corrupção, de forma que possamos, detalhadamente, apurar todos os fatos, até ir as últimas conseqüências, penalizando os responsáveis.

Peço, até, para que V.Exa., como membro do Partido Progressista Brasileiro, também converse com a Bancada federal, para que possa subscrever a CPI pela qual o PT vem há muito lutando e ainda não conseguiu.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Agradeço o aparte de V.Exa. e devo dizer que todos os instrumentos que forem necessários para descobrir e desvendar as falcatruas neste País, sou a favor. Sou contra àquelas CPIs que são instituídas para formar palanque, para fazer discurso, mas quando a CPI é séria e que vai fundo nas questões, e nesta Casa temos dado a demonstração. Agora temos a CPI da Sonegação, da qual sou participante, sou membro, estou lá efetivamente para dar cobertura à seriedade, para proteger, Deputado Onofre Santo Agostini, aquilo que fazemos na Assembléia Legislativa, porque esta é uma Casa séria, aqui se trabalha, os

Deputados vêm objetivamente para defender os interesses do povo de Santa Catarina.

Mas infelizmente não é isso o que estamos vendo neste País, porque as instituições públicas federais e muitas estaduais têm servido para prática do enriquecimento ilícito de poucos e o empobrecimento do povo brasileiro.

Faço a minha manifestação de contrariedade, Deputado Onofre Santo Agostini, porque participo ativamente do desenvolvimento da minha região e vejo como os Prefeitos, como as Câmaras de Vereadores têm dificuldades em desenvolver os seus projetos por não poderem realizarem, às vezes, 1km de asfalto. De buscar remédios para as crianças que estão sofrendo problemas de saúde e quando chega no inverno rigoroso não há possibilidade de compra de um cobertor sequer, por falta de verba orçamentária nas Prefeituras, enquanto o Fundo de Participação está indo aqui, enquanto os nossos recursos dos tributos estão indo aqui.

E para encerrar, Deputado, vou apenas citar os números dados por vários professores da Universidade Federal de São Paulo, que chegaram a uma conclusão: que cerca de 30% dos recursos da receita líquida deste País são destinados à corrupção, para que poucos se locupletem, fiquem podres de rico, enquanto o povo está sofrendo miséria.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Este Presidente solicita ao Deputado Ivo Konell que assuma a Presidência, afim de que possamos usar do horário destinado ao PFL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, vimos no desenrolar dos oradores, começando ainda no Pequeno Expediente e agora no horário destinado aos Partidos Políticos, um verdadeiro muro das lamentações sobre fatos que vêm acontecendo neste País.

É corrupção daqui, droga dali, Secretarias que não funcionam, além da situação dramática do povo.

Mas veja, Deputado Romildo Titon, hoje é um dia que estou muito contente, porque aqui vieram representantes da nossa região, da Região Serrana, e agora mudou de nome, não é mais região Serrana mas, sim, Serra, da Região da Serra, Lideranças que ficaram ao longo dos anos abandonadas ou esquecidas. E numa estratégia bem montada por aquelas lideranças: Campo Belo, Anita Garibaldi, Cerro Negro, Celso Ramos, Capão Alto, até de São José do Cerrito, juntamente com este Deputado, os Deputados Ivan Ranzolin, Romildo Titon, Rogério Mendonça e João Rosa, este último que é filho da Ponte Alta - por sinal, Deputado João Rosa, no próximo domingo vai ter uma grande festa no hospital da Ponte Alta e convidamos V.Exa. para participar, juntamente conosco, da alegria do povo da Ponte Alta, que é sua terra, mas vieram as Lideranças, deixaram os Partidos Políticos de lado, os interesses partidários de lado, reivindicar aqueles benefícios que ao longo do anos vêm pleiteando.

Quando ouvi o Deputado Ivan Ranzolin falar na BR-282, lembrei-me que se fossem vendidos os bois dos churrascos que foram feitos em favor da BR-282, acho que com aquele dinheiro dava para construir a obra.

Agora, sim, se uniu todo mundo. Vimos brigar - os Deputados Ivan Ranzolin, Onofre Santo Agostini, Romildo Titon e Rogério Mendonça, que agora também é serrano - em favor das causas da Serra, Deputado João Rosa, para a conclusão da famosa estrada que, segundo o Deputado Ivan Ranzolin tem um sapo, e digo que tem um sapo, um jacaré, um elefante, enterrado naquela estrada que liga Campo Belo, Anita Garibaldi, Celso Ramos, etc.

Graças a Deus parece-me que agora vai ser incluída no BID-IV para, efetivamente, ser realizada. Também existia uma linha de transmissão que a Celesc interrompeu, porque o Rio Grande do Sul ofereceu condições melhores para a realização daquela linha.

Depois da briga, da insistência das Lideranças, conseguimos fazer que a Celesc reatvasse a construção daquela linha, para que a região receba os benefícios.

E, graças a Deus, também, vejo agora que tem mais gente lutando em favor de uma obra que cansei de dizer, no ano de 1997, que seria a obra redentora da região Serrana: a construção da Usina de Barra Grande. Poucos acreditavam. Muito poucos acreditavam.

Quando fizemos a primeira reunião, Deputado Rogério Mendonça, alguém disse: vem os loucos aí tentando convencer a fazer uma obra impossível. Participamos de reunião, brigamos com os gaúchos, fomos no Rio Grande, Deputado Moacir Sopelsa. E posso dizer isso porque sou coordenador Parlamentar desta obra do lado catarinense.

Fomos lá brigando. Muitas vezes fui representando o Governador Paulo Afonso, como também fui representando o Governador Esperidião, e agora a coisa está chegando no final, viu, Deputado Rogério Mendonça? Esta obra que deve ter necessitado, no início do investimento, algo na ordem de US\$800.000.000,00 e vai trazer, sem dúvida nenhuma, grande desenvolvimento para a região.

Querem tirar, segundo algum "zum-zum", o canteiro de obra que deveria ser para Santa Catarina, pelo menos era o compromisso dos consórcios vencedores da concorrência, eis que parte dos canteiros daquela obra teria que ser feita em Santa Catarina e outra parte no Rio Grande do Sul.

Agora alegam que como não tem o acesso da cidade de Anita Garibaldi, fica apenas a 14km até a barranca do rio, onde, efetivamente, a obra vai se construir, porque não tem acesso. E no Rio Grande do Sul tem 48km de distância da cidade de Esmeralda até a barranca do rio. Mas vamos brigar!

Por isso hoje estou feliz, embora veja todas essas manchetes que trazem aborrecimento ao povo catarinense e ao povo brasileiro. Por outro lado, estamos contentes porque vamos ver realizado o sonho do povo da serra, daquele povo sofrido de Anita Garibaldi, que já chegou a ter 22.000 habitantes e hoje tem 8.000 habitantes. Apenas 8 quando já teve 22. Quando se vê o desespero daquele povo é porque a cidade tem o maior índice de miséria de Santa Catarina.

Cerro Negro é a cidade com maior índice de pobreza de Santa Catarina, porque não pode se desenvolver. Ainda existe região onde não se conhece a televisão.

Numa ocasião fui numa festa de Igreja, no interior de Cerro Negro, e as pessoas vinham me cumprimentar dizendo que só conheciam Deputado pela propaganda. Era a primeira vez que pegavam na mão de um Deputado. Ainda existe esse tipo de coisa lá.

Mas, graças a Deus, com a participação deste Parlamento, com a participação dos Deputados Rogério Mendonça, Romildo Titon, Ivan Ranzolin - que é guerreiro, Sandro Tarzan, Antônio Ceron, este que vos fala e as Lideranças, vamos tirar aquela região do sub-desenvolvimento e transformá-la numa região rica, porque realmente merecem.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado Onofre Santo Agostini, gostaria rapidamente, através deste aparte, de parabenizar todas as lideranças, todos os Vereadores da região Serrana, da região da Amures, todos aqueles Municípios que hoje participaram dessas audiências, que, com muita criatividade, foram concentradas na Assembléia Legislativa, porque, com certeza, todos os Vereadores e todas as Lideranças, que vieram num número muito grande, teriam dificuldade de se deslocar aos diversos órgãos do Governo do Estado. Meus parabéns pela iniciativa!

E quero dizer que me somo àqueles que lutam e trabalham pela região Serrana. V.Exa., o Deputado Ivan Ranzolin e alguns Deputados até brincaram em relação a minha participação. Mas gostaria de dizer que realmente tenho sido convidado pelas Lideranças a participar; o Vereador Aureo, do PMDB, o Vereador José Barbosa e outras Lideranças da região têm me convidado a participar, e também porque o PMDB hoje, nesta região, não tem um Deputado Estadual. Por proximidade, tem o Deputado Romildo Titon, que tem dado a sua participação, e também está bem representada por V.Exa. e pelo Deputado Ivan Ranzolin.

Mas, com certeza reconheço as dificuldades que essa região vive em relação ao crescimento inferior dessa região em relação a outras regiões do Estado. Mas se me permitirem, gostaria de me somar entre aqueles, igual a V.Exa. e os Deputados Ivan Ranzolin, Romildo Titon e tanto outros que têm lutado pelo crescimento da região serrana.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Antes de ouvir V.Exa., gostaria de dizer que nós, os serranos, temos o seguinte ditado: quanto mais foice, maior é o roçado. Que bom seria se os 40 Deputados pegassem na foice para fazermos um grande roçado na serra.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de saudar V.Exa. pelo seu brilhante depoimento. E quero saudar também o pessoal de Itaiópolis, do Planalto Norte. Foi saudado o Planalto Serrano e também saudamos o Planalto Norte, através do pessoal de Itaiópolis que está aqui, também partidário.

Ao pessoal do PPB e do PFL que nos visitam neste dia, as nossas congratulações.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 14 minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, inicialmente gostaria de deixar consignado nesta tribuna um elogio, um registro encomioso à pessoa do Senador Casildo Maldaner,

Presidente Estadual do PMDB que, ouvindo a voz das ruas, o apelo e a manifestação dos militantes partidários, no dia de ontem após a sua assinatura no requerimento para a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, vetorizada a apurar fatos determinantes relativos a ações de corrupção em nosso País.

Não que esta CPI venha a representar uma panacéia para todos os males da República, mas pelo fato de que quem não deve não teme, pelo fato de que a publicidade, a transparência são preceptivos constitucionais que têm que estar presentes, por isso entendendo ser da obrigação de todo Parlamentar estar em sintonia com os reclamos, com as reivindicações que objetivam passar a limpo o nosso País com a sua chaga mais lamentável, que é a corrupção que grassa de Norte a Sul pela Nação brasileira.

Por isso o Senador Casildo Maldaner, que foi severamente criticado nos últimos dias, tomou a decisão mais consentânea, mais correta e mais adequada. E com a sua assinatura, seguida também na assinatura do Senador Amir Lando, que representa o Município de Rondônia, mas que nasceu também em Santa Catarina, viabilizou-se na Câmara Alta, viabilizou-se no Senado da República o número mínimo necessário a deflagrar-se, pelo menos naquela Casa, a Comissão Parlamentar de Inquérito que hoje é assunto de destaque na mídia e em conversas em quaisquer lugares que frequentemos.

Por outro lado, Sr. Presidente, há pouco, daqui da tribuna, alguém fez referência ao Presidente do Senado Federal. Quero deixar explicitada a minha posição e a posição de um sem número de companheiros de Santa Catarina, que chegaram a redigir uma moção e entregá-la ao Diretório Estadual, quando se discutia se caberia ou não ao PMDB o preenchimento do cargo de Presidente do Senado da República. E nós, eu e outros Deputados, o Deputado Federal Edson Andriano, por exemplo, deixamos escrito, deixamos anotado que entendíamos que o candidato do PMDB devesse ser o Senador Pedro Simon.

Queríamos ter Pedro Simon na Presidência do Senado da República por uma série de razões: pela sua trajetória retilínea; pela vida de conquistas políticas ascendentes; pelo seu atrelamento e a sua coerência ao PMDB; pelas posições destemidas assumidas frente aos assuntos mais delicados e porque era e é, a nosso ver, dentro do PMDB, a figura mais notável; a figura de proa para empunhar a bandeira de candidato a Presidente da República. E se naquele momento, se alçado fosse a Presidência do Senado Federal, teria à sua disposição um palanque político importante para deflagrar o seu projeto maior.

Não fomos ouvidos, a propositura não foi acolitada e acabou recaindo a escolha, por uma série de circunstâncias sobre o Senador Jader Barbalho.

Ainda assim, na semana passada, o Diretório Municipal do PMDB, ao qual tenho vinculação aqui na Capital, deliberou no sentido de oficial ao Presidente do Senado de que faça uma opção entre a Presidência do Senado e a Presidência do PMDB ou, mais corretamente, que S.Exa. deixe a Presidência do PMDB porque é impossível que alguém possa, principalmente face à turbulência política que estamos vivenciando, com eficiência e com eficácia, dedicar-se de corpo e alma a duas instituições tão importantes como são o maior Partido do País e o Senado da República.

Mudando de assunto, Sr. Presidente, queria abordar, de certo modo, o que o Deputado Heitor Sché falou hoje da tribuna - a questão da Segurança Pública.

Repetindo um pouco mais espaçada e detalhadamente o que disse num aparte ao eminente Deputado Heitor Sché, o Governo do Estado remeteu uma medida provisória a esta Casa para fazer algumas alterações de procedimentos referentes ao concurso público para provimento de cargos no âmbito da Secretaria de Segurança Pública.

Matéria importante, matéria meritória, e penso que nenhum dos Deputados com assento nesta Casa, de nenhum dos Partidos, haverá de ser contrário a que mais rapidamente possível se deflagre um concurso para preenchimento de cargos, de tantos cargos vagos na estrutura da Segurança Pública, principalmente na ponta, principalmente no trabalho de rua, no trabalho que tem que ser desenvolvido, na atividade fim e não na atividade meio.

Mas, o Governo, desta feita, como em oportunidades anteriores, olvidou olímpicamente, ignorou o dispositivo constitucional que diz que as medidas provisórias só podem ser editadas em caso de urgência e de relevância.

E se alguém se der o trabalho de analisar as tantas folhas dos autos que dizem respeito àquela medida provisória, vai ver que ali não há uma única menção à urgência e uma única menção à relevância do projeto.

Por esta razão, diversos Deputados, eu, por exemplo, e a Deputada Ideli Salvatti, ponderamos na Comissão, antecipamos o voto contra a admissibilidade porque não é possível banalizar um instrumento tão importante, como é a medida provisória.

Não sou daqueles que defendem a extinção da medida provisória, eu a considero um instrumento importante para ser usado com parcimônia, dentro dos critérios regrados pela Constituição e não como tem sido às vezes, sem sequer se fazer menção, muito menos comprovar a urgência e a relevância.

E esta paralisação é tão patente a ponto de, no âmbito federal, ter-se remetido ao Congresso Nacional, em determinado momento, uma medida provisória, Srs. Deputados, para adquirir, para autorizar aquisição de um veículo de representação ao Vice-Presidente da República!

Ora, medida provisória não é, não foi e jamais será instrumento concebido para esta finalidade. É uma alternativa posta excepcionalmente à disposição do Poder Executivo, que se utiliza, que se usurpa, de certa forma, do Poder Legislativo, da iniciativa legislativa, para poder remeter à Casa Legislativa competente um projeto, porque esse projeto, esta matéria está timbrada pela urgência e pela relevância.

Mas para demonstrar que não estamos fazendo oposição sistemática nesta Casa, não estamos fazendo oposição por fazer oposição, tanto eu quanto a Sra. Deputada Ideli Salvatti oferecemos uma alternativa, uma saída ao Líder do Governo, que soube compreendê-la. E como disse há pouco no microfone de aparte, chegou à tarde uma nova mensagem, transformando aquilo que seria numa medida provisória fadada a ser inadmitida num projeto de lei, que vai tramitar com os rigores que deve ter, e esta Casa vai exercer o seu direito de aprimorá-la.

O Deputado Heitor Sché, com a sua experiência na área, poderá apresentar sugestões e adminículos, sem dúvida importantes, porque esta Casa não pode ser entendida como um cartório de registro, onde os documentos vêm prontos e prontos devem ir. A nossa obrigação, o nosso dever é aprimorar tanto quanto possível todos os projetos que aqui nos chegam, sejam eles de origem parlamentar, de origem do Poder Executivo ou de qualquer outra iniciativa.

Por isso, Sr. Presidente, que fique claro, que fique anotada a posição que hoje tomamos, no sentido de recomendar a modificação, no sentido de dizer que estamos abertos à aprovação deste projeto, se ele efetivamente vier a contribuir e abrir caminhos para que a Polícia Civil e a Segurança Pública possam recrutar mais homens e colocá-los na rua, na atividade-fim, para mitigar os sem números de problemas, os sem números de ocorrências que têm avassalado ultimamente o Estado de Santa Catarina.

Por último, gostaria de tecer brevíssimas considerações a respeito da CPI da Sonegação Fiscal que desenvolve os seus trabalhos na Assembléia.

Penso que ela está atingindo os seus objetivos, penso que o fato de diversas ações que já foram encetadas pela Polícia Civil e pelo Ministério Público no exato cumprimento dos múnus que lhe são conferidos com prisões, com apreensões e, sobretudo, com seríssimos indícios de quadrilhas que estão lesando o fisco e o erário público em detrimento de todos e de cada um dos cidadãos catarinenses. São fatos que por si só justificam a permanência e o fato desta CPI querer apurar os fatos até as últimas consequências.

Não posso entender que motivo, que razão possa levar algum Deputado, com assento nesta Casa, a ser contrário a que a CPI se aprofunde e vá até o fim na análise desses casos. Que interesses estariam por trás de uma postulação como essa? Afinal de contas, quem não deve não teme. E mais, uma das ações, se não a principal ação do Poder Legislativo, é a ação fiscalizatória, é a ação de controle. E esta se deve a um instrumento por excelência chamado Comissão Parlamentar de Inquérito.

Tenho a convicção mais absoluta de que se não levarmos a cabo e a bom termo os trabalhos da CPI da Sonegação Fiscal, esta Casa ficará muito mal. E teremos todos nós que dar satisfação à opinião pública no sentido de explicar por que de repente, de uma hora para outra, quando tantas linhas de ações investigatórias foram levantadas, a CPI foi abruptamente coartada e não se permitiu que as suas ações fossem concluídas.

Mas eu tenho certeza de que, pelo trabalho que vem sendo desenvolvido pelos membros que a integram e pelos Líderes partidários, que todos nós haveremos de fazer um esforço em conjunto, um esforço concentrado para possibilitar que as suas ações vão até onde efetivamente devam ir.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Deputado João Henrique Blasi, V.Exa. abordava sobre a possibilidade do Presidente Estadual do PMDB firmar sua assinatura, permitindo a CPI em nível nacional. Uma CPI que 84% da população anseia, quer e deseja ver instalada, funcionando e apurando fatos que desabonam a conduta de homens públicos e de várias instituições do nosso País.

Fiquei satisfeito em ouvir a sua manifestação ponderada, equilibrada, como sempre, mas também com a conotação muito forte, muito clara de um princípio que deve reger o procedimento e a conduta de um homem público.

O princípio da coerência, Deputado João Henrique Blasi, é muito importante. Eu ouço muitas vezes, desta tribuna, vários Deputados fazerem discursos eloquentes, veementes, mas lhes falta o essencial e o principal, que é a coerência no seu procedimento,

na sua ação e na sua conduta, até porque nós temos coerência, temos princípio em nível nacional. E quando vejo Deputados chegarem a esta tribuna para rebater o PMDB, eles nos agredirem de várias formas, muitas vezes até de uma forma que não condiz com a postura de Parlamentar.

Por isso, Deputado, eu creio que todos nós estamos além de gratificados, honrados, satisfeitos com a posição do Senador Casildo Maldaner.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Eu agradeço a V.Exa. pela sua colaboração, Deputado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Deputado Afrânio Bopp, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente e Srs. Deputados, assomo à tribuna no horário do Partido dos Trabalhadores para, sobretudo, no dia de hoje, 18 de abril de 2001, lembrar a todos os Deputados, à população catarinense que há menos de um ano o Brasil estava comemorando 500 anos de descobrimento. E hoje estamos às vésperas de relembrar o infeliz, truculento e violento episódio que assistimos com relação às comemorações no Município de Porto Seguro, do Estado da Bahia.

Quero, portanto, no dia de hoje, ler uma carta conclamatória a um seminário que se intitula 500 anos, um ano depois.

O teor da carta diz que no próximo dia 22 de abril terá passado um ano dos acontecimentos de Porto Seguro em Santa Cruz Cabralia.

(Passa a ler)

"No próximo dia 22 de abril terá passado um ano dos acontecimentos de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia, tão presentes para todos nós.

Dias antes das comemorações oficiais dos '500 anos do Descobrimento', o Governo de Fernando Henrique Cardoso definiu como 'área de Segurança Nacional' uma imensa região de terra e mar no extremo sul da Bahia; militarizou toda essa região colocando milhares de soldados da Polícia Militar, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica; espalhou centenas de arapongas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) nos ônibus e nas praças públicas; colocou barreiras policiais em todas as estradas de acesso, monitorando caravanas desde os seus locais de saída, fosse em Chapeco (SC) ou São Luiz (MA); isolou bairros pobres de Porto Seguro; cercou e reprimiu movimentos sociais da região como o MST; colocou fragatas e helicópteros para vigiar e reprimir qualquer 'distúrbio'; tratou como suspeitos quaisquer turistas que se dirigissem à região; enfim, o Governo de Fernando Henrique Cardoso tratou a região como um 'teatro de operações de guerra' e, de forma deliberada, a produziu.

Tudo isto por quê? Porque sabia que, naquele espaço do litoral baiano, 'onde tudo começou', a História do Brasil seria condensada. Por outro lado, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Presidente de Portugal, Álvaro Sampaio, com as suas respectivas delegações, iriam fazer o elogio do colonialismo com uma programação de inaugurações, almoços e espetáculos teatrais que evocariam a 'chegada' dos portugueses a essas terras; por outro lado, uma centena de milhares de indígenas, negros, militantes dos movimentos sociais, estudantes, desempregados, militantes pastorais e

de ONGs, etc., viriam de todas as regiões do país para uma grande manifestação coletiva, ato maior do movimento Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular.

Nesta manifestação os diversos movimentos condenariam o colonialismo e a sua forma atual, o neoliberalismo. Cada movimento iria expressar o significado desses 500 anos para a sua base social: massacre dos povos indígenas, escravização dos negros, exploração dos trabalhadores rurais, expulsão dos trabalhadores do campo, etc., além de mostrar a atualidade dessas violências.

O Governo Fernando Henrique Cardoso colaborou, e muito, para que a História acabasse realmente condensada, ordenando o ataque da tropa a milhares de manifestantes indefesos.

As imagens da brutalidade policial militar correram o mundo naquele 22 de abril e nos dias e semanas seguintes: um índio deitado no chão da estrada e policiais marchando sobre ele; um negro arrastado pelos cabelos; mais de uma centena de estudantes cercados por uma tropa armada até os dentes; policiais em uniforme camuflado e de combate apontando armas para a multidão; bombas de gás explodindo no meio do povo aterrorizado.

Essas imagens estiveram nos principais meios de comunicação do Brasil, da América Latina e do mundo, em Nova York, em Paris, em Londres, em Genebra e já são parte da lamentável história das ofensas aos direitos humanos. Essas imagens revelaram ao mundo a sociedade desigual e injusta que ainda temos; o caráter violento das nossas chamadas elites; a política anti-popular, excludente e repressiva do Governo liberal de Fernando Henrique Cardoso."

Quero, aqui nesta data, deixar a manifestação da Bancada do Partido dos Trabalhadores e dizer que é importante que, episodicamente, periodicamente, possamos recuperar os momentos infelizes da História do Brasil, de modo a criar condições para que isso não mais se repita.

Quero dizer também, Deputado Ivo Konell, que tenho percebido, não sei se pela minha pouca experiência, por ser novato, que o andamento dos trabalhos da Assembléia Legislativa, ultimamente, têm, de certa forma, um certo ar, um certo sentimento de esvaziamento no Plenário. Este esvaziamento, julgo eu, Deputado João Henrique Blasi, deve ser em função de nós ainda estarmos vivendo a angústia do impasse estabelecido com relação à eleição da Presidência da Assembléia Legislativa.

Este impasse tem, de certa forma, trazido grandes problemas. Por isso que a maioria das cadeiras do Plenário hoje estão vazias. Creio que haja desestímulo, desinteresse por parte de uma parcela significativa dos Deputados.

Então, quero dizer que estamos ainda no dia de hoje aguardando ansiosamente o desfecho do impasse estabelecido por ocasião da eleição da Presidência da Assembléia Legislativa do dia 15 de fevereiro deste ano.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o Deputado Nilson Gonçalves, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, inicialmente gostaria de solicitar a V.Exa. que fosse enviado à família do Sr. Francisco Carlos Brunke um telegrama com

o sentimento de pesar, não só em nome deste Deputado como dos demais, por se tratar de um empresário muito conhecido no Município de Joinville, que perdeu a vida no dia de ontem.

Então, solicito que seja encaminhado um telegrama dando as condolências aos familiares do Sr. Francisco Carlos Brunke, que faleceu ontem.

Gostaria também de aproveitar este espaço (vou tentar ser bastante objetivo, pelo menos uma única vez, antes que acabe o meu tempo) para prestar uma homenagem à nossa Polícia Rodoviária Federal e lamentar, aqui desta tribuna, a morte do policial rodoviário Rodrigo Zonta, um rapaz com apenas 24 anos de idade, e a morte de Ailton Machado Borges, policial rodoviário, com 29 anos de idade, que foram friamente assassinados por alguns dos tantos milhares de bandidos e marginais que campeiam por este Brasil afora.

E dentro desta linha de pensamento, eu vou tecer alguns comentários: em Joinville - o Deputado João Rosa, que também é delegado de polícia, deve ter conhecimento do fato -, um policial conseguiu prender um bandido no mato quando estava em sua perseguição e não perdeu a vida porque a arma do bandido falhou duas vezes. O bandido apontou a arma na sua cabeça e atirou e, por duas vezes, a arma falhou. Não fosse isto nós estaríamos aqui também lamentando a morte de mais um policial, desta vez um policial civil, do Município de Joinville.

Sr. Presidente, a marginalidade está entrando de maneira indiscriminada! Em Joinville uma senhora ligou ao meu programa de rádio para fazer um apelo ao bandido, ao marginal que invadiu a sua casa, levando a sua televisão, o seu vídeo cassete, tudo que tinha. Ela pediu para que voltasse até a sua casa para levar o controle remoto da televisão, porque foi só o que restou em sua casa. Levaram tudo! Só faltava levar o controle remoto.

Então, ela pediu para que o bandido voltasse à sua casa que ela entregaria também o controle remoto, pois para ela nada mais valia.

Temos também, Sr. Presidente, a comunidade do Jardim Paraíso, do meu Município, ou seja, de Joinville. Jardim Paraíso é um dos bairros mais pobres da comunidade. Não fosse a comunidade se aliar e alugar uma casa para instalar a Polícia Militar, a bandidagem tomaria conta de vez daquele bairro. Tudo porque onde estava instalada a Polícia Militar, o teto caiu, o forro quebrou, enfim, não havia mais possibilidade de ali ela permanecer.

Um cidadão, na tarde de ontem, foi assaltado na Serra Dona Francisca em plena tarde, às 15h. Fecharam esse cidadão, levando o seu veículo. Só não morreu, porque, disse ele, rezou a Deus o tempo inteiro e nem abriu o olho para ver quem era. Fechou o olho e só disse: levem tudo o que quiserem, pelo amor de Deus, só não levem a minha vida.

Sr. Presidente, nós temos tantos dados para falar da marginalidade neste País, principalmente na minha região, Joinville. Nós temos tudo para ficar abismado com esses fatos. Quando ligamos a televisão - V.Exa. deve ter visto também -, e vemos marginais encapuzados, contando vantagem e dando a mensagem...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) (Faz soar a campainha) - Deputado, V.Exa. dispõe de mais 30 segundos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. Presidente, não tem jeito!

Lamentavelmente, não há possibilidade de se desenvolver um raciocínio, pelo menos objetivo, nesta tribuna, com este espaço. De qualquer maneira, em uma outra oportunidade em que eu tomar emprestado o horário de alguns Companheiros eu possa realmente falar até o fim o assunto que me trouxe à tribuna.

Mas nestes sete segundos restantes, gostaria de informar ao Presidente Onofre Santo Agostini, que está chegando, que a minha Comissão ainda não foi instalada. A Comissão Especial para tratar da velocidade de moto.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Passaremos à Ordem do Dia.

Antes de proceder à chamada dos Srs. Deputados, solicito à assessoria que providencie o registro da mesma. Solicito, também, ao assessor que providencie a informação de como está a situação do pedido feito pelo Deputado Nilson Gonçalves, que por várias vezes disse que faltava as Lideranças fazerem a indicação dos Partidos Políticos.

O Sr. Deputado Heitor Sché - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Antes de conceder a palavra, pela ordem, a V.Exa., quero registrar a ausência, neste momento, do Deputado Ivan Ranzolin, que foi a São Joaquim representar este Poder; dos Deputados Manoel Mota, Ronaldo Benedit e José Paulo Serafim, que se encontram em Brasília; do Deputado Gerson Sorgato, que se encontra no II Encontro Catarinense do Milho, em Xanxerê, e também do Deputado Sandro Tarzan, que também se encontra em São Joaquim.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Eu já vou ouvir V.Exas!

Eu vou responder para a Deputada Ideli Salvatti, porque ouvi a sua indagação. Eu já autorizei, Deputada, o fornecimento da relação da presença dos Deputados do mês de fevereiro e do mês de março para a imprensa e já determinei, também, o desconto do salário dos Deputados que extrapolaram as faltas permitidas, pelo que determina o Regimento Interno.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Heitor Sché.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Sr. Presidente, agora que V.Exa. se adiantou, o meu assunto era outro, mas eu queria, então, fazer um registro.

Como as sessões da Assembléia não vêm se realizando de comum acordo com o Regimento Interno da Casa, e não cabe às Lideranças modificarem o mesmo, eu faria um apelo a V.Exa.: embora eu não tenha esse problema, eu pediria que não fossem descontadas do salário dos Srs. Deputados as suas faltas, mesmo porque as sessões não têm sido regulares: a sessão de quinta-feira, que deveria ser à tarde, está sendo realizada quinta-feira pela manhã, a de terça-feira inverte, a de quarta-feira suspende. Então, eu faço este apelo a V.Exa.

Mas eu pedi a palavra, pela ordem, a V.Exa., para solicitar que inclua na pauta de terça-feira o meu projeto de emenda constitucional que extingue o voto secreto.

São duas propostas, uma é de emenda constitucional e a outra altera o Regimento Interno que, segundo me consta, foi para uma Comissão Especial.

Este projeto que extingue o voto secreto, segundo me parece, já recebeu parecer favorável do Relator, que é o Deputado Paulinho Bornhausen. Mas mesmo que não

estivesse tramitando 15 dias sem a manifestação do Deputado que pediu vistas, o projeto já está, pelo Regimento, em condições de vir a Plenário, mesmo sem o parecer das Comissões. Então, eu faço um apelo a V.Exa. para que o inclua na Ordem do Dia de terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Pois não, Deputado! Vamos tomar as devidas providências.

Quanto ao desconto das faltas dos Srs. Deputados, quero fazer o seguinte esclarecimento: aqueles dias em que foram alteradas as sessões - eu fui abordado pela Deputada Ideli Salvatti, recordo-me muito bem, dia 28 - foram realizadas duas sessões -, nós autorizamos a justificativa da falta aos Deputados.

Aqueles Deputados que não compareceram na sessão do dia 28 foram justificadas as suas faltas, porque não foi falta dos Deputados, pois foram realizadas duas sessões, quando deveria ter sido realizada somente uma.

Agora, eu não tenho mais, Deputado Heitor Sché, como chamar os Deputados. Todos os apelos foram feitos. Eu acabo de receber um requerimento do Deputado Jaime Duarte, que pede mais uma vez um encontro com os Líderes para tentarmos convencer os Deputados que compareçam à sessão. Eu já cansei de chamar Líder e não está adiantando nada, porque eles não comparecem! E eu não tenho meios regulares, a não ser o desconto das faltas dos Deputados que não comparecem à sessão.

Autorizei o fornecimento da lista à imprensa, para que ela divulgasse, e também determinei que fosse feito o desconto do salário daqueles Deputados que estão ferindo os princípios do Regimento, pois não há outra maneira.

O Sr. Deputado Heitor Sché - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Heitor Sché.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Eu não estou contestando V.Exa., eu estou apenas tentando auxiliar na regularização das sessões da Assembléia Legislativa.

Eu acho que não é necessário levar dois anos para que se altere o Regimento no que diz respeito ao dia das sessões. A sessão de amanhã está marcada para a tarde. Então, ela deveria ser amanhã à tarde, não é, Sr. Presidente? Mas, de acordo com as Lideranças, o que não é legal, ela vai ser transferida, possivelmente, para amanhã de manhã. Só que nós temos Deputados que não sabem que ela vai ser transferida para amanhã de manhã, porque no Regimento diz que será à tarde.

Então, nós temos que definir isso de uma vez por todas! Ai, sim, nós teremos condições de proceder ao desconto na folha dos Srs. Deputados quando eles não estiverem comparecendo assiduamente às sessões.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Pois não, Deputado!

Nós solicitamos aos Srs. Deputados para que registrem sua presença para a verificação de *quorum*.

O Sr. Deputado Nelson Goetten - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Nelson Goetten.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Enquanto se registra a presença dos Deputados, eu quero fazer duas colocações, Sr. Presidente.

Eu queria pedir, realmente, para que a sessão de amanhã fosse realizada no período da manhã. Portanto, já digo que concordo plenamente com os comentários do Deputado Heitor Sché e também com a sua emenda, com o seu projeto, que penso que a reunião se realizará sempre na quinta-feira. Então, que ela sempre se realize de manhã, fazendo a mudança do Regimento, que é o correto.

Eu faço também este apelo para que o projeto do Deputado Heitor Sché venha a Plenário, na terça-feira, a fim de ser votado.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, eu quero dizer que eu tinha tido a mesma intenção do Deputado Jaime Duarte. E hoje de manhã, inclusive, já foi registrado na tribuna pelo Deputado João Henrique Blasi que estamos chegando a um ponto que o que acontece nesta Casa respinga em todos nós, porque é muito difícil para a população, de maneira em geral, entender por que é que não se vota, por que é que não funciona. A grande maioria da população não sabe muito bem o que é que está rolando nos bastidores, nas disputas. Então, fica muito difícil para a população entender.

Hoje de manhã, na Comissão de Justiça, tivemos inclusive que dar uma sugestão para que algo de relevante viesse na forma de medida provisória, que como medida provisória viria para este Plenário novamente para a tradicional divisão que estava colocada aqui e que, portanto, não interessaria a ninguém, nem a nós, Oposição, que tínhamos a concordância quanto ao mérito da matéria, e, obviamente, nem ao Governo, que precisava alterar o processo para o concurso dos policiais civis.

Ainda bem que o Deputado Joares Ponticelli, atendendo ao apelo feito, conseguiu fazer as conversações com o Governo e a medida provisória foi substituída por um projeto de lei. Portanto, entendo que este não será mais um pomo da discórdia aqui neste Plenário para não termos votações. Agora, Deputado Onofre Agostini, de uma vez por todas, esta Casa precisa funcionar!

Temos que tomar uma posição, porque houve uma polêmica que está *subjudice* sobre a questão da eleição da Presidência; houve todo um esforço dos Deputados para compor a Mesa e as Comissões, mas nada foi resolvido, pois as questões no Plenário continuam não fluindo.

Eu acho de fundamental importância que ocorra a reunião dos Líderes, que haja uma conversa franca, responsável, nem que tenhamos que fazer acordos entre aquilo que é consensual para a votação.

Sr. Presidente, nós vamos terminar a semana com a votação do projeto do Deputado Jaime Duarte, onde só foi votado porque tinha platéia, pois o vexame de termos aqui uma população vinda do interior do Estado para acompanhar a votação de um projeto do seu interesse acabaria não acontecendo. Certo?

Então, Deputado Onofre Santo Agostini, quero dizer que não tenho mais como influir, claro que é importante registrar que hoje é um dia especial, pois uma delegação de Deputados está no exterior. E além dos que estão no exterior, nós temos uma delegação que está em Brasília tratando da duplicação da BR-101. Portanto, nada mais correto do que esta mobilização dos Parlamentares por um assunto tão importante ao nosso Estado, mas precisamos de uma solução para tudo isso.

Além desta questão da votação, eu quero trazer uma outra questão para o Plenário e solicitar que isto seja resolvido na reunião dos Líderes, que é a questão do requerimento da CPI da Sonegação. Quero propor que, junto com essa reunião dos Líderes para tratar do andamento do Plenário, discutamos o que é que vale e o que é que não vale nesta Casa. Porque eu não quero pegar, agora, o microfone e fazer a leitura de umas quatro páginas da ata do dia 3, são exatamente quatro páginas de votação de requerimentos e moções, todos aprovados naquela sessão. Inclusive, além do requerimento da CPI, o requerimento do Deputado Adelor Vieira, da sessão do dia 10, que eu tive a oportunidade de assistir, ontem, pela TVAL, foi a 17ª ou 18ª votação.

Foram votados 14 requerimentos, depois foram votadas quatro moções e o requerimento do Deputado Adelor Vieira, aquele que depois foi acatado na sessão do dia 10 por V.Exa. como votado, que até colocou o veto para deliberação, porque o requerimento tinha sido votado.

Isto tudo está aqui. Posso perder aqui uma hora lendo a ata!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Deputada, vamos ser objetivos!

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Deixa só eu concluir, Presidente!

Então, eu não quero perder uma hora da sessão lendo a ata, as notas taquigráficas; não quero também perder tempo lendo matérias veiculadas pelo jornal da Assembléia, datado do dia 11 de abril, o qual estampa atividades da CPI na contracapa.

Então, Deputado, eu quero pedir, com relação a esta questão, até porque ela tem implicações políticas graves para o Poder e poderá gerar nova batalha judicial, que não haja, no dia de hoje, qualquer debate, qualquer discussão, qualquer deliberação, qualquer coisa relacionada à CPI da Sonegação e que na reunião de Líderes seja debatido o funcionamento do Plenário, seja debatido este impasse

político, administrativo de grave consequência! Porque se abrirmos o precedente de coisa votada ser "desvotada" por requerimento individual, esta Casa vai virar algo que ninguém mais vai conseguir administrar!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Pois não, Deputada!

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Eu fiz uma proposta e quero saber se foi acatada.

O Sr. Deputado Jaime Duarte - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Eu vou responder a V.Exa., Deputada Ideli Salvatti, e também o requerimento por escrito de V.Exa., Deputado Jaime Duarte.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Mas V.Exa. me permiti fazer uma defesa do requerimento à Mesa, ao menos?

A minha proposta é um pouquinho além deste requerimento, acho que contribui na sua decisão.

É rápido, tenho a prática de ser bastante objetivo, pode ter certeza!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Pois não!

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir, além desse requerimento, a V.Exa. - eu creio que é o entendimento de todos os Deputados desta Casa - que retire da pauta os dois projetos que estão emperrando o Plenário.

Isso não quer dizer que não voltem futuramente, mas voltarão futuramente quando os Autores requererem a reinclusão, quando entenderem que têm votos suficientes ou que é o momento oportuno. Por favor, retire-os, não há nenhuma razão para estarem aqui, pois acabam sendo motivo de desgaste, emperrando o andamento normal das sessões.

Sugeriria a V.Exa. que indeferisse - este é o pleito - este requerimento, para que pudéssemos elaborar uma pauta com todos os projetos que não forem divergentes, que forem consensuais, que forem propositivos para a

Casa e para o Estado, a fim de que pudéssemos votar aqui.

O Sr. Deputado Heitor Sché - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Heitor Sché.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Sr. Presidente, acabo de receber, agora, em Plenário, o projeto da admissibilidade da emenda constitucional, extinguindo o voto secreto, com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Estou encaminhando a V.Exa., fazendo, mais uma vez, um apelo para que ele passe a integrar a Ordem do Dia de terça-feira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Pois não!

Acatando a sugestão aqui apresentada pelos Deputados Jaime Duarte, Júlio Garcia e Deputada Ideli Salvatti, acatamos e marcamos a reunião de Líderes para amanhã, às 9h.

Abriremos a sessão, suspendemos e fazemos a reunião dos Líderes para tentarmos, então, chegar a um consenso para o andamento das matérias.

Como não há *quorum* para deliberar, por via de consequência, não submeto à apreciação nenhuma matéria.

Terminado o horário destinado à Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca os Srs. Líderes para uma reunião na sala da Presidência, às 9h, e convoca outra, ordinária, para amanhã, às 9h, com a seguinte Ordem do Dia: matéria em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 024ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 19 DE ABRIL DE 2001

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afonso Spaniol - Afrânio Boppré - Altair Guidi - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivo Konell - Jaime Duarte - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - João Rosa - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Paulo Serafim - Júlio Garcia - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Reno Caramori - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Secretário *ad hoc*, Deputado Júlio Garcia, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Secretário *ad hoc*, Deputado Julio Garcia, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO *AD HOC* (Deputado Júlio Garcia) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do Deputado Jorginho Mello, que Reconhece o Município de Ponte Serrada como Capital Catarinense da Erva Mate;

- de autoria do Deputado Paulo Bornhausen, que "declara de utilidade pública o Instituto Voluntários em Ação na cidade e Comarca de Florianópolis".

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

- De autoria do Tribunal de Justiça, que "outorga ao Tribunal de Justiça competência para, mediante ato próprio, especializar Varas em qualquer matéria".

INDICAÇÃO:

- de autoria do Sr. Deputado César Souza, que solicita ao senhor Governador do Estado, obras de dragagem no Rio Tavares, de proteção *guard rail*, de refazimento do acostamento e de sinalização adequada na rodovia SC-405.

OFÍCIOS NºS:

101/01, do Presidente da Câmara de Vereadores de Viamão, encaminhando cópia do requerimento nº 244/01, aprovado nesta casa;

430/01, do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, ponderando a necessidade de um acréscimo de meio (1/2) por cento sobre as receitas líquidas, no duodécimo destinado ao Judiciário;

659/01, do Sr. Deputado Federal, Eni Voltolini, acusando o recebimento do Ofício GP/DP/57/001;

3318/01, do senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, comunicando o recebimento da prestação de contas do Governo do Estado relativa ao exercício de 2000.

CORRESPONDÊNCIA:

- do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - SC, parabenizando o Presidente desta Casa pela eleição ao honroso cargo de Presidente desta Casa.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Terminada a leitura do expedi-

ente essa Presidência comunica que, conforme o que ficou acertado ontem, vamos suspender a presente sessão para reunião dos Líderes, e vamos reabrir a presente sessão no horário da Ordem do Dia, às 11h.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente, acabei de chegar de Brasília, nesta madrugada, onde tivemos uma reunião memorável, um trabalho excelente em favor da BR-101, e depois vou comentar o assunto no horário que me for permitido.

Gostaria de fazer um protesto e queria que esta Casa retificasse o que foi colocado no jornal O Estado de hoje, em que numa informação da Mesa aparece o meu nome como um dos faltosos.

Sr. Presidente, às vezes que faltei a sessão foi quando estive em Brasília representando a minha região para resolver questões do Hospital São José; quando fui a Brasília com a Deputada Ideli Salvatti para tratar as questões do Besc e ontem estive em Brasília para tratar de assuntos sobre a BR-101. Sempre estive presente nesta Casa.

Agora, se os registros não são computados, se de alguma forma o meu nome não aparece e agora foi divulgado como faltoso, não posso admitir que sempre fui e sou, V.Exa. é testemunha, um dos Deputados mais assíduo desta Casa.

Não aceito isso e exijo uma retificação por parte de quem prestou esta informação colocando o meu nome como um dos mais faltosos deste Poder.

Por isso fica o meu protesto e o meu pedido de registro, uma vez que sempre fui, sou e pretendo ser um dos Deputados mais assíduo desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - **Deputado Ronaldo Benedet, no momento oportuno evidentemente V.Exa. poderá expor o que lá ajudou - nós acompanhamos pela imprensa - sobre a BR-101, no horário de Explicação Pessoal.**

Quanto ao protesto de V.Exa., eu quero dizer que não foi a Mesa que autorizou publicação nenhuma. Nós não chamamos jornal nenhum para publicar matéria nenhuma. A única coisa que foi feita, por solicitação da Deputada Ideli Salvatti... - V.Exa. deverá cobrar da Deputada Ideli Salvatti - que solicitou a liberação da lista da presença dos Srs. Deputados durante os meses de fevereiro e de março. Foi simplesmente o que foi feito. A Presidência não entregou lista para ninguém. Autorizou a liberação da lista do ponto por solicitação da Deputada Ideli Salvatti. Não foi deliberação deste Deputado.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - As justificativas então não foram entregues, Presidente, porque, como eu disse, os dias que eu estive em Brasília representando esta Casa e defendendo os interesses da nossa terra, da nossa gente lá do Sul não foram justificados, porque eu sempre apresento à Mesa a minha justificativa. Ontem V.Exa. deve ter lido, inclusive, a minha justificativa. Mas elas não foram apresentadas e fica uma situação chata, difícil, constrangedora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - V.Exa. tem razão. Eu concordo porque eu vi, não neste jornal, mas num outro jornal, a divulgação das faltas dos Deputados. Veja bem, no dia 28...

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Aparece, inclusive, aqui o Deputado José Paulo Serafim, que eu dou o meu

testemunho que também é um dos Deputados mais assíduos nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Deputado, V.Exa. tem razão. Mas quero mais uma vez justificar que não foi a Mesa que autorizou a publicação em jornal nenhum.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Eu pediria, então, a Mesa, como requerimento, que justificasse e mostrasse à imprensa, àqueles que divulgam, que realmente os Deputados que trabalham, que fazem... Eu gostaria que fosse justificado.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Pois não!

Fica suspensa a presente sessão até às 11h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passamos à Ordem do Dia.

Não há matéria a ser deliberada.

Justificaram a ausência os Srs.

Deputados Altair Guidi, que se encontra sob cuidados médicos, Clésio Salvaro, Manoel Mota, Valmir Comin e Ivan Ranzolin, que se encontra em São Joaquim.

Srs. Deputados, após reunião das Lideranças, foi tomada a seguinte decisão: na próxima terça-feira, na sessão ordinária, serão votadas todas as matérias que constam da pauta, com exceção dos Decretos Legislativo nºs 20 e 22, que constarão da pauta e serão sobrestadas conforme o que dispõe o art. 91 do Regimento Interno. As demais matérias passarão, então, a fazer parte da Ordem do Dia.

Também ficou decidido que vai se fazer um esforço concentrado nas Comissões Temáticas, nas Comissões de Mérito, para que todas as matérias que deram entrada nesta Casa sejam votadas nas sessões ordinárias e extraordinárias das Comissões, para que na próxima terça-feira e nas próximas sessões venham todas as matérias que deram entrada nesta Casa.

Entrará também na pauta todas as matérias conforme foi orientado pelo Departamento Parlamentar.

Srs. Deputados, principalmente o Sr. Deputado Ronaldo Benedet, todos irão receber em seus gabinetes cópia das faltas durante os meses de fevereiro e de março.

Quero apenas esclarecer a V.Exas. que a imprensa, o jornal, publicou as faltas havidas durante o mês, tanto as justificadas quanto as não justificadas. Este foi o equívoco.

Mas quero salientar que na relação fornecida a V.Exas., somente dois Deputados ultrapassaram as faltas permitidas, podendo ser, então, descontados, conforme estipula o Regimento Interno da Casa. Portanto, os demais não terão nenhum desconto.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Pedimos a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente, quero deixar claro que não me preocupo com a questão do desconto salarial, porque se este Deputado faltar, quero que seja descontado.

Só quero esclarecer que no dia 21 de fevereiro estive no Supremo Tribunal Federal com a Ministra Helen Greice(?)...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Está justificada a falta de V.Exa. no nosso relatório.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Está aqui e não aparece como falta justificada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre

Santo Agostini) - Mas não aparece como falta.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Mas ficou mal escrito na imprensa. No dia 21 e 22 de março este Parlamentar e o Sr. Deputado José Paulo Serafim estiveram em Brasília resolvendo o assunto do Hospital São José. Nos dias 7 e 8 de março estivemos em Criciúma numa reunião da Amrec e da Acic, a pedido dessas entidades para que os Deputados Estaduais lá comparecessem para resolver o problema da cirurgia cardíaca.

O que quero é justificar para os meus eleitores e para a minha comunidade que estava trabalhando por eles e que ficasse essa justificativa apresentada à sociedade. Se tiver que faltar e ser descontado do meu salário não me importo, mas quero que fique a justificativa que estava lutando pela comunidade, como ontem estive lutando pela BR-101 e queria perder o meu salário inteiro de Deputado para defender os nossos direitos e acho que vamos obter sucesso, inclusive parece que o Ibama hoje aprovou e vai levar à frente.

É isso que quero deixar justificado, para que não se tratasse de forma igual ou desiguais. V.Exa. que é um Deputado assíduo e sou testemunha disso, quero invocar o seu testemunho que sou o Parlamentar mais assíduo dessa Casa e aceito que me impinja uma pecha que tenho, mas a que não tenho, não. Faltoso nunca fui e não vou ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Veja o relatório, o qual esclarece tudo e V.Exa. tem razão.

O Sr. Deputado Moacir Solpesa - Pedimos a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Moacir Solpesa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOLPESA - Quero aproveitar a oportunidade para registrar a presença de três ilustres amigos, dois de Concórdia, Oraldir Marteli e Adenor Zanferrari, que são pessoas da atividade da suinocultura. Quero cumprimentar o José Antônio Perin, que vem de Ponta Porã, do Mato Grosso, visitar hoje a Assembléia Legislativa.

É um orgulho poder receber essas pessoas e tenho certeza que não só para este Deputado, mas para todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - A Presidência registra com muita alegria a presença dessas três ilustres pessoas.

E quero também registrar a presença do Vice-Prefeito de Chapecó, ex-Deputado Pedro Uczal, que por muito tempo exerceu cargo nesta mesa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito bem lembrado por V.Exa., e é com muito prazer que o recebemos aqui nesta Casa.

O Sr. Deputado Nelson Goetten - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Nelson Goetten.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Eu só queria apenas deixar registrado, por uma questão de justiça, que o Deputado Ronaldo Benedet é um Parlamentar assíduo, que está sempre presente nesta Casa, por isso não merecia, sem dúvida nenhuma, estar emplacando na imprensa, hoje, como um Deputado faltoso. Mas só queria fazer um reparo, pois deve ter sido um equívoco dele quando diz que é o Deputado mais assíduo desta Casa. Penso que ele poderia dizer que está entre os Deputados mais assíduos. Mas, de fato, ele é um Deputado que sempre está presente e não merecia isso.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Primeiro, gostaria de registrar, com alegria e satisfação, a presença do Vice-Prefeito de Chapecó, nosso ex-colega Deputado Pedro Uczai.

Gostaria, também, de fazer um outro registro, Sr. Presidente: estão conosco, desde ontem, vários integrantes do Partido, Prefeitos, Vice-Prefeitos e líderes do Município de Iraceminha, que estão aqui também assistindo à sessão.

Na verdade, Sr. Presidente, eu queria mesmo era me utilizar do horário destinado à Explicação Pessoal, mas, pelo que eu vejo, nós não vamos ter *quorum*, cada Deputado está buscando um meio de alcançar a sua base eleitoral para conversar com os seus eleitores.

Eu quero antecipar aqui, de uma forma breve, objetiva, o tema que irei abordar na terça-feira da tribuna, que é a falta de atenção com a saúde pública no Oeste de Santa Catarina.

De manhã, Deputado Onofre Santo Agostini, V.Exa. que é um Deputado que chega cedo na Assembléia, se observar, vai ver, e todos vão ver, que à frente da Assembléia estão os nossos oestinos que não estão sendo atendidos no hospital regional de Chapecó e nos hospitais regionais da nossa região, que viajaram a noite toda para buscar

atendimento de saúde na Capital do Estado.

Chegam aqui exauridos, ficam longe dos seus filhos, da sua família para buscar atendimento na área mais importante do ser humano, do cidadão, que é a da saúde.

Por isso vamos começar um trabalho na Assembléia e em todo o Oeste de Santa Catarina, com todas as lideranças, para sensibilizar o Governo, que precisa fazer alguma coisa para atender o pessoal do Oeste de Santa Catarina, do interior do Estado. E se não fosse a atenção dos Parlamentares desta Casa em abrigar essa nossa brava gente que vem aqui em busca de saúde, não teriam sequer onde ficar.

Então, nós não podemos mais concordar, Deputado Onofre Santo Agostini, quando uma empresa de transporte coletivo do nosso Estado procura os Prefeitos para fazer convênio para trazer os nossos doentes para a Capital!

Esta nossa gente brava, trabalhadora, não pode mais continuar sendo tratada desta forma, com descaso por parte do Governo do Estado.

Nós precisamos de medidas firmes e sérias, mas não aquelas que nós estamos acostumados de ver, demagógicas e eleitoreiras por parte do Governo.

Nós queremos posição, para que de fato o Oeste de Santa Catarina, as pessoas de todo o nosso Estado possam ter um tratamento justo, mas, principalmente, digno quando buscam atendimento às suas áreas

essenciais e fundamentais, a fim de que possam trabalhar e produzir no nosso meio, no meio da sociedade.

Deputado Onofre Santo Agostini, eu vou contribuir para que os Deputados possam viajar, mas na terça-feira estarei aqui para fazer as indicações - já estou com a indicação pronta, vou dar entrada hoje - para o Governador e para o Secretário da Saúde.

Mas vamos pedir, também, a participação do Ministério Público, porque hoje não é só ele que deve participar, dentro das novas funções e prerrogativas que lhes foram dadas pela Constituição de 98, porque no Oeste de Santa Catarina saúde pública é caso de polícia!

Por isso que antes da polícia, o Ministério Público vai precisar manifestar-se e nós vamos estar nessa briga, nessa luta, juntamente com as lideranças da nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra esta Presidência convoca outra ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

RESOLUÇÕES DP

RESOLUÇÃO DP N. 033/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições

RESOLVE

ALTERAR a Resolução DP n. 015/2001, que nomeou as Comissões Permanentes, alterada pelas Resoluções DP n. 017 e 027/2001:

COMISSÃO TÉCNICA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares

Deputado Antonio Aguiar
Deputado Paulinho Bornhausen
Deputada Ideli Salvatti
Deputado João Henrique Blasi
Deputado Herneus de Nadal
Deputado Jaime Duarte
Deputado Reno Caramori
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Ivan Ranzolin

Suplentes

Deputado Heitor Sché
Deputado Júlio Garcia
Deputado José Paulo Serafim
Deputado Ronaldo Benedet
Deputado Rogério Mendonça
Deputado Jaime Mantelli
Deputado Milton Sander
Deputado Valmir Comin
Deputado Nelson Goetten

COMISSÃO TÉCNICA DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Titulares

Deputado Heitor Sché
Deputado Júlio Garcia
Deputado Afrânio Boppré
Deputado Ronaldo Benedet
Deputado Rogério Mendonça
Deputado Gelson Sorgato
Deputado Jaime Mantelli
Deputado Gilmar Knaesel
Deputado Milton Sander

Suplentes

Deputado Antonio Aguiar
Deputado Paulinho Bornhausen
Deputado Francisco de Assis
Deputado João Henrique Blasi
Deputado Herneus de Nadal
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Afonso Spaniol
Deputado Lício Mauro da Silveira

COMISSÃO TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE, EFICÁCIA LEGISLATIVA E REDAÇÃO DE LEIS

Titulares

Deputado Júlio Garcia
Deputado João Henrique Blasi
Deputado Manoel Mota
Deputado Francisco de Assis
Deputado Jaime Mantelli
Deputado Lício Mauro da Silveira
Deputado Ivan Ranzolin

Suplentes

Deputado Clésio Salvaro
Deputado Gelson Sorgato
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Afrânio Boppré
Deputado Jaime Duarte
Deputado Reno Caramori
Deputado Altair Guidi

COMISSÃO PERMANENTE DE MÉRITO DE AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Titulares

Deputado Clésio Salvaro
Deputado Gelson Sorgato
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado José Paulo Serafim
Deputado Valmir Comin
Deputado Milton Sander
Deputado Sandro Tarzan

Suplentes

Deputado Cesar Souza
Deputado Herneus de Nadal
Deputado Manoel Mota
Deputado Volnei Morastoni
Deputado Afonso Spaniol
Deputado Joares Ponticelli
Deputado João Rosa

COMISSÃO PERMANENTE DE MÉRITO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Titulares

Deputado Antonio Aguiar
Deputado Herneus de Nadal
Deputado Narcizo Parisotto
Deputado José Paulo Serafim
Deputado Jaime Duarte
Deputado Nelson Goetten
Deputado Afonso Spaniol

Suplentes

Deputado Clésio Salvaro
Deputado João Henrique Blasi
Deputado Rogério Mendonça
Deputado Volnei Morastoni
Deputado Jaime Mantelli
Deputado Ivan Ranzolin
Deputado Altair Guidi

COMISSÃO PERMANENTE DE MÉRITO DE TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO

Titulares

Deputado Clésio Salvaro
Deputado Afrânio Boppré
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Romildo Titon
Deputado Jaime Mantelli
Deputado Reno Caramori
Deputado Valmir Comin

Suplentes

Deputado Antonio Aguiar
Deputado Volnei Morastoni
Deputado Narcizo Parisotto
Deputado Ronaldo Benedet
Deputado Jaime Duarte
Deputado Gilmar Knaesel
Deputado Afonso Spaniol

COMISSÃO PERMANENTE DE MÉRITO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Titulares

Deputado Paulinho Bornhausen
Deputada Ideli Salvatti
Deputado Ivo Konell
Deputado Rogério Mendonça
Deputado Nelson Goetten
Deputado Lício Mauro da Silveira
Deputada Odete de Jesus

Suplentes

Deputado Antonio Aguiar
Deputado Afrânio Boppré
Deputado Ronaldo Benedet
Deputado Adelar Vieira
Deputado Milton Sander
Deputado Joares Ponticelli
Deputado João Rosa

COMISSÃO PERMANENTE DE MÉRITO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Titulares	Suplentes
Deputado Antonio Aguiar	Deputado Paulinho Bornhausen
Deputado Ronaldo Benedet	Deputado Adelor Vieira
Deputado Romildo Titon	Deputado Gelson Sorgato
Deputado Volnei Morastoni	Deputado Francisco de Assis
Deputado Jaime Mantelli	Deputado Jaime Duarte
Deputado Nelson Goetten	Deputado Lício Mauro da Silveira
Deputado Altair Guidi	Deputado Valmir Comin

COMISSÃO PERMANENTE DE MÉRITO DE TRABALHO,**DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO**

Titulares	Suplentes
Deputado Paulinho Bornhausen	Deputado Cesar Souza
Deputado Volnei Morastoni	Deputada Ideli Salvatti
Deputado Adelor Vieira	Deputado Ivo Konell
Deputado Gelson Sorgato	Deputado Ronaldo Benedet
Deputado Gilmar Knaesel	Deputado Lício Mauro da Silveira
Deputado Altair Guidi	Deputado Ivan Ranzolin
Deputado João Rosa	Deputado Sandro Tarzan

COMISSÃO PERMANENTE DE MÉRITO DE TURISMO E ECONOMIA

Titulares	Suplentes
Deputado Cesar Souza	Deputado Paulinho Bornhausen
Deputado Adelor Vieira	Deputado Romildo Titon
Deputado Narcizo Parisotto	Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Nilson Gonçalves	Deputado José Paulo Serafim
Deputado Joares Ponticelli	Deputado Reno Caramori
Deputado Afonso Spaniol	Deputado Gilmar Knaesel
Deputado João Rosa	Deputada Odete de Jesus

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 18 de abril de 2001.

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - 2º Secretário

Deputado Ivo Konell - 4º Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO DP Nº 034/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

CONSTITUIR Comissão Especial integrada pelos Senhores Deputados Nilson Gonçalves, Joares Ponticelli, João Henrique Blasi, Francisco de Assis e Jaime Mantelli para, no prazo de trinta dias, discutir e analisar com a Secretária de Estado da Segurança Pública, com o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN - e com o Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina - DER/SC -, a regulamentação de velocidade para motocicletas.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 19 de abril de 2001.

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - 2º Secretário

Deputado Ivo Konell - 4º Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS**RESOLUÇÃO Nº 411/2001**

Fixa novo valor para o Auxílio-Alimentação e dá outras providências.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 40, XIX, da Constituição Estadual,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o *caput* do art. 2º da Resolução nº 1.344, de 21 de outubro de 1993, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Fica estabelecido em R\$ 396,00 (trezentos e noventa e seis reais) o valor do Auxílio-Alimentação, concedido mensalmente, aos servidores do Poder Legislativo que estiverem no exercício de suas funções".

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2001.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 20/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 412/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com a Resolução DP nº 040/92, c/c Resolução nº 037, de 26/01/98,

DESIGNAR **SANDRA REGINA DE O. B. BAZZO**, matrícula nº 0881, para exercer a função de Chefia e Assistência Técnica - PL/CAT, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação a partir de 11/04/2001 (Coordenadoria das Comissões - Grupo Taquigráfico).

Palácio Barriga-Verde, em 20/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 413/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **REGINA ZANDOMÊNICO**, matrícula nº 3574, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-10, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/04/2001 (Deputado Afrânio Boppre).

Palácio Barriga-Verde,

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 414/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **REGINA ZANDOMÊNICO**, matrícula nº 3574, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-09, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/04/2001 (Deputado Afrânio Boppre).

Palácio Barriga-Verde, em 20/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 415/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **ADERBAL JOÃO DA ROSA FILHO**, matrícula nº 3581, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-13, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 10/04/2001 (Deputado Afrânio Boppre).

Palácio Barriga-Verde, em 20/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 416/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **JOÃO BATISTA GUIMARÃES**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-13, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/04/2001 (Deputado Lício Mauro da Silveira).

Palácio Barriga-Verde, em 20/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

RESOLUÇÃO Nº 417/2001 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **ADI SILVA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 0601, ocupante do cargo de Motorista, código PL/ATM-9-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 90 (noventa) dias, a partir de 02/03/2001.

RESOLUÇÃO Nº 418/2001 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **MARIA DE LOURDES EMERIM MEDEIROS**, matrícula nº 1242, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 90 (noventa) dias, a partir de 20/03/2001.

RESOLUÇÃO Nº 419/2001 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e do artigo 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **MARIA CANDIDA GOULART CORDOVA**, matrícula nº 1478, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 90 (noventa) dias, a partir de 05/04/2001.

Palácio Barriga-Verde, em 20/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 420/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 214/2001,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91, a **ANA MARIA DE QUEIROZ GARCIA**, matrícula nº 2066, ocupante do cargo de Psicólogo, código PL/ATS-11-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 02/02/96 a 01/02/2001.

Palácio Barriga-Verde, em 20/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 421/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2026/2000,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91, a **BONIFÁCIO THIESEN**, matrícula nº 1129, ocupante do cargo de Jornalista, código PL/ATS-12-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 07/11/95 a 06/11/2000.

Palácio Barriga-Verde, em 20/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 422/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0298/2001,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91, a **RENEI CARLOS RACHADEL**, matrícula nº 0697, ocupante do cargo de Programador, código PL/ATM-9-H, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 22/02/96 a 21/02/2001.

Palácio Barriga-Verde, em 20/04/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 40, inciso XIII, da Constituição do Estado e art. 112, inciso IV, do Regimento Interno e eu, Deputado Onofre Santo Agostini, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N. 18.183, de 2001

Suspende execução de dispositivos de lei municipal

Art. 1º Fica suspensa a execução do art. 96 e seus §§ 1º e 2º, da Lei n. 001, de 02 de março de 1993, do Município de Jacinto Machado, por força do Acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, exarado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 98.011754-2, de Jacinto Machado.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 17 de abril de 2001.

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - 2º Secretário

Deputado Ivo Konell - 4º Secretário

*** X X X ***

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 40, inciso XIII, da Constituição do Estado e art. 112, inciso IV, do Regimento Interno e eu, Deputado Onofre Santo Agostini, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N. 18.184, de 2001

Suspende execução de dispositivos de lei municipal

Art. 1º Fica suspensa a execução dos arts. 6º, II, I, 150, 151, 152, 153, 154 e 155, da Lei n. 2.359, de 11 de novembro de 1999, do Município de Mafra, por força do Acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, exarado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 00.001864-3, de Mafra.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 17 de abril de 2001.

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - 2º Secretário

Deputado Ivo Konell - 4º Secretário

*** X X X ***

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 40, inciso XIII, da Constituição do Estado e art. 112, inciso IV, do Regimento Interno e eu, Deputado Onofre Santo Agostini, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N. 18.185, de 2001

Suspende execução de dispositivo de lei municipal

Art. 1º Fica suspensa a execução do inciso II do art. 106 da Lei Orgânica do Município de Brusque, por força do Acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, exarado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 98.004105-8, da Comarca de Brusque.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 17 de abril de 2001.

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - 2º Secretário

Deputado Ivo Konell - 4º Secretário

*** X X X ***

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 40, inciso XIII, da Constituição do Estado e art. 112, inciso IV, do Regimento Interno e eu, Deputado Onofre Santo Agostini, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N. 18.186, de 2001

Suspende execução de lei municipal

Art. 1º Fica suspensa a execução da Lei n. 334, de 27 de abril de 1999, do Município de Florianópolis, por força do Acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, exarado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 99.010768-0, da Comarca da Capital.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 17 de abril de 2001.

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - 2º Secretário

Deputado Ivo Konell - 4º Secretário

*** X X X ***

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 40, inciso XIII, da Constituição do Estado e art. 112, inciso IV,

do Regimento Interno e eu, Deputado Onofre Santo Agostini, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N. 18.187, de 2001

Suspende execução de lei municipal

Art. 1º Fica suspensa a execução da Lei n. 282, de 19 de novembro de 1998, do Município de Florianópolis, por força do Acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, exarado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 99.006515-4, da Comarca da Capital.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 17 de abril de 2001.

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - 2º Secretário

Deputado Ivo Konell - 4º Secretário

*** X X X ***

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 40, inciso XIII, da Constituição do Estado e art. 112, inciso IV, do Regimento Interno e eu, Deputado Onofre Santo Agostini, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N. 18.188, de 2001

Suspende execução de lei municipal

Art. 1º Fica suspensa a execução da Lei Complementar n. 005, de 1º de outubro de 1999, do Município de Florianópolis, por força do Acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, exarado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 99.021474-5, da Comarca da Capital.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 17 de abril de 2001.

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - 2º Secretário

Deputado Ivo Konell - 4º Secretário

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 036/2001

CONSELHO ESTADUAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO ESTADUAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Florianópolis, abril de 2001

EXCELENTÍSSIMO DEPUTADO

ONOFRE SANTO AGOSTINI

DD. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

NESTA

Ofício nº 07/01

Senhor Deputado

Cumprimentando-o cordialmente, segue anexo Processo 001/01 - Análise e Parecer Sobre a aplicação dos Recursos do FUNDEF no ano de 2000 - realizado por este Conselho, para sua apreciação, análise e providências.

Outrossim, informamos que a próxima reunião deste Conselho acontecerá no dia 18 de abril próximo a partir das 9:30 horas, na sede do Conselho Estadual de Educação.

Atenciosamente,

Júlio Wiggers

Coordenador do Conselho Estadual do FUNDEF/SC

Lido no Expediente

Sessão de 17/04/01

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 037/2001

Joinville, SC, 09 de abril de 2001

DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

FLORIANÓPOLIS, SC

A Congregação das Irmãs catequistas Franciscanas - CICAFA, CGC nº 82.602.533/0001-08, com sede à Rua Desembargador Nelson Nunes Guimarães, 346, Bairro atiradores na cidade de Joinville, SC, entidade sem fins lucrativos, beneficente, filantrópica, com decreto de Utilidade Pública Estadual.

Apresenta à Vossa Senhoria, para os devidos fins, o Relatório de Serviços Gratuitos e Benefícios referentes ao exercício de 2000.

Acompanha o relatório os seguintes documentos:

1. Declaração de responsabilidade
2. Publicação do Balanço Patrimonial, e Demonstrativos Contábeis, Exercício/2000
3. Cópia do CNPJ
4. Estatuto Civil
5. Cópia do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos com vencimento em 31/12/2000 e cópia do protocolo para Renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos.

Cordiais votos de Paz e Bem,

Maria Diva Schiochet

Procuradora

Lido no Expediente

Sessão de 17/04/01

*** X X X ***

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Gabinete da Presidência

Of. TC/GAP-3318/2001

Florianópolis, 17 de abril de 2001

Exmo. Sr.

Deputado ONOFRE SANTO AGOSTINI

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

NESTA

Senhor Presidente,

Com meus cumprimentos a Vossa Excelência, tenho a honra de comunicar a essa augusta Assembléia Legislativa que, em 11 de abril do corrente ano, dentro do prazo estabelecido no art. 71, IX, da Constituição do Estado, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. Esperidião Amin Helou Filho, encaminhou a este Tribunal a Prestação de Contas do Governo do Estado relativa ao exercício de 2000, acompanhada do ofício nº PRCC 5319/013, de 11 de abril do ano de 2001.

De acordo com o disposto no Regimento Interno deste Tribunal, a Prestação de Contas foi protocolada sob o 008441 e, após autuação, passou a constituir o Processo nº PCG-01/01207263.

Em conformidade com o artigo 131 da Lei Complementar 202/2000, foi designado Relator do Processo das Contas o Conselheiro Luiz Roberto Herbst, escolhido através de sorteio realizado na sessão do Tribunal Pleno de 16.04.2000.

Outrossim, o egrégio Plenário deste Tribunal deve apreciar a Prestação de Contas e emitir parecer prévio a ser apresentado a essa augusta Assembléia Legislativa, dentro do prazo fixado no art. 59, I, da Constituição do Estado.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência os meus sentimentos do mais alto respeito.

Conselheiro SALOMÃO RIBAS JUNIOR

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 19/04/01

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 178/2001

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR JOYCE DOS SANTOS ALVES AQUINO, matrícula nº

1178, no Gabinete do Deputado Antônio Aguiar.

Palácio Barriga Verde, em 20/04/2001

CESAR LUIZ BELLONI FARIA

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 179/2001

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com a Resolução nº 381, de 11/04/2001,

LOTAR os servidores abaixo relacionados na Coordenadoria das Comissões - Grupo Taquigráfico:

Servidor	Matrícula
Maria de Fátima da Rocha	0578
Sandra Regina de O. B. Bazzo	0881
Siomara Gonçalves Videira	1210
Iwana Lúcia Gomes	1437
Margarete Balsini Genovez	1439
Estela Maris Rossini	1510
Sandra Mara Coelho	1749
Dulcinéia Goulart Tavares	1814
Denise Videira Silva	1818
Ione Terezinha Reis de Melo	1849

Palácio Barriga Verde, em 20/04/2001
CESAR LUIZ BELLONI FARIA
Diretor

*** X X X ***

**PROJETOS DE DECRETO
LEGISLATIVO**

**PROJETO DE EMENDA
CONSTITUCIONAL**

COMISSÃO TÉCNICA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 012/2001

Suspende execução de dispositivo de Lei.

Art. 1º - Fica suspensa a execução do art. 7º da Lei Municipal nº 3.071, de 30 de dezembro de 1994, do Município de Criciúma, por força do Acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, prolatado nos autos da Arguição de Inconstitucionalidade nº 96.002594-4 de Criciúma.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogados o Decreto Legislativo nº 18.150, de 20 de junho de 2000 e demais disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 22 de março de 2001

Deputado Joares Ponticelli

*** X X X ***

COMISSÃO TÉCNICA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 013/2001

Suspende execução dos artigos 4º a 8º da Lei nº 1.411 de 22 de agosto de 1989.

Art. 1º - Fica suspensa a execução dos artigos 4º a 8º, da Lei nº 1.411, de 22 de agosto de 1989, que altera dispositivos da Lei municipal nº 1.194/85, (Cargos Commissionados) e dá outras providências, ressaltados os Cargos de Diretor de Unidade de Saúde, Diretor de Merenda Escolar, Chefe do Setor de Nutrição e Chefe do Setor de Provimento permanecendo em plena vigência os demais dispositivos da referida Lei, por força do Acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. exarado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 96.007007-9, da Comarca de Tubarão.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 10 de março de 2001

Deputado Joares Ponticelli

*** X X X ***

COMISSÃO TÉCNICA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 014/2001

"Suspende execução de Lei Municipal".

Artigo 1º - Fica suspensa a execução do artigo 8º da Lei Municipal nº 145 de 3 de janeiro de 1996, do Município de Morro Grande, por força do acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado, exarado nos autos de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 88.091587-2 da Comarca de Turvo.

Artigo 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10 de março de 2001

Ideli Salvatti

Deputada Estadual

*** X X X ***

COMISSÃO TÉCNICA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 015/2001

Suspende os efeitos de lei estadual.

Art. 1º - Ficam suspensos os efeitos da Lei nº 11.374/00, do Estado de Santa Catarina, por força da decisão proferida no Acórdão do Órgão Especial do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, prolatado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 00.021137-0 da Capital.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2001

Deputado Ivan Ranzolin

*** X X X ***

COMISSÃO TÉCNICA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 016/2001

"Suspende execução de dispositivos da Lei Complementar nº 002/91, do Município de Curitibaanos.

Artigo 1º - Fica suspensa a execução da Lei Complementar nº 002/91, do Município Curitibaanos, por força do acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado, exarado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 98.015872-9, da Comarca de Curitibaanos.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de março de 2001

DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN

Relator

*** X X X ***

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 004/01

Dá nova redação ao inciso II do § 3º do artigo 133 da Constituição Estadual.

Art. 1º - O inciso II do § 3º do artigo 133 da Constituição Estadual, passa a vigorar com seguinte redação:

"Art. 133 -

§ 3º -

I -

II - até um quarto distribuídos aos Municípios, conforme critérios econômicos, sociais e ambientais a serem definidos em Lei Complementar."

Art. 2º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Jaime Duarte

Deputado Rogério Mendonça

Deputado Francisco de Assis

Deputado Manoel Mota

Deputado Adelor Vieira

Deputado Jaime Mantelli

Deputada Ideli Salvatti

Deputado Herneus de Nadal

Deputado Romildo Titon

Deputado Gelson Sorgato

Deputado Ivo Konell

Deputado Narciso Parizotto

Deputado Volnei Morastoni

Deputado Nilson Gonçalves

Deputado José Paulo Serafim

JUSTIFICATIVA

Apresentamos este Projeto de Emenda Constitucional que objetiva incluir na Constituição do Estado, o critério de preservação ambiental para distribuição de receitas tributárias, cabendo a todos os Deputados e também ao Executivo a formulação e o debate de propostas para posterior regulamentação através de Lei Complementar.

O parlamento catarinense, assim como toda a sociedade mostra-se cada dia mais preocupado com as questões ambientais, tanto o é que nesta Casa, muitos Deputados levantaram discussões específicas, através de seminários, audiências públicas, e Leis infraconstitucionais que versam sobre temas relacionados ao meio ambiente.

Nós, não apenas entendemos que o primeiro passo seja reservar na Constituição Estadual a inserção ambiental, como acreditamos que é necessário criar mecanismos que incentivem também os Municípios a ter comprometimento com esta importantíssima questão.

Cabe a este parlamento, criar, alterar, e aperfeiçoar a legislação e a Constituição, no que diz respeito a questões que atingem a toda população e estão na ordem do dia. O meio ambiente influi de maneira direta e objetiva na vida de todas pessoas.

Urge a criação de política pública de preservação ambiental, pois estamos tratando do futuro de nossas vidas e das futuras gerações. A natureza é vida, e a raça humana é apenas um pequena parte do enorme ecossistema, não podendo agir como se fosse um ser a margem e independente de tudo isso.

Para que essa possível criação de uma política ambiental funcione, precisamos agregar o Poder Local, que são Municípios, pois vida cotidiana desenvolve-se ali, e é também naquele local que as pessoas procuram resolver seus problemas mais imediatos e suprir suas necessidades.

Infelizmente, por problemas que vive a sociedade contemporânea, cheia de paradoxos, temos que encontrar uma solução para a equação: conservação do meio ambiente X desenvolvimento econômico. Para comprometer todos os municípios com a conservação ambiental do local aonde vivem, muitas vezes tendo que reduzir ou desativar alguma atividade econômica, além da discussão política, é preciso oferecer uma contrapartida de caráter financeiro.

Este Poder poderá, se a exemplo de outros Estados da Federação, inserir na Constituição a preocupação com a questão ambiental, contribuir para termos em todo Brasil, num futuro breve, uma legislação ambiental melhor que a atual. Estaremos preservando o meio ambiente, proporcionando um futuro melhor e uma maior qualidade de vida para toda população.

Por os motivos acima expostos, os subscritores do presente Projeto solicitam a todos Deputados desta Casa Legislativa a aprovação desta proposição.

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 107/01**GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 976**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo Para Melhoria da Segurança Pública".
Palácio Santa Catarina, 16 de abril de 2001

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO

Governador do Estado

*Lido no Expediente**Sessão de 17/04/01***SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA****GABINETE DO SECRETÁRIO****EM Nº 061/2001**

Florianópolis, 05 de abril de 2001.

Excelentíssimo Senhor
ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO
Governador do Estado
Nesta

Senhor Governador,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei que objetiva a abertura de crédito especial em favor do Fundo Para Melhoria da Segurança Pública, no montante de R\$ 1.287.500,00 (um milhão, duzentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais).

2. A abertura de crédito especial torna-se necessária para atender despesas com a construção e urbanização das Delegacias de Polícia das Comarcas de Indaial, Itaiópolis, Piratuba, Porto União, Imbituba e Timbó; conclusão das Delegacias de Polícias dos municípios de Lacerdópolis, Peritiba, São Miguel da Boa Vista, Alto Bela Vista, Coronel Freitas; e construção do Instituto Médico Legal e abrigo para técnicas de abordagem policial em Florianópolis.

3. Para efetuar a abertura de crédito especial, serão utilizados os recursos provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do Fundo Para Melhoria da Segurança Pública - exercício 2000.

4. Desta forma, observa-se o que dispõem os artigos 42 e 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

5. Assim, por se tratar de recursos orçamentários importantes para a continuidade das ações desenvolvidas pelo órgão, sugerimos a Vossa Excelência a remessa de mensagem acompanhada de projeto de lei à Assembléia Legislativa, na forma em que se encontra redigida a proposição.

Respeitosamente,

Antônio Carlos Vieira

Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº 107/01

Autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo Para Melhoria da Segurança Pública.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 1.287.500,00 (um milhão, duzentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais), por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do Fundo Para Melhoria da Segurança Pública - exercício de 2000, visando ao atendimento da programação a seguir especificada:

4900 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

4991 FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Projeto Construção e Urbanização da Delegacia de Polícia da Comarca de Indaial

Código 4991.061812647.023

Objetivo	Construção de unidade policial para a prestação de serviços de segurança pública à sociedade, como processos de crimes, contravenções penais, jogos e diversões, armas e munições, trânsito e identificação civil.
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL
4100.00	INVESTIMENTOS
4110.00 (12)	Obras e Instalações.....R\$170.000,00
Projeto	Construção e Urbanização da Delegacia de Polícia da Comarca de Itaiópolis.
Código	4991.061812645.544
Objetivo	Construção de unidade policial para a prestação de serviços de segurança pública à sociedade, como processos de crimes, contravenções penais, jogos e diversões, armas e munições, trânsito e identificação civil.
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL
4100.00	INVESTIMENTOS
4110.00 (12)	Obras e Instalações.....R\$170.000,00
Projeto	Construção e Urbanização da Delegacia da Comarca e Proteção, à Mulher, Criança e ao Adolescente de Imbituba
Código	4991.061812645.542
Objetivo	Construção de unidade policial para a prestação de serviços de segurança pública à sociedade, como processos de crimes, contravenções penais, jogos e diversões, armas e munições, trânsito e identificação civil.
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL
4100.00	INVESTIMENTOS
4110.00 (12)	Obras e Instalações.....R\$210.000,00
Projeto	Construção e Urbanização da Delegacia de Polícia da Comarca de Porto União.
Código	4991.061812645.543
Objetivo	Construção de unidade policial para a prestação de serviços de segurança pública à sociedade, como processos de crimes, contravenções penais, jogos e diversões, armas e munições, trânsito e identificação civil.
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL
4100.00	INVESTIMENTOS
4110.00 (12)	Obras e Instalações.....R\$170.000,00
Projeto	Construção de Abrigo para Técnicas de Abordagem Policial em Florianópolis.
Código	4991.061812645.539
Objetivo	Oferecer condições ao policial para o aprendizado e treinamento de técnicas policiais, visando oferecer à sociedade qualidade na prestação dos serviços de segurança pública.
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL
4100.00	INVESTIMENTOS
4110.00 (12)	Obras e Instalações..... R\$50.000,00
Projeto	Construção do Instituto Médico Legal de Florianópolis
Código	4991.061812645.583
Objetivo	Construção de Instituto Médico Legal objetivando a melhoria na prestação de serviços à sociedade, como exames, autópsias e exumações.
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL
4100.00	INVESTIMENTOS
4110.00 (12)	Obras e Instalações..... R\$94.000,00
Projeto	Conclusão da Delegacia de Polícia do Município de Lacerdópolis
Código	4991.061812647.079
Objetivo	Conclusão das obras de unidade policial, objetivando a melhoria na prestação de serviços à sociedade, como processos de crimes e contravenções penais, jogos e diversões, armas e munições, trânsito e identificação civil.
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL
4100.00	INVESTIMENTOS
4110.00 (12)	Obras e InstalaçõesR\$2.500,00
Projeto	Conclusão da Delegacia de Polícia do Município de Peritiba.
Código	4991.061812647.080

Objetivo Conclusão das obras de unidade policial, objetivando a melhoria na prestação de serviços à sociedade, como processos de crimes e contravenções penais, jogos e diversões, armas e munições, trânsito e identificação civil.

4000.00 DESPESAS DE CAPITAL
4100.00 INVESTIMENTOS
4110.00 (12) Obras e Instalações R\$40.000,00
Projeto Conclusão da Delegacia de Polícia do Município de São Miguel da Boa Vista.

Código 4991.061812645.613
Objetivo Construção de unidade policial para a prestação de serviços de segurança pública à sociedade, como processos de crimes e contravenções penais, jogos e diversões, armas e munições, trânsito e identificação civil.

4000.00 DESPESAS DE CAPITAL
4100.00 INVESTIMENTOS
4110.00 (12) Obras e Instalações R\$40.000,00
Projeto Conclusão da Delegacia de Polícia do Município de Alto Bela Vista

Código 4991.061812645.621
Objetivo Construção de unidade policial para a prestação de serviços de segurança pública à sociedade, como processos de crimes e contravenções penais, jogos e diversões, armas e munições, trânsito e identificação civil.

4000.00 DESPESAS DE CAPITAL
4100.00 INVESTIMENTOS
4110.00 (12) Obras e Instalações R\$45.000,00
Projeto Construção da Delegacia de Polícia do Município de Piratuba

Código 4991.061812645.592
Objetivo Construção de unidade policial para a prestação de serviços de segurança pública à sociedade, como processos de crimes e contravenções penais, jogos e diversões, armas e munições, trânsito e identificação civil.

4000.00 DESPESAS DE CAPITAL
4100.00 INVESTIMENTOS
4110.00 (12) Obras e Instalações R\$75.000,00
Projeto Conclusão da Delegacia de Polícia da Comarca de Coronel Freitas

Código 4991.061812645.614
Objetivo Construção de unidade policial para a prestação de serviços de segurança pública à sociedade, como processos de crimes e contravenções penais, jogos e diversões, armas e munições, trânsito e identificação civil.

4000.00 DESPESAS DE CAPITAL
4100.00 INVESTIMENTOS
4110.00 (12) Obras e Instalações R\$51.000,00
Projeto Construção da Delegacia de Polícia da Comarca de Timbó

Código 4991.061812645.575
Objetivo Construção de unidade policial para a prestação de serviços de segurança pública à sociedade, como processos de crimes e contravenções penais, jogos e diversões, armas e munições, trânsito e identificação civil.

4000.00 DESPESAS DE CAPITAL
4100.00 INVESTIMENTOS
4110.00 (12) Obras e Instalações R\$170.000,00
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Florianópolis,

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 108/01

Altera o art. 3.º da Lei n.º 10.169, de 12 de julho de 1996, que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a criar a Zona de Processamento de Produtos Florestais - ZPF e dá outras providências.

Art. 1.º O art. 3.º, da Lei n.º 10.169, de 12 de julho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º A Zona de Processamento de Produtos Florestais - ZPF compreende os municípios que integram as microrregiões da AMURES - Associação dos Municípios da Região Serrana - da AMURC -

Associação dos Municípios da Região do Contestado - da AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense - da AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste Catarinense - da AMERIOS - Associação dos Municípios de Entre Rios."

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 11 de abril de 2001.

Herneus de Nadal

Deputado Estadual.

Lido no Expediente

Sessão de 17/04/01

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei que ora submetemos a consideração dos Nobres pares deste Parlamento tem por objetivo contemplar com os benefícios concedidos para os municípios da microrregião da AMURES e AMURC, também os municípios integrantes da AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense, da AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste Catarinense e da AMERIOS - Associação dos Municípios de Entre Rios.

Esta Proposição visa formar nessas microrregiões uma Zona de Produtos Florestais, onde serão processadas todas as etapas pertinentes à industrialização da madeira.

Esse processamento deverá acontecer em todos os municípios integrantes das microrregiões citadas neste Projeto Lei, de forma que a produção regional deverá incorporar alto valor agregado, face também, ao aproveitamento integral das árvores, que hoje situa-se em torno de 25%, sendo que 75% são considerados resíduos, desperdício.

A implantação da ZPF, apresentará entre outros, os seguintes benefícios:

a) - Significativa capitalização das empresas envolvidas no processo de industrialização, em face da postergação do recolhimento do ICMS em todos os municípios integrante da ZPF;

b) - Grande oferta de empregos;

c) - Consolidação do perfil Econômico Regional Madeireiro;

d) - Fortalecimento das condições de competitividade, tanto no mercado nacional, como no mercado mundial, especialmente.

Nessas regiões encontramos vasta extensão territorial, tradicionalmente dedicada a estas atividades e que carecem de um melhor aproveitamento do potencial existente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 109/01

Declara de utilidade pública

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Câmara Júnior de Caibi, com sede na cidade de Caibi e foro na Comarca de Palmitos.

Art. 2º A Entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 4 de abril de 2001.

Deputado Herneus de Nadal

Lido no Expediente

Sessão de 17/04/01

JUSTIFICAÇÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA EGRÉGIA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

A luz do Art. 50 da Carta Magna Estadual, coadunado com o Art. 111, Inciso I, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, honra-me sobremaneira submeter à elevada aquilatação de VV. Exas. projeto de lei que "declara de utilidade pública a Câmara Júnior de Caibi, com sede na cidade de Caibi e foro na Comarca de Palmitos".

Para tanto, acosto à proposição os documentos que a legislação exige.

Por considerarmos justa e merecida a pretensão, solicito a apreciação e posterior aprovação deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 110/01

Institui o Dia do Colunista Social no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Dia 1º de Junho o *Dia do Colunista Social*, data comemorativa aos profissionais do colunismo social em Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2001.

Deputado JORGINHO MELLO

Líder da Bancada do PSDB

Lido no Expediente

Sessão de 17/04/01

JUSTIFICATIVA

Visando homenagear o Colunista Social, esse profissional que por sua fácil inserção na sociedade, consegue fazer um "jornal dentro do outro", já que passam em suas colunas informações privilegiadas, que só tem feito por contribuir com verdadeiras revoluções no bem estar de todas as classes, é que este deputado resolve homenageá-los com esta iniciativa, que com certeza terá o apoio dos demais colegas.

A iniciativa é para enaltecer o trabalho do colunista que conseguiu congregando valores sociais de Norte a Sul do Brasil (com um verdadeiro show de parceria com colunistas de todo o Brasil) divulgando nosso Estado e mostrando sua gente e seus valores.

O dia 1º de junho é referendado por ser neste mês, que ocorre o grande evento do segmento em nosso Estado, que é o "Grande Gala Catarinense", uma promoção do Colunista Moacir Benvenuti, colunista referência em Santa Catarina.

Por se tratar de uma homenagem merecedora e justa, é que submeto a esta casa a matéria, na certeza de sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 111/01

Declara de Utilidade Pública o Centro Diocesano de Solidariedade - CEDIS

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública a Associação do Centro Diocesano de Solidariedade - CEDIS, com sede e foro na cidade e comarca de Fraiburgo.

Art. 2º - A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, em 16 de Abril de 2001.

RENO CARAMORI

Deputado Estadual/PPB

Lido no Expediente

Sessão de 17/04/01

JUSTIFICATIVA

Projeto de Lei que ora submetemos à consideração desta Casa, tem o objetivo de Declarar de Utilidade Pública o "Centro Diocesano de Solidariedade - CEDIS", uma associação sem fins lucrativos, nascida da voluntariedade da comunidade, com objetivos filantrópicos e religiosos, cuja finalidade maior é a promoção da solidariedade cristã para as classes sociais marginalizadas e menos favorecidas.

A proposição deste Projeto, nada mais é que reconhecer todo trabalho desenvolvido pela Entidade, o qual solicito a devida aprovação.

Por entender, ser de real interesse público é que submeto o presente Projeto de Lei à apreciação dos Senhores Deputados.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 112/01

Declara de Utilidade Pública o Centro Educacional Infantil Nossa Senhora da Conceição no município de Rio do Sul/SC.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro Educacional Infantil Nossa Senhora da Conceição com sede e foro na Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A entidade de que trata esta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 2001.

NELSON GOETTEN

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 17/04/01

JUSTIFICATIVA

Esta proposição, que subscrevemos à apreciação deste Plenário, tem o objetivo de declarar de utilidade pública o Centro Educacional Infantil Nossa Senhora da Conceição no município de Rio do Sul, entidade esta, que não possui finalidade lucrativa, econômica e política.

A Entidade acima mencionada, presta relevantes serviços de cunho assistencial, e tem por finalidade atender as crianças carentes de 0 a 6 anos.

Anexo ao presente, seguem a documentação exigida pela Lei n.º 10.436, de 01/07/97.

Assim, solicitamos o acolhimento deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 113/01

Declara de Utilidade Pública o Centro Assistencial de Caridade Nossa Senhora da Conceição no município de Rio do Sul/SC.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro Assistencial de Caridade Nossa Senhora da Conceição com sede e foro na Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A entidade de que trata esta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 2001.

NELSON GOETTEN

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 17/04/01

JUSTIFICATIVA

Esta proposição, que subscrevemos à apreciação deste Plenário, tem o objetivo de declarar de utilidade pública o Centro Assistencial de Caridade Nossa Senhora da Conceição no município de Rio do Sul, entidade esta, que não possui finalidade lucrativa, econômica e política.

A Entidade acima mencionada, presta relevantes serviços de cunho assistencial, e tem por finalidade atender a comunidade carente com remédios, alimentos, roupas e principalmente o apoio espiritual.

Anexo ao presente, seguem a documentação exigida pela Lei n.º 10.436, de 01/07/97.

Assim, solicitamos o acolhimento deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 114/01

Estabelece normas para o funcionamento de estabelecimentos comerciais que atuem no ramo de desmanche de veículos automotores e no de comercialização de peças, componentes e acessórios provenientes de desmanche e determina a obrigatoriedade da baixa do registro de veículos retirados de circulação e adota outras providências.

Art. 1º - Ficam obrigados a efetuar seu registro junto ao Departamento de Trânsito de Santa Catarina - DETRAN - SC, os estabelecimentos comerciais que atuem nos ramos de:

I - desmanche de veículos automotores;

II - comercialização de peças, componentes e acessórios provenientes de desmanche;

III - reutilização de peças e componentes considerados inservíveis.

Parágrafo Único: Quando tratar-se de estabelecimento comercial que proceda ao desmanche de veículo deverá, ainda, cadastrar-se junto à Secretaria de Estado da Fazenda, no código específico da atividade.

Art. 2º - A saída de veículo para desmanche, assim como de peças e acessórios dele provenientes, deverá ser destinada a estabelecimento registrado na forma prevista nesta lei.

Art. 3º - A forma de registro, o controle, os procedimentos e os relatórios a serem exigidos dos estabelecimentos comerciais, dos quais trata esta lei, serão fixados em decreto do Poder Executivo.

Art. 4º - O não cumprimento desta lei, sem prejuízo das sanções criminais e tributárias, sujeita o estabelecimento comercial infrator à autuação e à consequente aplicação das seguintes penalidades, pelo DETRAN-SC:

I - multa, na forma prevista no § 1º deste artigo;

II - cassação do registro de funcionamento.

§ 1º - As multas serão aplicadas da seguinte forma:

a) no valor equivalente a 3.500 UFIR's - Unidade Fiscal de Referência aos estabelecimentos comerciais que não cumprirem o constante "caput" dos art. 1º e 2º desta lei, bem como aqueles que mantiverem em estoque as mercadorias referidas, sem a devida comprovação de origem;

b) no valor equivalente a 2.000 UFIR's - Unidade Fiscal de Referência aos estabelecimentos comerciais que deixarem de cumprir as determinações fixadas no decreto de que trata o art. 3º desta lei.

§ 2º - A penalidade prevista pelo inciso II, deste artigo, será aplicada quando o estabelecimento comercial incorrer em reincidência das infrações descritas nesta lei.

Art. 5º - O estabelecimento comercial que for autuado por descumprimento das normas desta lei ou do decreto que trata o seu art. 3º, poderá:

I - apresentar reclamação da autuação ao DETRAN- SC, no prazo de 15 (quinze) dias da ciência expressa da autuação;

II - impetrar recurso da imposição da penalidade aplicada pelo DETRAN-SC, à Secretaria de Estado da Segurança Pública, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência expressa do ato punitivo.

Art. 6º - Fica determinada a obrigatoriedade das empresas seguradoras de efetuarem a baixa do registro dos veículos junto ao DETRAN sempre que os mesmos forem retirados de circulação numa das seguintes situações:

I - veículo irrecuperável;

II - veículo definitivamente desmontado;

III - sinistrado com laudo de perda total;

IV - vendidos ou leiloados como sucata.

§ 1º - Os documentos dos veículos a que se refere este artigo, bem como as partes do chassi que contém o registro VIN e suas placas, serão obrigatoriamente recolhidos aos órgãos responsáveis por sua baixa.

§ 2º - Os procedimentos previstos neste artigo deverão ser efetivados antes da venda do veículo ou sua destinação final.

§ 3º - Os órgãos responsáveis pela baixa do registro dos veículos deverão reter sua documentação e destruir as partes do chassi que contém o registro VIN e suas placas.

Art. 7º - A baixa do registro do veículo somente será autorizada mediante quitação de débitos fiscais e de multas de trânsito e ambientais, vinculadas ao veículo, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas.

Art. 8º - Uma vez efetuada a baixa, sob nenhuma hipótese o veículo poderá voltar à circulação.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2001.

Francisco de Assis Nunes
Deputado Estadual PT

Lido no Expediente
Sessão de 17/04/01

JUSTIFICATIVA

Os furtos de veículos têm sido uma das maiores preocupações de nossa sociedade. São numerosas ocorrências diárias que, além de todas as graves implicações deste tipo de atividade criminosa, trazem perdas materiais, violências físicas e morais, e perda de vidas humanas. É dever de toda a sociedade criar mecanismos inibidores deste tipo de delito, procurando eliminar um dos principais meios de sua existência, qual seja, a colocação no mercado de veículos roubados e de peças automotivas oriundas de desmanches ilegais. Desta forma, um controle efetivo sobre os veículos que devem obrigatoriamente ser retirados de circulação deve ser entendido como uma medida de fundamental importância no sentido de coibir este tipo de ação criminosa; a obrigatoriedade da baixa de registro ser encaminhada junto aos órgãos responsáveis pelo licenciamento atinge um dos principais elementos facilitadores de esquemas fraudulentos que podem ser levados a cabo por empresas envolvidas em desmanches de carros roubados.

O propósito deste projeto de lei é de estabelecer uma legislação estadual sobre o desmanche ilegal e a venda irregular de peças usadas de veículos em todo o Estado de Santa Catarina, obrigando todos os estabelecimentos comerciais que atuam nessas áreas a se registrarem no DETRAN e a manterem cadastro atualizado na Secretaria da Fazenda e também inibir o funcionamento de esquemas como o de compra de carros em estado praticamente irrecuperável, que deveriam ter sofrido baixa de registro, para que seus registros e documentação sejam utilizados para esquentar veículos roubados que poderiam, desta forma, trafegar com uma documentação aparentemente legalizada.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 115/01

Reconhece de Catanduvas Capital Catarinense do Chimarrão.

Art. 1º Fica reconhecido de Catanduvas Capital Catarinense do Chimarrão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação Florianópolis, 09 de março de 2001.

Deputado JORGINHO MELLO
Líder da bancada do PSDB

Lido no Expediente
Sessão de 17/04/01

JUSTIFICATIVA

A indústria ervateira é de fato muito antiga no município, tendo evoluído do Pilão à moderna industrialização.

Existem cinco indústrias no município, com grande produção, atingindo uma parcela considerável do mercado consumidor brasileiro, investindo em tecnologia, um maquinário que produz com maior qualidade garantindo reconhecimento do produto.

mercado da erva-mate envolve grande parte da população. Proporciona uma grande teia de produção, desde plantio, a "tarefa" (colheita), transporte, "cancheamento", o soque, beneficiamento, a distribuição, comércio e por fim consumidor nas tradicionais rodas de chimarrão, prática comum em nosso município.

Esta tradição em potencial, significa um ponto diferenciado, que possibilita o desenvolvimento do turismo, E é, também, buscando crescimento das atividades proporcionadas pelo turismo, que se precisa do reconhecimento imediato, posto que, Catanduvas já faz uso do título de Capital do Chimarrão.

O lançamento da festa do Chimarrão, em nosso município em 04, 05 e 06 de setembro de 1999, foi reconhecidamente um sucesso para o público, para o comércio, para os industriários e para a municipalidade em geral, todos intrinsecamente envolvidos na realização do evento. Tanto foi o sucesso que a festa é bienal devendo ocorrer novamente nos dias 07, 08 e 09 de setembro deste ano.

O monumento ao Chimarrão que toma lugar de destaque na entrada principal da cidade já configura o símbolo desta tradição que por aclamação popular já é considerada Capital do Chimarrão.

Diante do exposto, e por considerar a matéria meritória, reconhecendo por lei que popularmente já é considerado tal, é que submeto o Projeto à consideração dos colegas, na certeza de sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 116/01

Denomina de "Rodovia Prefeito Affonso Rohden", o trecho da Rodovia SC 422, que liga os Municípios de Taió e Salete.

Art. 1º Fica denominada de "RODOVIA PREFEITO AFFONSO ROHDEN", o trecho da Rodovia SC 422, que liga os municípios de Taió e Salete.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, em de Abril de 2001.

DEPUTADO HEITOR SCHÉ

Lido no Expediente
Sessão de 17/04/01

JUSTIFICATIVA

1. Afonso Rohden na época que foi viabilizado o projeto e construção da SC 422 que liga Taió à Salete, era Prefeito Municipal de Salete e fez do sonho de nós Saletenses termos acesso a Taió por asfalto, uma grande realidade.

2. Sabemos através de seu pai, Cornélio Rohden, que, muitas vezes acompanhou seu filho nesta luta, fazendo com que aquilo que parecia impossível, depois de muita luta viesse a ser concretizado.

3. Todos Saletenses tem conhecimento desta luta e quem foi o grande lutador.

4. Como este trecho da rodovia não tem denominação, acreditamos ser **PREFEITO AFFONSO ROHDEN** com certeza o nome mais apropriado para a mesma.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 117/01

Revoga dispositivos da Tabela III, da Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, alterada pela Lei nº 10.298, de 26 de dezembro de 1996, que dispõe sobre taxas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam revogados os subitens 4.1.1, 4.1.1.01 e 4.1.1.02, da Tabela III, da Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, com redação estabelecida pela Lei nº 10.298, de 26 de dezembro de 1996.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

SALA DAS COMISSÕES, em 16 de abril de 2001

Deputado Reno Caramori

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 118/2001

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 977

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., o projeto de lei que "Autoriza a Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A a alienar sua participação acionária no empreendimento privado denominado Dona Francisca Energética S.A. e adota outras providências".

Palácio Santa Catarina, 16 de abril de 2001

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 18/04/01

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Florianópolis, 26 de março de 2001

Excelentíssimo Senhor

Esperidião Amin Helou Filho

Digníssimo Governador do Estado de Santa Catarina

Nesta

Senhorm Governador,

Alienação de Ativo, Desequilíbrio Econômico-Financeiro.

Sociedade Dona Francisca Energética S.A. - DEFESA.

Exposição de Motivos.

Síntese da Justificativa:

O Conselho de administração da Celesc, em reunião ocorrida no último dia 1º de março, deliberou, por maioria, pela alienação de Ativo Permanente, Subgrupo Investimentos, referente à participação acionária desta companhia na Sociedade **Dona Francisca Energética S.A. - DEFESA**, detentora da concessão para implantação e exploração do potencial energético da Usina Hidrelétrica Dona Francisca em parceria com a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE.

Desde já, cumpre destacar que a participação da Celesc no referido empreendimento foi devidamente precedida de autorização legislativa, consubstanciada na Lei Estadual nº 10.613, de 16 de dezembro de 1997, assim disposta:

"Art. 1º Fica a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, autorizada a participar no capital de empresa privada a ser constituída com o objetivo de realizar a implantação e exploração do potencial energético da Usina Hidrelétrica Dona Francisca.

Parágrafo Único. A autorização de que trata este artigo fica limitada a R\$ 20.500.000,00 (vinte milhões e quinhentos mil reais).

Art. 2º O disposto na presente Lei fica condicionado ao resultado do processo licitatório onde venha ser declarado vencedor o grupo formado pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, e demais empresas consorciadas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário."

Tendo sido o referido empreendimento concluído e estando a UHE Dona Francisca em fase inicial de operação, sendo que até de abril, com a "entrada em funcionamento da Segunda Turbina", estima-se a geração de energia em 80 MW, é de todo oportuno ressaltar que, frente a contingência das exigências compulsórias do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, para abertura de financiamento para a concretização do investimento, o objetivo inicial que motivou a parceria veio a ser alterado, passando-se do regime de **autoprodução** para produção **independente**, sem possibilidade de os acionistas da DEFESA preservarem as respectivas cotas-partes de energia.

Assim, muito embora seja de domínio público que, além deste projeto, a participação da Celesc em outros projetos de produção de energia objetivava reduzir sua dependência energética com fornecedores, bem como a do próprio Estado, o manifesto desequilíbrio tanto econômico como financeiro - resultante de um somatório de variáveis entre os quais destaca-se a **defasagem**

tarifária e já detalhado em expedientes anteriores, assim como no quadro anexo, não mais comporta qualquer divagação ou dilação de prazo para tomada de decisão quanto à oportunidade e conveniência da alienação desses ativos.

Aliás, de todo oportuno destacar algumas considerações constantes de um dos expedientes acima citado, datado de 06 de março de 2000:

"Nossa primeira preocupação decorre da posição assumida pela ANEEL, que resiste, de modo peremptório, à inclusão, no custo tarifário, dos aumentos que têm sido impostos às empresas concessionárias distribuidoras de eletricidade quanto à energia comprada das geradoras, além daqueles de ordem tributária, provenientes da COFINS, CPMF, CCC, Taxa de Fiscalização, entre outros.

O setor elétrico brasileiro vive, aliás, um momento paradoxal: enquanto as geradoras federais (incluídas no programa de privatizações do Governo Federal, como é o caso da ELETROSUL) encontram-se numa situação de conforto, as distribuidoras, ao contrário, defrontam-se com um dos piores momentos de sua história, em termos de rentabilidade tarifária, graças ao injusto e ilegal tratamento recebido da Agência Reguladora dos serviços de eletricidade no País."

Daquele período até os dias de hoje, a situação somente veio a ser agravada, seja pela manutenção cada vez maior da **insuficiência tarifária** para cobrir a elevação de encargos setoriais relativos a compra de energia, em que são expoentes o impacto das tarifas homologadas pela ANEEL à GERASUL em setembro de 2000, seja pelo aumento em dólar da energia paga à binacional ITAIPU S/A.

As alternativas disponíveis são escassas: restrição para captação de financiamento (inexequível para cobertura de despesas operacionais), bem como impedimento de recorrer ao mercado financeiro por imposição das prescrições impostas pelo Banco Central às empresas concessionárias estatais, através da Resolução nº 2668/99; geração interna de recursos limitada frente às necessidades e restrição para uma operação no mercado de capitais, haja vista o limite mínimo de ações ordinárias para manutenção do controle acionário por parte do Estado, provocado, diga-se de passagem, pela utilização de cerca de 29% do capital votante da empresa, em 1997, para a criação da INVESC.

Conforme demonstrado no **quadro financeiro anexo**, onde os números projetados representam o esforço máximo daquilo que o futuro de curtíssimo prazo pode possibilitar (ex.: renegociação e rolagem do serviço da dívida), sem considerar hipotética reposição tarifária superior àquela que também vier a ser deferida aos supridores de geração, assim como incremento na energia de curto prazo no mercado atacadista, temos **até o findar do ano um déficit acumulação estimado da ordem de R\$ 153.359.000,00.**

Assim, Senhor Governador, como providências de caráter inadiável com vistas ao saneamento financeiro da Empresa, visando à manutenção do sistema elétrico de distribuição de energia elétrica aos catarinenses em índices de confiabilidade, qualidade e continuidade no que toca ao fornecimento desse serviço público - independente até mesmo da "Reorganização administrativa, técnica e societária da Celesc" de que trata a Mensagem nº 852 do Executivo ao Poder Legislativo e demais tratativas coordenadas pelo Executivo Estadual, resta-nos, portanto, submeter a Vossa Excelência o seguinte:

Participações Acionárias/Ativos para Alienação

Autorização para alienação de Ativo Permanente, Subgrupo Investimentos, referente à participação acionária desta companhia no empreendimento denominado

- UHE Dona Francisca (125 MW)

Até a presente data, o investimento disponibilizado pela Celesc no referido empreendimento encontra-se contabilizado pelo valor total de **R\$ 15.338.177,71** (Balanço Patrimonial de 31.12.00), não existindo mais qualquer previsão de desembolso efetivo de caixa.

Aprovação Legislativa e Conveniência Administrativa

A autorização para a participação da Celesc no aludido empreendimento foi precedida de autorização legislativa, devendo, à luz da melhor interpretação das disposições do artigo 37, incisos XIX e XX, da Constituição Federal, bem como daquelas constantes do § 2º, do artigo 13 da Carta Política Estadual, receber também prévia autorização legal como ensina o renomado Professor Celso Ribeiro Bastos:

"A alienação dessas participações acionárias, que majoritárias que minoritárias, desacompanhadas de lei, tornou-se inconstitucional, uma vez que confere ao Estado poderes de interferir na economia sem a satisfação dos pressupostos constitucionais exigidos para o desempenho da atividade econômica."

Muito embora possa situar-se no âmbito desta sociedade anônima como investimento, o caráter de sociedade de economia mista da Celesc, com a devida vênua, impõem ao nosso ver, estrita obediência aos preceitos constitucionais, onde muito embora nada tenham determinado expressamente a respeito da obrigatoriedade de prévia autorização legislativa para alienação desta participação acionária em entidade privada, lançar dúvida ou estabelecer o contraditório com relação a tal exigência não nos parece ser o caminho correto.

Assim, considerando-se que a alienação daquele investimento carece do cumprimento de diversas regras advindas de acordo de acionistas, contrato social e particularidades técnicas, operacionais e legais no que diz respeito aos direitos da concessão e garantias no caso dos financiamentos, **a autorização pretendida é de caráter geral.**

Transporta essa condicionante constitucional, caberia à Celesc, após análise dos diversos fatores acima relatados e da efetiva e dispendiosa avaliação patrimonial do empreendimento, bem como, da aferição do mercado e de sua vulnerabilidade econômica e financeira, **dispor ou não desse ativo dentro da conveniência e oportunidade administrativa.**

Por fim, considerando que toda essa avaliação a respeito da conveniência e oportunidade administrativa é, sem a menor dúvida, dinâmica diante não só da realidade de mercado, em que o tempo é fator determinante para agregar maior ou menor ganho na valorização deste ativo, se requer a Vossa Excelência a tramitação da autorização aqui apresentada com a constante da Mensagem nº 851, relativa ao projeto de lei que "Autoriza a Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A a alienar sua participação acionária na Casan e adota outras providências", a fim de equacionar o desequilíbrio financeiro existente de modo efetivo.

Caráter Urgente

A disposição dos números apresentados não possibilitam margem a qualquer dúvida quanto à imperiosa necessidade da adoção do ato administrativo propugnado, bem como dada a complexidade em se levar a efeito o mesmo, toma-se a liberdade de sugerir, em obediência ao processo legislativo e com base nas disposições dos artigos 50 e 53 da Constituição Estadual, que ao projeto de lei seja remetido à elevada consideração dos Senhores Deputados, visando à aprovação em **regime de urgência.**

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e consideração.

Cordialmente,

Francisco Küster

Diretor Presidente

Anexo: Anteprojeto de Lei

PROJETO DE LEI Nº 118/01

Autoriza a Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A a alienar sua participação acionária no empreendimento privado denominado Dona Francisca Energética S.A. e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC - a alienar sua participação acionária no empreendimento denominado Dona Francisca Energética S.A., detentora da concessão da Usina Hidrelétrica Dona Francisca.

Art. 2º A alienação poderá se dar no todo ou em parte, mediante conveniência administrativa a ser deliberada pelo Conselho de Administração da sociedade, sendo precedida de avaliação mínima através de auditoria independente.

Parágrafo único. A alienação deverá respeitar os direitos de preferência decorrentes de acordo de acionistas e contratos afins, submetendo-se posteriormente a leilão, se for o caso, seguindo as regras do mercado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 119/01

Denomina PRUDENTE CÂNDIDO DA SILVA FILHO, a Rodovia SC-438, no município de São Joaquim-SC.

Art. 1º - Fica denominada *Prudente Cândido da Silva Filho*, a Rodovia SC-438, no trecho compreendido entre o Rio Lavatudo - Km 44,88, e o Rio Mantiqueira - Km 98,813, localizada no município de São Joaquim-SC.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 2.001.

DEPUTADO SANDRO TARZAN

2º Vice-Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 18/04/01

JUSTIFICATIVA

O homenageado, Prudente Cândido da Silva Filho, joaquinese por naturalidade, nasceu em 04 de dezembro de 1942, começou seus estudos no Colégio Manoel Cruz, em São Joaquim, Colégio Diocesano em Lages onde concluiu o primeiro grau. No colégio Dehon em Tubarão, concluiu o 2º grau. Sentindo que tinha vocação para as letras e para a oratória, cursou a faculdade de comunicação formando-se em jornalismo, em 1967 pela Universidade Federal do Paraná, em Curitiba. Dando continuidade a seus estudos, formou-se também em Direito pela mesma universidade, em 1969.

Além da advocacia, atividade que passou a exercer profissionalmente, "Tio Pruda" como era conhecido pela maioria, respeitado e estimado por todos, ingressou na vida pública em 1970, para exercer a função de Secretário Municipal de Turismo. Nas eleições de 1972 elegeu-se vereador, e ocupou o cargo de Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal. Foi eleito Prefeito Municipal de sua terra natal cumprindo a gestão de 1982 a 1988, período em que presidiu a Associação dos Municípios da Região Serrana, e também foi Presidente da FECAM - Federação Catarinense de Municípios. Assumiu também cargos de 2º escalão no Governo Estadual. Suas atenções sempre foram voltadas para os menos favorecidos e ao homem do campo.

Prudente Cândido da Silva Filho, faleceu aos 55 anos de idade em fevereiro de 1999, acometido por uma parada cardíaca, em sua residência em Florianópolis. Seu jeito simples, sua lealdade e probidade nas atividades públicas que desempenhou, fizeram com que, seu exemplo ficassem gravado na memória do povo joaquinese, e portanto faz-se juz a homenagem que prestamos através desta proposição, a este cidadão, que tanto amou e dignificou nossa terra e sua gente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 120/01

Dispõe sobre a pesca, estabelecendo medidas de proteção e reprodução ictiológica e dá outras providências.

Art. 1º - As pessoas físicas e jurídicas que desenvolverem a pesca no Estado de Santa Catarina, observarão as disposições desta Lei.

Art. 2º - Ficam permitidas, no Estado de Santa Catarina, as seguintes categorias de pesca:

I - pesca de pesquisa científica;

II - pesca amadora ou de subsistência, e;

III - pesca profissional artesanal.

§ 1º - Considera-se a pesca de pesquisa científica aquela exercida com a finalidade técnico-científica por pescador especial ou profissional contratado, munido de autorização fornecida pelo Conselho Estadual da Pesca, vinculado à Secretaria de Estado e Desenvolvimento Rural e da Agricultura.

§ 2º - Considera-se pesca amadora ou de subsistência aquela exercida por pescador artesanal que, embarcado ou não, utilize exclusivamente petrechos do tipo caniço simples, linha de mão e anzol.

§ 3º - Considera-se pesca profissional artesanal aquela exercida por pescador profissional, com residência comprovada no Estado de Santa Catarina, cadastrado no Conselho Estadual de Pesca, que exerça a atividade da pesca como seu único meio de vida.

Art. 3º - Ficam instituídos o Cadastro de Pesca e a Carteira de Pescador Profissional no Estado de Santa Catarina, sob a responsabilidade do Conselho Estadual de Pesca.

§ 1º - As atividades de pesca de pesquisa científica e profissional artesanal serão permitidas aos pescadores cadastrados no Conselho portadores da respectiva Carteira de Pescador.

§ 2º - As atividades de pesca profissional artesanal e amadora ou de subsistência somente poderão ser exercidas mediante comprovação do pagamento da taxa de licença federal ou estadual.

§ 3º - O Poder Executivo normatizará, através de decreto, a instituição do Cadastro Estadual de Pesca, bem como da Carteira de Pescador, estabelecendo as hipóteses de suspensão desses documentos em caso de violação das normas previstas nesta Lei.

Art. 4º - Fica estabelecido, de 01 de novembro a 31 de janeiro, o período de proteção à reprodução natural dos peixes (período piracema) nos rios do Estado de Santa Catarina, durante o qual fica proibida qualquer espécie de pesca, excetuando-se as destinadas à pesquisa científica e a pesca amadora ou de subsistência.

Art. 5º - Na pesca amadora ou de subsistência, será permitida a captura de apenas 3 (três) kgs ou 1 (um) peixe por pescador, observado o tamanho mínimo estabelecido por regulamento estadual, vedado o transporte intermunicipal e interestadual.

Art. 6º - Mediante constatação técnico-científica, o período de proibição de que trata o caput do art. 2º poderá ser modificado ou ampliado pelo Conselho Estadual da Pesca.

Art. 7º - Durante o período da piracema, atendendo o disposto no art. 3º, o Estado fornecerá a remuneração correspondente a 01 (um) salário mínimo aos profissionais que exerçam a pesca profissional artesanal, devidamente cadastrados no Conselho Estadual de Pesca e nesse período somente poderá ser transportado e comercializado o pescado com comprovação de origem e previamente vistoriado pelo órgão estadual responsável pelo Meio Ambiente.

Art. 8º - A fiscalização no cumprimento das disposições desta Lei será exercida pelo Comando da Polícia Militar, através da Companhia Independente da Polícia Militar Ambiental e, se necessário, por voluntários civis, ligados a associações de proteção ao meio ambiente, devidamente credenciados ou autorizados pela Polícia Ambiental, e incidirá sobre a captura, extração, guarda, conservação, transporte, transformação, beneficiamento, industrialização e comercialização do peixe.

§ 1º - A fiscalização também será exercida no interior das embarcações e nos estabelecimentos industriais e comerciais não sujeitos à inspeção federal.

Art. 9º - O pescado que se encontrar em estoque nos estabelecimentos industriais e comerciais deverá ter comprovação de origem para fins de instruir a declaração de estoque de todo produto existente no estabelecimento até 48 (quarenta e oito) horas após o dia de início do período da piracema.

§ 1º - O pescado armazenado em locais não mencionados neste artigo deverá ter, também, comprovação de origem.

Art. 10 - Em caso de qualquer ação ou omissão que importe na inobservância aos preceitos desta Lei, sem prejuízo das demais cominações estabelecidas pela legislação federal, aos infratores serão aplicadas as seguintes penalidades:

I - se pescador profissional, multa mínima de R\$ 500,00 (quinhentos reais), com acréscimo de R\$ 10,00 (dez reais) por quilo de pescado, suspensão da atividade pelo período de 90 (noventa) dias, perda do produto da pescaria, do(s) petrecho(s), aparelho(s) e equipamento(s), com liberação da embarcação após quitação da multa e transcorrido o período da suspensão da atividade;

II - se pescador amador, multa mínima de R\$ 500,00 (quinhentos reais), com acréscimo de R\$ 10,00 (dez reais) por quilo de pescado, perda do produto da pescaria, do(s) petrecho(s), aparelho(s) e equipamento(s), com liberação da embarcação após quitação da multa;

III - se empresa que explora pesca, multa mínima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com acréscimo de R\$ 20,00 (vinte reais) por quilo de pescado, suspensão das atividades da empresa pelo período de 30 (trinta) dias, perda do produto da pescaria e do(s) aparelho(s), petrecho(s) e equipamento(s), com liberação da(s) embarcação(ões) após quitação da multa e transcorrido o período de suspensão da atividade.

§ 1º - No caso de infrator reincidente, as penas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro.

§ 2º - O transporte de pescado irregular sujeitará o infrator a multa mínima de R\$ 500,00 (quinhentos reais), com acréscimo de R\$ 10,00 (dez reais) por quilo de pescado, sem prejuízo da perda do produto, sendo liberado o veículo somente após quitação da multa e transcorrido o período de proibição de que trata o art. 4º desta Lei.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 18 de abril de 2001

Herneus de Nadal
Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 18/04/01

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei é de grande relevância, visto que este pretende complementar as legislações já existentes relativas à pesca no Estado de Santa Catarina.

Mister salientar a importância do cadastro de todos os pescadores do Estado, para que haja uma eficaz fiscalização das atividades de pesca em todas as suas fases, através do Conselho Estadual da Pesca, criado pela Lei estadual n.º 10.383, de 15 de abril de 1997.

De outra forma, considerando-se que os profissionais que dependem da pesca para subsistência própria e de sua família ficam proibidos de pescar no período da piracema, devem receber ajuda financeira do Estado para que possam sobreviver durante esse período.

Este controle e fiscalização de quem terá direito a receber o salário do Estado, ficará a cargo do Conselho Estadual de Pesca, que é o órgão responsável para tanto.

Diante dos motivos expostos, solicito aos meus ilustres colegas Deputados, a aprovação do presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 121/01

Reconhece o município de Ponte Serrada como Capital Catarinense da Erva Mate.

Art. 1º Fica reconhecido o município de Ponte Serrada como Capital Catarinense da Erva Mate.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação
Florianópolis, 10 de abril de 2001.

Deputado JORGINHO MELLO

Líder da bancada do PSDB

Lido no Expediente

Sessão de 19/04/01

JUSTIFICATIVA

Por ser aquele município um dos maiores produtores de Erva Mate em nosso Estado. Por já fazer parte do calendário de eventos do Estado festividades relacionadas com o produto, que ocorre naquela cidade, anualmente. Por ser o município berço de várias indústrias de Erva Mate, com uma produção considerável, e principalmente, pelo apelo da comunidade por este reconhecimento.

Conforme o exposto acima, o município já promove ações que incentivam a cultura e a tradição do produto, seus municípios acolhem a iniciativa com louvor, pois já consideram por assim dizer, o município como referência a cultura em epígrafe.

Em se tratando de uma nobre iniciativa que dará o devido reconhecimento aquela municipalidade é que apelo ao nobres colegas pela aprovação do referido projeto.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 122/01

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO VOLUNTARIOS EM AÇÃO".

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o "Instituto Voluntários em Ação", com sede na cidade e comarca de Florianópolis.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 11 de Abril de 2001

PAULO BORNHAUSEN
Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 19/04/01

JUSTIFICATIVA

O Instituto Voluntários em ação tem como objetivo básico propiciar o encontro entre as pessoas dispostas a doar parte do seu tempo e de suas habilidades no trabalho por uma causa social e as entidades que necessitam deste tipo de trabalho.

A missão do Instituto Voluntários em Ação é a sensibilização e a mobilização da sociedade sobre o trabalho voluntário, motivando o engajamento comunitário e empresarial em ações que visem a solidariedade entre os catarinenses.

Estimular o voluntariado é uma forma de criar comunidades e combater a desagregação social e os problemas por ela gerados. A ação voluntária visa a ajudar pessoas em dificuldade, a resolver problemas sociais, a melhorar a qualidade de vida da comunidade. Seu sentido é eminentemente positivo ao mobilizar energias, recursos e competências em prol de ações de interesse coletivo. O voluntariado reforça a solidariedade e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e humana.

Por isso, esperamos ver a presente proposta acolhida e aprovada pelos Senhores Deputados.

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/01****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 978**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos conjunta da Secretaria de Estado da Administração e da Secretaria de Estado da Segurança Pública o projeto de lei complementar que "Estabelece nova redação ao art. 13 da Lei nº 6.843, de 28 de julho de 1986, alterado pela Lei Complementar nº 45, de 23 de janeiro de 1992".

Palácio Santa Catarina, 16 de abril de 2001

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO

Governador do Estado

Lido na Expediente

Sessão de 17/04/01

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**

E.M. nº 002/SEA/SSP

Florianópolis, 02 de abril de 2001.

Excelentíssimo Senhor

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO

Governador do Estado

N e s t a

Senhor Governador,

Submetemos à apreciação de Vossa Excelência minuta de Lei Complementar, que visa melhor adequar os procedimentos relativos à realização de concurso público para provimento de cargos do Grupo Polícia Civil.

A proposta de alteração da Lei 6.843, de 28 de julho de 1986, consiste na supressão no artigo 13, da exigência de prévia aprovação em exame psicotécnico para o ingresso nas carreiras policiais civis, considerando-se o grande número de demandas judiciais se insurgindo contra essa prova, com decisões favoráveis aos impetrantes.

A superior deliberação de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

CELESTINO ROQUE SECCO

Secretário de Estado da Administração

ANTENOR CHINATO RIBEIRO

Secretário de Estado da Segurança Pública

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/01

Estabelece nova redação ao art. 13 da Lei nº 6.843, de 28 de julho de 1986, alterado pela Lei Complementar nº 45, de 23 de janeiro de 1992.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 6.843, de 28 de julho de 1986, alterado pela Lei Complementar nº 45, de 23 de janeiro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. A investidura prevista nesta Lei, em cargo de provimento efetivo do Grupo: Polícia Civil, depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, que inclui a habilitação em curso de formação profissional promovido pela Academia de Polícia Civil - ACADEPOL.

§ 1º O concurso público é planejado, organizado e executado pela Academia de Polícia Civil - ACADEPOL.

§ 2º Para a execução de que trata o parágrafo anterior, a Direção da Academia de Polícia Civil - ACADEPOL - poderá celebrar convênio com entidade de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, mediante autorização do Secretário da Segurança Pública.

§ 3º O concurso público é dividido em duas fases distintas:

I - procedimento seletivo: é a fase do concurso de provas e títulos, que permitirá ao candidato aprovado, até o número de vagas previstas no edital e obedecida a ordem de classificação, matricular-se no curso de formação profissional respectivo;

II - formação profissional: é a fase que inicia com a matrícula do candidato no curso de formação profissional e termina com sua aprovação no respectivo curso, cujo resultado será homologado pelo Delegado Geral da Polícia Civil.

§ 4º Os cursos de formação serão realizados em conformidade com as especificações constantes do Regimento Interno da Academia de Polícia Civil - ACADEPOL."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004/01

Dispõe sobre os critérios de distribuição da parcela de receita do ICMS pertencente aos Municípios, de que tratam os Incisos I e II do §3º do artigo 133 da Constituição Estadual e dá outras providências.

Art. 1º - A parcela de receita do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, pertencente aos Municípios, de que trata o inciso I do § 3º do artigo 133 da Constituição Estadual, será de 3/4 (três quartos) no mínimo.

Art. 2º - A parcela de receita do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, pertencente aos Municípios, de que trata o inciso II do § 3º do artigo 133 da Constituição Estadual será de 1/4 (um quarto), distribuída conforme os seguintes critérios: Receita Própria; População; Área do Município; Cota Igual; Saneamento Ambiental e Unidades de Conservação/ Terras Indígenas.

Parágrafo Único: Os percentuais correspondentes aos critérios de distribuição da parcela do ICMS referida no "caput" deste artigo serão assim definidos:

Critérios	Percentuais por exercício fiscal		
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano
Receita Própria	8,0%	8,0%	6,0%
População	2,0%	2,0%	2,0%
Área do Município	1,0%	1,0%	1,0%
Cota Igual	9,0%	9,0%	9,0%
Saneamento Ambiental	0,0%	0,0%	2,0%
Unidade de Conservação / Terra Indígena	5,0%	5,0%	5,0%
Soma	25,0%	25,0%	25,0%

Art. 3º - Para efeito de cálculo da Receita Própria, considerar-se-á a relação percentual entre os valores de receita tributária própria de cada Município e a soma da receita tributária própria de todos os Municípios do Estado com base em dados relativos ao segundo ano civil imediatamente anterior, fornecidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 4º - Para o critério População, será calculada a relação percentual entre a população residente em cada Município e a população total do Estado, medida segundo dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 5º - Para o estabelecimento do critério Área do Município, calcular-se-á a relação percentual entre a área do Município e a área total do Estado, apurada por Órgão Oficial do Estado.

Art. 6º - A Cota Igual, deverá ser calculada com base no resultado da divisão do valor correspondente ao percentual constante no parágrafo único do artigo 2º desta lei, pelo número de Municípios do Estado, existentes até 31 de dezembro do ano anterior à apuração.

Art. 7º - Para o cálculo do critério Saneamento Ambiental deverão ser observados os Sistemas de Captação, Tratamento e Distribuição de Água, Sistemas de Coleta, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos e Sistemas de Esgotamento Sanitários, nos municípios.

§ 1º - A Fundação do Meio Ambiente - FATMA fará publicar anualmente a lista dos municípios habilitados a receberem a cota parte referente ao critério Saneamento Ambiental, a partir do segundo exercício fiscal da vigência desta Lei Complementar.

§ 2º - A parcela referente ao critério Saneamento Ambiental será calculada e distribuída a partir do terceiro exercício fiscal após a vigência desta Lei Complementar.

§ 3º - No período da não vigência da distribuição da parcela referida no parágrafo anterior, a mesma será calculada e distribuída 100% (cem por cento) da parcela no critério Receita Própria.

§ 4º - A Fundação do Meio Ambiente - FATMA deverá indicar os requisitos mínimos a serem apresentados pelos municípios para pleitear o recurso referente ao critério Saneamento Ambiental.

Art. 8º - O critério Unidade de Conservação/Terra Indígena deverá ser calculado através da relação percentual entre o Índice de Unidades de Conservação dos Municípios e a soma dos índices de Unidades de Conservação de todos os Municípios do Estado calculados de acordo com o definido no anexo I, desta Lei, considerando-se as Unidades de Conservação Municipais, Estaduais e Federais cadastradas e aquelas que venham a ser cadastradas, inclusive Áreas Indígenas, observados os parâmetros e os procedimentos definidos pelo Órgão Ambiental Estadual e Federal. Deverão ser observados, também, o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, definido em legislação federal.

§ 1º - As categorias de Unidades de Conservação e outras áreas protegidas e os seus respectivos fatores de correção são as constantes no anexo II, desta Lei.

§ 2º - O Órgão Ambiental Estadual fará publicar, anualmente, lista atualizada das Unidades de Conservação/Terras Indígenas e dos municípios habilitados a receberem a cota parte referente a este critério.

§ 3º - As áreas das terras indígenas correspondentes integral ou parcialmente aos municípios serão aqueles definidas pelo órgão competente.

§ 4º - O Órgão Ambiental Estadual poderá, após vistoria, impor temporariamente uma redução percentual do Fator de Conservação de Unidades de Conservação (FCUC), definido no anexo II, desta Lei, de uma determinada Unidade de Conservação, em caso de grave dano ambiental.

Art. 9º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se os dispositivos em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 2001.

Francisco de Assis Nunes
Deputado Estadual PT

ANEXO I

Critério Unidade de Conservação/Terra Indígena (a que se refere o artigo 8º, "caput" desta Lei Complementar)

Para cálculo deste critério deve-se obter o produto entre o percentual definido no parágrafo único do artigo 2º desta lei, para este critério e a relação percentual entre o Fator de Conservação da Unidade de Conservação do Município (FCMi) pelo Fator de Conservação do Estado (FCE), abaixo definidos:

$IUCi = FCMi \cdot x$

FCE

Onde,

IUCi é o índice das Unidades de Conservação/Terra Indígena do Município "i"

FCMi é o Fator de Conservação do Município "i"

FCE = S FCMi é o somatório dos Fatores de Conservação de todos os Municípios do Estado.

X é o percentual definido para o critério Unidade de Conservação/Terra Indígena.

Calcula-se o Fator de Conservação da Unidade de Conservação (FCUij) para cada unidade de conservação ou terra indígena através da relação entre a área da unidade de conservação ou terra indígena e a área total do município, ponderado por um Fator de Correção (FC):

Área UCij

$FCUij = x \cdot FC$

Área Mi

Onde,

FCUij = Fator de Conservação da Unidade de Conservação "j" ou Terra Indígena "j" no Município "i"

Área UCij = Área de Unidade de Conservação "j" ou Terra Indígena no município "i"

Área Mi = Área do Município "i"

FC = Fator de Correção relativo ao tipo de manejo da Unidade de Conservação

Calcula-se o Fator de Conservação do Município (FCMi) fazendo-se o somatório de todos os Fatores de Conservação das Unidades de Conservação/Terras Indígenas existentes no município (i):

$FCMi = \sum FCUij$

Sendo:

FCMi = Fator de Conservação do Município "i"

$\sum FCUij$ = Somatório dos Fatores de Conservação das Unidades de Conservação "j", no Município "i"

$j = 1, 2, 3, \dots, n$

ANEXO II

Categorias de Unidades de Conservação e áreas protegidas, de que trata o Art. 8º, § 1º e §4º desta Lei, e seus respectivos fatores de correção:

Fator de correção para categorias de manejo de Unidade de Conservação e outras áreas protegidas

Categoria de Unidade de Conservação	Fator de Correção
Reserva Biológica	1,0
Estação Ecológica	1,0
Parque Federal, Estadual e Municipal	0,7
Monumento Natural	0,8
Refúgio da Vida Silvestre	0,8
Área de Proteção Ambiental - APA	0,2
Floresta Federal, Estadual e Municipal	0,5
Reserva Extrativista	0,5
Área de Relevante Interesse Ecológico	0,3
Reserva da Fauna	0,4
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	0,5
Reserva Particular do Patrimônio Natural	0,2
Estrada Parque	0,3
Terra Indígena	0,7
Área de Proteção Especial	0,5

Consideram-se para efeitos da Tabela acima:

As categorias de Unidades de Conservação com base no Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC, e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, definido em legislação federal.

Áreas de Proteção Especial, aquelas definidas com base nos Artigos 13, Inciso 1 e 14 da Lei Federal n.º 6.766 de 18.12.79 para a proteção de mananciais ou do patrimônio paisagístico e arqueológico.

As Áreas Indígenas definidas pela legislação federal.

Outras áreas protegidas em lei, inscritas junto ao Órgão Ambiental Estadual, que fixará o respectivo fator de conservação.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 2001.

Francisco de Assis Nunes

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 17/04/01

JUSTIFICATIVA

Há um amplo leque de estratégias possíveis para estimular a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, que incluem medidas econômicas e sociais.

Tais iniciativas podem ser incentivadas através de mecanismos econômicos como, por exemplo, o pagamento de taxas por parte dos usuários dos recursos naturais (sejam parques, lagos, mananciais de água, etc.), o controle do acesso aos recursos, selo verde e certificação, além da isenção de taxas e compensação fiscal para aqueles dispostos a conservar áreas naturais.

Segundo esta idéia, encaminhamos esta proposição que "dispõe sobre o ICMS ECOLÓGICO", que funciona como um incentivo financeiro à conservação da biodiversidade. Dentre os vários impostos estaduais, o ICMS, imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços é o mais importante. O valor arrecadado por ano, a nível nacional, chega aproximadamente R\$ 47 bilhões. Desse total, 75% ficam com os estados e 25% são redistribuídos entre os municípios responsáveis pelo recolhimento do imposto, de acordo com a legislação estadual. Como o principal critério de redistribuição é o valor agregado, que reflete o nível de atividade econômica do município e conseqüente participação na arrecadação, o ICMS estimula o estabelecimento de novas atividades comerciais e industriais. Este critério prejudica os municípios que impõem restrições ao uso da terra, devido a adoção de áreas protegidas. Uma solução que vem sendo adotada por alguns estados brasileiros é a compensação fiscal para os municípios com áreas protegidas ou mananciais de abastecimento de água que alimentam grandes cidades. Este incentivo, conhecido como ICMS ECOLÓGICO, reflete o espírito da Convenção sobre Diversidade Biológica assinada na Rio 92. É uma tentativa de agregar às atividades de proteção ambiental um valor econômico, como forma de estimulá-las.

Cerca de 1,25% da receita anual do ICMS do Estado do Paraná, já foram entregues a 112 municípios onde há áreas protegidas ou mananciais de abastecimento de água. Os parâmetros de distribuição são fixados de acordo com a importância da unidade de conservação, baseado em sua extensão e no grau de restrição do uso da terra determinado por dispositivo legal. O valor repassado a cada município é estipulado pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP e depende da qualidade ambiental da área protegida. A medida encoraja um desenvolvimento integrado a conservação da natureza e esclarece a população sobre a importância da biodiversidade.

Até o momento, 04 (quatro) dos 26 (vinte e seis) estados brasileiro adotaram esse incentivo, sendo o Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste ainda não implementaram este critério de redistribuição do ICMS, embora alguns já estejam analisando a possibilidade. A posição geográfica dos estados que não possuem o ICMS ECOLÓGICO é particularmente importante, uma vez que as principais florestas brasileiras e ecossistemas ameaçados, como o Cerrado, a Caatinga e o Pantanal, se encontram nas regiões que não estão sendo beneficiadas.

Para um melhor esclarecimento o estado do Paraná poderá ser referência, pois foi o primeiro estado a adotar este critério, podendo a partir deste exemplo tirarmos nossas conclusões a respeito do benefício do projeto ao meio ambiente.

Como todo projeto, sempre esperamos resultados que dêem alguma repercussão e que tragam benefícios ao nosso povo. Para um maior esclarecimento, abaixo está relacionado alguns dos resultados que esperamos obter com a aprovação deste projeto para o nosso estado e conseqüentemente para o nosso país:

Adoção do ICMS ECOLÓGICO por outros estados brasileiros e conseqüente aumento das unidades de conservação, além de uma melhoria na administração e manutenção dessas áreas;

Esclarecer a população sobre a importância da conservação do meio ambiente, de modo que as pessoas deixem de encarar as áreas de proteção como uma barreira para o fortalecimento econômico do município;

Oferecer melhoria nas condições de vida e do meio ambiente através de compensação financeira aos municípios que sofrem restrições de uso e ocupação de parte de seus territórios destinados à conservação;

Estimular as Prefeituras a formularem e executarem políticas ambientais;

Redistribuir os recursos do ICMS de forma mais justa e ambientalmente correta;

Como instrumento de melhoria nas condições de vida, o ICMS ECOLÓGICO é muito citado em conferências internacionais (Rio 92; HABITAT II; Agenda 21 Nacional, etc.) como experiência bem sucedida.

Vale ressaltar que desde a implantação do ICMS ECOLÓGICO, no estado do Paraná, em 1992, o número de áreas protegidas passou a crescer, assim como aumentou o cuidado com a sua manutenção, refletindo os bons resultados do sistema de monitoramento adotado pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Baseado nestes dados, principalmente os relacionados com o Paraná, podemos dizer que com a aprovação deste projeto e com sua efetiva regulamentação iremos conseguir ótimos resultados e assim contribuir com a preservação da biodiversidade.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 2001

Francisco de Assis Nunes

Deputado Estadual PT

*** X X X ***

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 005/01

Outorga ao Tribunal de Justiça competência para, mediante ato próprio, especializar Varas em qualquer matéria.

O Governador do Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º Cabe ao Tribunal de Justiça do Estado, mediante ato próprio de seu Órgão Especial, especializar Varas em qualquer matéria, definindo sua competência, de acordo com a conveniência do Poder Judiciário e a necessidade de agilização da prestação jurisdicional.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, no art. 96, I diz competir privativamente aos Tribunais:

"a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos".

Análoga a disposição do art. 83, I e II da Constituição estadual.

Bem por isso, o eminente Min. Paulo Brossard, em voto na ADIn n. 1105-7-DF, acentuou:

"...como o Poder Legislativo, os Tribunais têm competência legislativa; reduzida, sem dúvida, delegada, ninguém o nega, circunscrita, é claro; mas, quando a exercem nos limites da Constituição, a norma por eles editada, sob a denominação de regimento, em nada é inferior à lei, e esta em nada lhe é superior". (Apud parecer do Prof. Rogério Lauria Tucci, RT 765/97-107, mais precisamente p. 102).

O artigo 125 da Constituição do Estado dispõe que "Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição", prescrevendo o § 1º que "A competência dos Tribunais será estabelecida na Constituição do Estado, sendo a lei de Organização Judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça".

Da competência do Tribunal se ocupa o art. 83, incisos XI a XIII.

No que tange à Justiça de primeiro grau, o art. 125 prescreve que "os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição" e o § 1º dispõe que:

"A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça".

A organização e divisão judiciárias, pois, constitui matéria dependente de lei, de iniciativa do Judiciário, mas votada pelo Legislativo, com a sanção do Executivo.

A criação de novas Comarcas e sua distribuição em Varas, portanto, haverá de ser feita mediante lei, princípio iterativamente respeitado, até porque tal ato envolve novas despesas ao erário.

Não há norma expressa, contudo, quanto a quem cabe definir a competência das Varas.

Há quem sustente que tal definição está compreendida na alteração da organização e da divisão judiciárias, que, nos termos do art. 83, IV, "d" da Constituição Estadual, compete privativa-

mente ao Tribunal propor à Assembléia Legislativa.

Mostra-se mais aceitável, contudo, a tese, de que a **organização e divisão** se esgotam, a primeira, na criação e estruturação do órgão, a Comarca ou a Vara, inclusive sua natureza cível ou criminal, e, a segunda, na delimitação geográfica da área de jurisdição do órgão, matérias de que se ocupa a Lei de Organização Judiciária.

Já a definição da competência, entende-se que é matéria reservada ao próprio Poder Judiciário, no exercício da autonomia administrativa que lhe assegura o art. 81 da Constituição Estadual.

Trata-se, na verdade, de ato que diz respeito ao funcionamento interno da Justiça e ao legislador seria difícil dizer que ações deveria julgar esta ou aquela Vara.

A especialização das Varas, de outro lado, é um anseio de jurisdicionados, pela maior celeridade que propicia na prestação jurisdicional.

O emérito Prof. Egas Moniz de Aragão, em seus "Comentários ao Código de Processo Civil", vol. II, p. 378, 2ª ed., acentuou:

"Afora a vantagem de se facilitar ao próprio juiz a sua atividade, que para o especialista é mais leve e por isso ele produz mais, proporciona maior rapidez no desfecho das causas".

E, adiante:

"...acentua-se a inclinação para os juízos especializados, de modo a que as causas sejam atribuídas a um ou outro em virtude da natureza do assunto. Assim já se faz com os temas de Direito de Família, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos, Falências e outros" (grifos desta exposição).

Em nosso Estado, as Varas Cíveis têm, salvo expressa disposição legal em contrário, competência genérica no cível.

Na Capital do Estado, todas as 6 (seis) Varas Cíveis têm a mesma competência, ressalvada a 1ª vara, também competente para os processos de inventários entre maiores.

Isso significa que, ressalvada a exceção assinalada, todos os Juízes são competentes, por distribuição, para julgar o longo rol de ações constante do art. 426 da Lei de Organização Judiciária.

Assim também em Joinville, com quatro Varas Cíveis, em Blumenau, Lages etc.

Há fortes argumentos no sentido de que é o próprio Judiciário que define tal competência.

A Constituição Estadual, no art. 89, dispôs que o Tribunal, por ato de seu Presidente, designará Juizes de Direito, **atribuindo-lhes competência específica para questões agrárias.**

A Lei Estadual n. 6.899/86 criou o Juiz Especial de Joinville e seu artigo 8º dispôs que **"As atribuições do Juiz Especial serão determinadas pelo Presidente do Tribunal".**

Órgãos do Judiciário, pois, atribuem diretamente competência ora ao juiz agrário, ora ao juiz especial.

No âmbito da Justiça Federal, o art. 110 da Constituição Federal prescreve que *"Cada Estado, bem como o Distrito Federal, constituirá uma Seção Judiciária que terá por sede a respectiva Capital, e varas localizadas segundo o estabelecido em lei".*

E as leis criadoras dessas Varas têm determinado que aos Tribunais regionais cabe definir a competência dessas varas, como são exemplo as Leis Federais ns. 9.664/98 e 9.788/99, dispondo:

A primeira, no art. 3º

"Caberá ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, mediante ato próprio, especializar Varas em qualquer matéria, estabelecer a respectiva localização, competência e jurisdição, bem como transferir sua sede de um Município para o outro, de acordo com a conveniência do Tribunal e a necessidade de agilização da prestação jurisdicional".

e a segunda, também no art. 3º:

"Cabe a cada Tribunal Regional Federal, no âmbito de sua Região, mediante ato próprio, estabelecer a competência e jurisdição das Varas ora criadas, bem como transferir-lhes a sede de um Município para outro, de acordo com a conveniência do tribunal e a necessidade de agilização da prestação jurisdicional".

Confiamos, pois, em que essa clenda Assembléia Legislativa aprovará o presente Projeto de Lei Complementar, tornando possível, sem qualquer questionamento, a implantação da

especialização de Varas em diversas comarcas do Estado, por ato próprio do Tribunal de Justiça, contribuindo sobremaneira para a maior celeridade dos julgamentos dos processos cíveis.

Florianópolis, 18 de abril de 2001

Desembargador XAVIER VIEIRA

Presidente

Desembargador JOÃO JOSÉ SCHAEFER

1º Vice-Presidente/Relator

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 123/2000

Anexa ao Município de Joinville os loteamentos de Itaipu, Ana Júlia, Gabriela, Jardim Edilene, Maria Francisca e parte do Estevão de Mattos, desmembrados do Município de Araquari e desmembra área do Município de Joinville anexando-a ao Município de Araquari.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam anexados ao Município de Joinville os loteamentos de Itaipu, Ana Júlia, Gabriela, Jardim Edilene, Maria Francisca e parte do Estevão de Mattos, desmembrados do Município de Araquari, anexando-se também parte do território do Município de Joinville ao Município de Araquari.

Art. 2º Com a anexação a que se refere o artigo anterior, ficam alterados os limites entre os Municípios de Joinville e Araquari, constantes dos Anexos I, XXIV e XXV da Lei n. 11.340, de 08 de janeiro de 2000, os quais passam a vigorar conforme os mapas anexos e com a seguinte redação:

"ARAQUARI

G - Com o município de JOINVILLE:

Inicia no encontro do rio Lagoa do Poço Grande, no rio Piraí, desce por este até a foz do ribeirão da Anta (c.g.a. lat. 26°27'02"S, long. 48°49'41"W); sobe por este até sua nascente no ponto de cota altimétrica 138m (c.g.a. lat. 26°24'55"S, long. 48°48'48"W); segue pelo divisor de águas entre os rios Parati, de um lado e, Piraí, Itaum-Açu e Velho, do outro, passando pelos pontos de cotas altimétricas 128m, 218m (morro do Wetzel ou Guarimir) e 204m, até a nascente do rio Paranaguá-Mirim, no ponto de cota altimétrica 197m (c.g.a. lat. 26°21'57"S, long. 48°47'32"W); desce por este passando pelo M.D. n. 811 (c.g.a. lat. 26°21'39"S, long. 48°46'52"W), na rodovia municipal que liga as localidades de rio do Morro e Bairro Paranaguá-Mirim, até sua foz no canal do Linguado; segue por este até o ponto de Coordenada Geográfica Aproximada (c.g.a lat. 26°19'21"S, long. 48°43'34"W)."

"JOINVILLE

C - Com o município de ARAQUARI:

Inicia no canal do Linguado (c.g.a. lat. 26°19'21"S, long. 48°43'34"W), segue por este até a foz do rio Paranaguá-Mirim, sobe por este passando pelo M.D. n. 811 (c.g.a. lat. 26°21'39"S, long. 48°46'52"W), na rodovia municipal que liga as localidades de Bairro Paranaguá-Mirim e rio do Morro, até sua nascente, no ponto de cota altimétrica 197m (c.g.a. lat. 26°21'57"S, long. 48°47'32"W); segue pelo divisor de águas entre os rios Velho, Itaum-Açu e Piraí, de um lado, e rio Parati do outro; passando pelos pontos de cotas altimétricas 204m, 218m, (morro do Wetzel ou Guarimir) e 128m, até a nascente do ribeirão da Anta, no ponto de cota altimétrica 138m (c.g.a. lat. 26°24'55"S, long. 48°48'48"W); desce por este até sua foz no rio Piraí (c.g.a. lat. 26°27'02"S, long. 48°49'41"W); sobe por este até o encontro com o rio Lagoa de Poço Grande."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS COMISSÕES, em 19 de abril de 2001.

Deputado Jaime Mantelli

Presidente da Comissão de Fiscalização, Controle,

Eficácia Legislativa e Redação de Leis

Deputado João Henrique Blasi - Membro

*** X X X ***